



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

E

CONTAS

2002

ÍNDICE

1. Corpos Gerentes

2. Principais Indicadores de Actividade

3. Relatório de Actividades

3.1. Introdução

3.2. A Misericórdia, Farol de Caridade, Solidariedade e Cultura

3.2.1. Relações Institucionais

3.3. Administração Geral da Irmandade

3.3.1. Mesa Administrativa, Definitório

3.3.2. Área da Saúde

3.3.3. Área Social

3.3.4. Área do Ensino e Formação Profissional

3.3.5. Área da Cultura e do Culto

3.3.6. Área do Bem Estar e Ambiente

3.3.7. Gestão do Património

3.3.8. Gestão dos Recursos Humanos

3.3.9. Gabinete de Comunicação e Imagem

3.3.10. Gabinete de Organização e Métodos

3.3.11. Gestão Financeira

4. Demonstrações Financeiras

4.1. Consolidadas

4.1.1. Balanço

4.1.2. Demonstração de Resultados

4.1.3. Demonstração de Origem e Aplicação de Fundos

4.2. Anexo às Demonstrações Financeiras

4.3. Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

4.4. Hospital da Prelada (Dr. Domingos Braga da Cruz)

4.5. Centro Hospitalar Conde de Ferreira

4.6. Departamentos Centrais e Restantes Estabelecimentos

4.7. Exploração Departamental

4.7.1. Departamentos Centrais

4.7.2. Saúde

4.7.2.1. Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz”

4.7.2.2. Centro Hospitalar Conde de Ferreira

4.7.3. Apoio Social

4.7.4. Ensino e Formação Profissional

4.7.5. Cultura e Culto

4.7.6. Bem Estar e Ambiente

5. Parecer do Definitório

Relatório de Actividades e Contas

1. CORPOS GERENTES

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Jorge Rui Moia Pereira Cernadas

Vice-presidente

Francisco Ribeiro da Silva

Secretários

Fernando José Maria Magalhães

José Fernando Fontes Tavares Fortuna

Relatório de Actividades e Contas

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor

José Guimarães dos Santos

Vice-Provedores

António Maria Pinheiro Torres de Meirelles

Estêvão Zulmiro Braga Samagaio

Secretário-Geral

Guilhermina Maria Santos Leal

Tesoureiro Geral

António Burnay Teixeira

Vogais

Afonso Luís Nunes da Ponte Guimarães

Andrea Rocchi

António Alves Teixeira do Carmo

António José Brito Silva Santos

Caetano Pinto Almeida Sampaio

João Luís Mariz Rozeira

Manuel Alberto Ramos Mações

Relatório de Actividades e Contas

DEFINITÓRIO

Efectivos

Presidente

Joaquim Luciano Cordeiro Oliveira Torres

Vice-Presidente

Maria Teresa Lemos de Abreu Novaes

Secretário

Pedro Manuel Ferreira Lemos da Silva Reis

Vogais

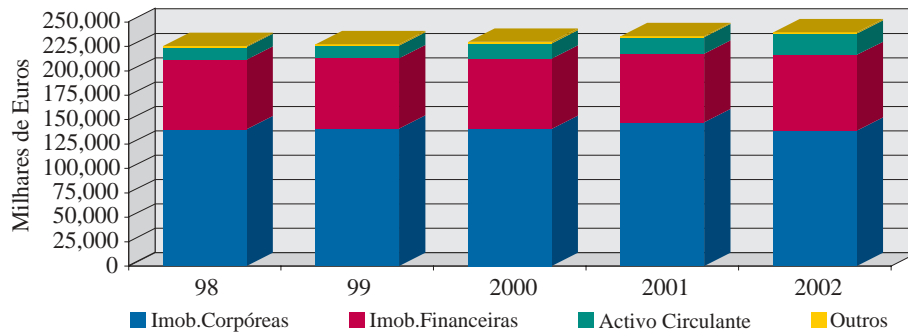
Manuel Luís Coelho Moreira Janeira

Rui Thessen Ortigão de Oliveira

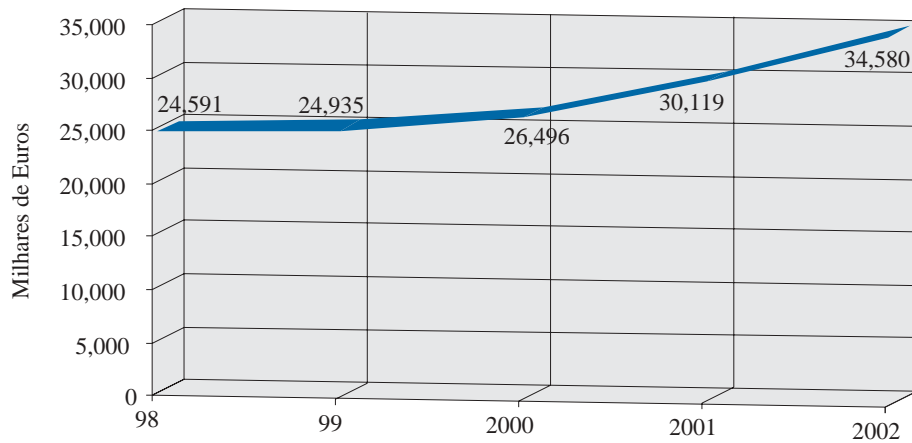
Relatório de Actividades e Contas

2. Principais Indicadores de Actividade

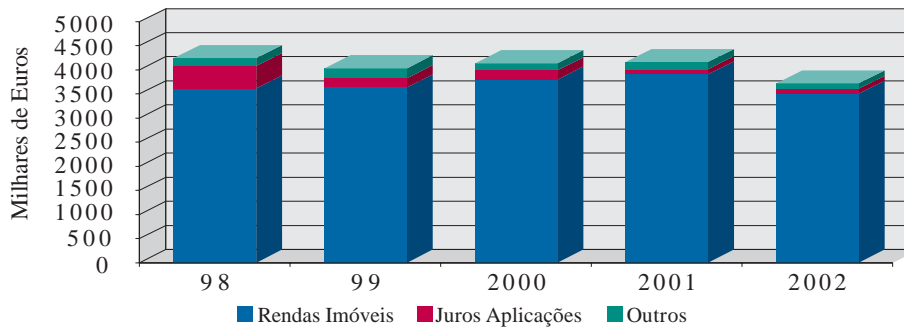
Activo Líquido Total



Prestação de Serviços + Vendas

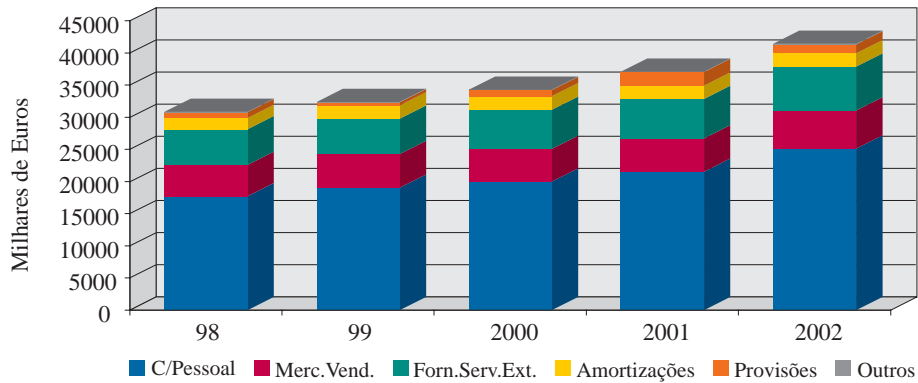


Proveitos Financeiros

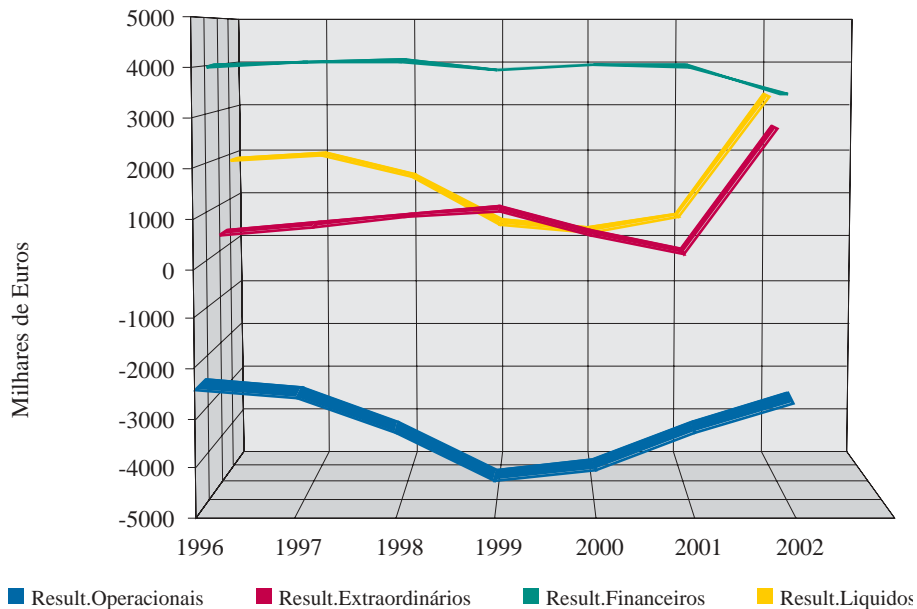


Relatório de Actividades e Contas

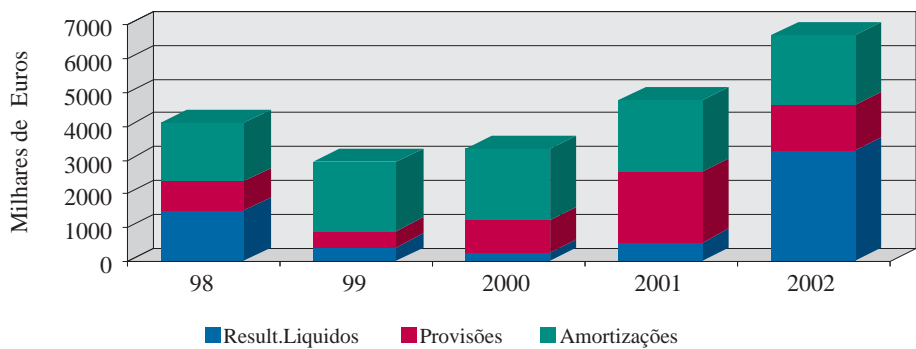
Custos Operacionais



Resultados



Cash Flow



3. Relatório de Actividades

3.1. Introdução

Nos termos do Compromisso, vimos submeter à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia do Porto o Relatório de Actividades relativo ao ano de 2002. A discussão e aprovação deste Relatório é um acto da maior importância e significado para a vida desta Instituição multissecular, alicerçada na Doutrina Social da Igreja Católica e sustentada pelo espírito de solidariedade que estimula e une todos os membros da Irmandade.

Numa linha evolutiva lógica e integradora, foram concretizadas medidas da maior relevância visando uma crescente resposta da Santa Casa da Misericórdia do Porto aos problemas sociais, crónicos ou emergentes, que afectam a nossa comunidade. Quero aqui destacar pelo seu carácter inovador a criação e funcionamento da Clínica da desabituação de toxicodependentes que inclui uma Unidade de Internamento de vinte camas e que foi determinante para o sucesso de recuperação psicossocial dos arrumadores toxicodependentes da cidade do Porto.

Em sintonia com o surgimento de novos complexos problemas de exclusão social, a Santa Casa da Misericórdia do Porto abriu em Setembro de 2002 a Casa da Santo António com o objectivo de receber e acomodar temporariamente mulheres vítimas de violência doméstica, facultando-lhes a possibilidade de recuperação psíquica e reinserção sócio-profissional, restituindo-lhes, assim, o direito a uma vida digna no seio da comunidade.

Mas o evento que mais marcou o ano em análise foi a abertura do Centro Hospitalar Conde de Ferreira sob a batuta da Santa Casa após 25 anos de uma intervenção estatal que extinguiu o Hospital Psiquiátrico Conde Ferreira e deixou degradar até ao inconcebível o seu vetusto edifício. Como a Fénix renascida, sob a gestão da Santa Casa da Misericórdia do Porto ressuscitou das suas próprias cinzas e rapidamente se transformou numa Instituição hospitalar multidisciplinar. O êxito desta recuperação impressionou mesmo os mais optimistas e simboliza o enorme potencial desta Instituição quando serena, responsável e competentemente se devota à prática de benfazer ao serviço do seu semelhante.

Relatório de Actividades e Contas

Outros objectivos estratégicos da Mesa Administrativa se iniciaram ou desenvolveram no primeiro ano do seu mandato. Entre eles permito-me destacar pelo seu impacto: a formalização do pedido da criação de uma Escola Superior de Saúde incluindo uma Escola de Enfermagem e a criação de um Gabinete de Estudos e Planeamento a funcionar no âmbito da Provedoria. A primeira destas iniciativas além de constituir o retorno a uma das atribuições históricas da Misericórdia, a do ensino pré-graduado na área das Ciências da Saúde, representa uma resposta ao problema da carência de enfermeiros e técnicos de saúde que afecta as Instituições da Assistência das Misericórdias e do Serviço Nacional de Saúde. É óbvio que os cursos por nós ministrados irão reflectir, a nível dos formandos, o primado da solidariedade cristã, de humanidade e da generosidade inerente ao exercício das profissões que têm por objecto o homem doente.

A segunda iniciativa visa introduzir nas Instituições da Misericórdia mudanças e transformações resultantes da adopção de sistemas de comunicação e de informação que as novas tecnologias facultam. Só assim será possível assegurar uma estratégia de crescimento e desenvolvimento sem agravamento dos custos operacionais. Todas estas alterações serão introduzidas de uma forma planeada e harmónica, sem rupturas, com a participação activa e motivada de todos os colaboradores.

Numa época de globalização e de constrangimento a sobrevivência organizativa e o sucesso das Instituições vão depender de recursos humanos capazes. A Santa Casa da Misericórdia do Porto tem o privilégio de ser dotada de colaboradores altamente motivados, profissionalmente preparados para o desempenho das tarefas que lhes são exigidas e com capacidade para conciliarem o trabalho de rotina com novas competências técnicas e saberes inovadores. É com eles que acreditamos ser possível sermos maiores e melhores.

Aos Mesários que me acompanham nesta causa, digna de todas as devoções e generosidades, onde as honrarias fúteis devem ser descartadas, quero deixar expressa a minha admiração pelo montante e qualidade das actividades que desenvolvem, quantas vezes em condições precárias, que com o tempo pretendemos modificar, na busca de uma Sociedade mais viável, apesar dos problemas complexos que diariamente temos de enfrentar e que emergem, como que espontaneamente, da nossa existência colectiva.

O relato das actividades que se descreve nos Capítulos seguintes, embora sucinto como se impõe num Relatório deste tipo, permite aos Irmãos da Santa

Relatório de Actividades e Contas

Casa da Misericórdia do Porto apreenderem uma visão global e objectiva da Obra que diariamente se vai caboucando, em seu nome, ao serviço da comunidade no domínio das Obras de Misericórdia.

Esperamos que da sua leitura e reflexão resulte um maior empenho, dedicação e contributo inteligente para a resolução dos problemas e carências sociais ao serviço da dignidade do homem do nosso tempo.

O Provedor,



(José Guimarães dos Santos, Dr.)

3.2. A Misericórdia, Farol de Caridade, de Solidariedade e Cultura

Foi D. Manuel, o Venturoso, que justamente é considerado como o grande impulsionador da fundação no seu reino de estabelecimentos piedosos análogos à Misericórdia de Lisboa, que a irmã do Monarca, D. Leonor de Lencastre, inspirada pelo trinitário castelhano Frei Miguel Contreiras, havia criado em 1498.

Entre as muitas cidades e vilas dos seus senhorios, que receberam com instância o pedido real para fundarem tais obras de caridade, a cidade do Porto não foi esquecida. Uma carta datada de 14 de Março de 1499, dirigida aos “homens bons” do burgo portugalense, ficou a marcar como a referência histórica da fundação da Misericórdia do Porto.

Se praticar *Caridade*, não é só manifestar amor ao próximo, que se traduz no fazer bem aos que precisam de ajuda, ou como teologicamente se diz “amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo, por amor à divindade”, ou, como também se entende de um modo mais simplista, ser a Caridade um acto de beneficência aos pobres, e um auxílio prestado aos necessitados, através de apoios financeiros e humanitários, sem qualquer interesse por parte do benfeitor, então, sem dúvida, que a Misericórdia do Porto, através das suas Mesas Administrativas, o tem feito ao longo destes quinhentos e quatro anos da sua existência, tendo sempre presente o exercício das 14 Obras de Misericórdia, lembradas nos seus diversos Compromissos.

Na conturbada época em que vivemos, nunca a *Solidariedade* para além de ser um dever e uma necessidade, foi tão importante afirmá-lo. A solidariedade institucional, que se manifesta entre várias instituições, como acontece entre as Misericórdias, tem sido um princípio norteado pelas exigências mais profundas e mais englobantes do amor misericordioso, que na maneira peculiar da Misericórdia do Porto, herdada dos seus fundadores, tem conseguido sabiamente actuar no seu relacionamento com a sociedade em geral, quer no campo assistencial quer cultural.

E ao falarmos de *Cultura*, terceiro pilar desta trilogia, de igual modo a Misericórdia do Porto tem conseguido enquadrar-se na vastíssima e meritória acção cultural, como compete a uma Irmandade cujo compromisso a obriga a preservar, conservar e divulgar o seu património monumental, artístico e documental. Assim tem acontecido com as diversas administrações que têm servido a Misericórdia, e assim continuará a acontecer no futuro.

Relatório de Actividades e Contas

3.2.1. Relações Institucionais

A Misericórdia do Porto, pela sua Mesa Administrativa, tem continuado a manter relações de diálogo, de reflexão, de presença e de participação com os Organismos do Estado e das Autarquias, da Igreja Diocesana e de Obras Sociais Paroquiais, e da Sociedade em geral. Esteve representada em todos os eventos do calendário do Secretariado Nacional da União das Misericórdias portuguesas, e nos encontros do referido Secretariado esteve sempre presente com um ou mais elementos da Mesa, com voz actuante na procura de resolução dos problemas agendados. A participação da Misericórdia do Porto no 1.º Congresso Nacional das Misericórdias do Norte foi considerada de maior relevância.

Nas relações com a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com as Irmandades e as Ordens Terceiras da nossa cidade, com a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, com as paróquias de S. Nicolau e da Vitória, manteve-se o procedimento participativo adequado.

3.3. Administração Geral da Irmandade

Com solenidade e espírito fraternal, realizou-se a tomada de posse dos Corpos Sociais eleitos no dia 25 de Novembro de 2001, com o encargo de administrarem a Santa Casa da Misericórdia do Porto durante o triénio 2002-2004. É de salientar que aquelas características de júbilo e fraternidade, transpareceram para os presentes tanto na cerimónia litúrgica do juramento do Compromisso na Igreja Privativa como na cerimónia civil, na Galeria dos Retratos dos Benfeitores.

Durante o ano a que se refere este Relatório de Actividades, a Mesa Administrativa pautou a sua actuação pelo respeito e observância integral do Compromisso e do Estatuto Orgânico, bem como pelas normas governamentais do regimento das Instituições de Solidariedade Social.

As duas Assembleias Gerais Ordinárias impostas pelo Compromisso, isto é, uma a ter lugar no final do mês de Março para discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas do ano 2001, e outra relacionada com o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2003, aconteceram dentro das normas específicas e ambos os documentos foram aprovados. Realizaram-se no auditório do Hospital da Prelada-Dr. Domingos Braga da Cruz, como tem sido hábito.

Relatório de Actividades e Contas

3.3.1. Mesa Administrativa, Definitório

A Mesa Administrativa reuniu com periodicidade quinzenal. A Comissão Executiva, no âmbito das suas competências, reuniu quinzenalmente e as decisões de gestão corrente foram submetidas à ratificação da Mesa Administrativa. O Conselho Geral do Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz e o Conselho Geral do Centro Hospitalar Conde de Ferreira reuniram em conformidade com os seus regulamentos, e as suas decisões foram submetidas, sempre, à aprovação da Mesa. Quanto ao Definitório, órgão de acompanhamento da administração da Misericórdia, de fiscalização ao desenvolvimento do plano de actividades e cumprimento dos valores orçamentais e de obediência às normas do Compromisso, teve a presença sensível e de muita valia na vida da Instituição, durante todo o ano. Reuniu frequentemente tanto com os seus membros, como com a Mesa Administrativa para acompanhamento regular e para tomada de conhecimento dos assuntos, como para prestação de conselho e de apoio. A seu tempo elaborou os pareceres para figurarem no Plano de Actividades e Orçamento, bem como para o Relatório de Actividades e de Contas.

3.3.2. Área da Saúde

Hospital da Prelada

1. Introdução

A missão e os grandes objectivos do Hospital são constantes, pelo que também o exercício de 2002 se desenvolveu no sentido de prosseguir os grandes objectivos que são:

- A melhoria da qualidade e da eficiência da prestação de cuidados
- A melhoria das infra-estruturas técnicas
- A modernização do sistema de gestão
- O desenvolvimento dos Recursos Humanos

As contas do exercício vão incluídas em local próprio do Relatório e Contas, e por elas se verifica foi possível prosseguir estes objectivos com salvaguarda da situação de equilíbrio económico e financeiro atingido pelo Hospital.

A análise do Balanço mostra a persistência de elevado volume de dívidas de Terceiros ao Hospital, que têm aumentado de ano para ano, com a única excepção de 2002, ano em que o IGIFS pagou a dívida de 1998 e 1999, como

Relatório de Actividades e Contas

adiante se refere. A causa deste aumento – que, embora seja um activo no Balanço do Hospital, *diminui as suas disponibilidades financeiras* já foi referida no Relatório de Actividades de 2001 – situa-se no facto de o Instituto de Gestão Informática e Financeira dos Serviços de Saúde (IGIFS), apesar do conhecimento da situação, ter mantido fixo o montante dos pagamentos, enquanto que o volume da facturação que lhe é endereçada tem beneficiado das sucessivas actualizações das Tabelas Hospitalares. Por outro lado, e como adiante se demonstra, a produção do Hospital, ou seja o número de doentes tratados, tem aumentado. Consequentemente, o montante em dívida pelo Serviço Nacional de Saúde acompanhou essa evolução.

Perante a persistência deste problema, era forçoso que se mantivesse também ao longo do exercício de 2002 a preocupação e a linha de actuação já desenvolvida na gerência anterior, isto é:

1.º – O Director Clínico e o Administrador do Hospital, cumprindo orientações do Senhor Provedor e da Mesa Administrativa, mantiveram contacto directo com o IGIFS, tendo sido recebidos por um dos membros do seu Conselho de Administração. Nesse contacto foi obtido consenso sobre os seguintes pontos:

- a) Reconhece-se a validade e a oportunidade do processo de renegociação, já desenvolvido, do Acordo de Cooperação com o Serviço Nacional de Saúde – cujas bases foram já aceites pela Administração Regional de Saúde do Norte –; assim, não foi posta qualquer reserva, antes pelo contrário, foi feita a clara afirmação de interesse em manter o Hospital da Prelada como entidade que, nos termos da alínea d) do n.º 1 do Art.º 2.º da Lei de Gestão Hospitalar (aprovada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro, da Assembleia da República), se integram na rede de prestação de cuidados de saúde. Este reconhecimento, e a sua formalização através da assinatura do Acordo negociado, corresponde e consubstancializa o objectivo principal prosseguido pelo Hospital nessa negociação: garantir clientela do SNS;
- b) No entanto, prevendo a Lei acima citada – art.º 5.º, alínea d) – para todos os Hospitais da rede de prestação de cuidados de saúde o “financiamento das suas actividades em função da valorização dos actos e serviços efectivamente prestados, tendo por base a tabela de preços e os acordos que se encontrem em vigor no SNS” (note-se que *este é afirmado pela Lei como um dos princípios específicos da gestão hospitalar*), o próprio IGIFS entendeu que perdeu sentido e razão de ser a

Relatório de Actividades e Contas

cláusula do Acordo negociado em que se dispunha sobre esta matéria e na qual se estabeleciam descontos sobre as tabelas de facturação dos GDH. Por isso, estando em definição a nova tabela de preços, o IGIFS considerou, nessa altura, que não seria coerente a assinatura de um Acordo que não se conformava com a orientação de política geral de pagar as prestações pelo mesmo preçário, independentemente da entidade prestadora.

c) Quanto ao problema da dívida relativa a anos anteriores:

c1) Foi reconhecido que ela derivou, em parte significativa, de não terem sido feitas actualizações ao montante dos adiantamentos pagos pelo IGIFS à medida em que se verificaram actualizações do preçário dos GDH. Há cerca de um ano foi feita a actualização do adiantamento com base nas Tabelas da Portaria nº 189/2001. Ficou agora assente que essas actualizações seriam, de futuro, pedidas pelo Hospital da Prelada;

c2) Foi referido que o IGIFS iria propor que a parte referente aos anos de 1998 e 1999 fosse paga de imediato, ou seja até ao fim de 2002. Foi efectivamente paga em 27 de Dezembro, pelo montante de 3.320.800 Euros;

c3) A parte respeitante a 2002, seria paga nos termos previstos no Acordo, ou seja, nos 6 meses seguintes à sua assinatura;

c4) A parte respeitante aos anos de 2000 e 2001 seria dividida em 24 prestações mensais a pagar com início em Janeiro de 2002.

d) Entretanto, foi publicada a Lei das Grandes Opções do Plano para 2003, podendo verificar-se que as Tabelas acima referidas só serão testadas no 2º semestre do corrente ano para, anuncia-se, entrarem em vigor em 2004. Fica, portanto, alterado o cenário com base no qual se considerou que a assinatura do Protocolo negociado poderia aguardar e, dado que a negociação se considera concluída, cabe ao Ministério da Saúde decidir se pretende ou não assiná-lo, embora sem prejuízo de a cláusula que estipula a contrapartida financeira só vigorar até entrada em funcionamento do regime definitivo.

2. Actividade assistencial

Tal como aconteceu em 2001, o ano 2002 também registou alguma melhoria no grau de aproveitamento da capacidade instalada, sobretudo no internamento em regime de Enfermarias, onde se registou algum aumento no número de doentes internados e no número de intervenções cirúrgicas. A evolução foi, no entanto, de sentido inverso na área dos doentes privados, na qual

Relatório de Actividades e Contas

o decréscimo de doentes internados e de intervenções cirúrgicas foi cerca de duas vezes superior à variação registada nas Enfermarias.

No Hospital da Prelada, que é predominantemente cirúrgico, a demora média dos doentes no internamento (5,9 dias numa média que abrange um Serviço de Medicina Física e de Reabilitação!) e a própria percentagem de ocupação das camas (66,4%) já não podem ser muito melhoradas. A margem que ainda existe será absorvida pelo volume de produção comprometido com o Acordo quando for assinado. Por isso, tal como se referiu em anos anteriores, qualquer aumento adicional de produção, que as listas de espera justificam, só poderá ser conseguido pelo aumento dos recursos existentes, designadamente pela maior disponibilidade de tempos operatórios.

A decisão de aumentar a capacidade instalada está dependente da possibilidade de financiamento do acréscimo de actividade assim permitido, muito mais do que da capacidade de suportar o investimento inicial.

Entretanto, no Plano de Acção para 2003, foi previsto o início dos investimentos que virão concretizar o aumento da capacidade instalada. Essa decisão estratégica corresponde a significativa aposta na capacidade dos Serviços e da Administração de conseguir aumento de produtividade e, portanto, economias nos custos unitários, associadas à maior rentabilização das infraestruturas já existentes. Essa aposta é tanto maior quanto é certo que estão a ser definidas novas Tabelas que não conhecemos, apenas sendo legítimo esperar que, tendo de servir para a maioria dos Hospitais, também servirão para o Hospital da Prelada.

Nos quadros seguintes descreve-se a evolução da produção e dos indicadores de eficiência nos últimos três anos, para o sector convencionado e para o sector privado, assim como se faz a análise da Clientela do Hospital em 2002:

a) Enfermarias:

Quadro 1 – Evolução da produção – Enfermarias

	1999	2000	2001	2002
Doentes Saídos	8533	8877	9364	9413
Consulta Externa	55448	55553	56330	55442
Intervenções Cirúrgicas	8222	8602	9001	9232
Análises Clínicas	101273	103099	102360	102943
Radiologia	16146	15950	16056	14284
Tratamentos Fisiátricos	426309	426609	409060	426714

Relatório de Actividades e Contas

Quadro 2 – Indicadores de eficiência – Enfermarias

Indicador	1999	2000	2001	2002
Percentagem de ocupação	66%	66%	69%	66,4%
Doentes Saídos/Cama	39,1	39,0	43,0	43,9
Doentes Saídos/Médico	258,6	269,0	283,8	285,2
Nº Consultas/Médico	1680,2	1683,4	1707,2	1590
Nº Operações/Sala/Dia	5,5	5,7	6,0	6,15
Nº Operações/Anestésista	1370,3	1433,7	1500,1	1318,8

3. Infraestruturas técnicas

No ano de 2002, o investimento concretizado do Hospital foi de 468.347,12 Euros, discriminado pela forma seguinte:

Equipamento biomédico	142.388,07 Euros;
Instalações Técnicas Especiais	213.758,96 Euros;
Mobiliário e Equipamento Inform. e administrat.	112.200,09 Euros.

4. Sistema de Gestão

4.1. Tecnologias da informação

Apesar dos esforços que têm sido desenvolvidos persistentemente, ano após ano, foi necessário manter ao longo de 2002 a mesma atenção de levantamento, análise e procura de solução ou de acertos pontuais para as dificuldades surgidas nos módulos instalados da informatização global do Hospital, procurando consolidar a integração das aplicações informáticas. Depois das adaptações requeridas pela transição para o Euro, sem comprometer a possibilidade de comparar com a informação de anos anteriores, houve que proceder a várias outras adaptações pontuais, apertando as rotinas de controlo e de garantia de fiabilidade e defesa da integridade das aplicações. Esse esforço, que nunca poderá ser considerado dispensável, acaba por integrar-se no que poderá chamar-se de manutenção da operacionalidade das aplicações informáticas.

Mas, em paralelo, outras tarefas mobilizaram durante o ano de 2002, a atenção da Administração e dos Serviços do Hospital. Merecem especial referência, pelo aturado trabalho de análise exigido pelas opções tomadas, a informatização da actividade do Bloco Operatório e a integração da informatização que já existia no âmbito do Serviço de Cirurgia Plástica nas bases de dados

Relatório de Actividades e Contas

b) Quartos Particulares

Quadro 3 – Indicadores Quartos Particulares

Indicador	1999	2000	2001	2002
Doentes Saídos	1477	1476	1447	1335
Intervenções Cirúrgicas	1467	1426	1425	1342
Demora Média	6,4	6,6	4,7	5,6
Percentagem de ocupação	65,2%	65,3%	61%	58,5%
Doentes Saídos/Cama	38,8	38,8	38,1	35,1

c) Análises de Clientela

Quadro 4 – Nas Enfermarias

Enfermarias/Clientes →	S.N.S.	A.D.S.E.	Seguros	Privados	Outros	Total
Ortopedia	4110	269	1	12	13	4405
Cirurgia Plástica	2594	260	0	1	1	2856
Unidade de Queimados	133	8	4	0	3	148
Cirurgia Geral	1079	70	0	0	2	1151
Urologia	616	54	2	0	12	684
Medic. Fisica e Reab.	149	11	4	1	4	169
Total Enfermarias	8681	672	11	14	35	9413

Quadro 5 – Nos Quartos Particulares

Especial/Clientes →	S.N.S.	A.D.S.E.	Seguros	Privados	Outros	Total
Ortopedia	475	119	12	22	135	763
Cirurgia Plástica	185	50	9	36	12	292
Cirurgia Geral	109	18	10	17	20	174
Urologia	24	4	3	5	11	47
Medic. Fisica e Reab.	1	0	4	2	3	10
Total Especialidades	794	191	38	82	181	1286

Relatório de Actividades e Contas

que constituem o sistema informativo do Hospital. A importância destas novas aplicações transparece claramente do facto de o Hospital da Prelada ser predominantemente cirúrgico, sendo o Bloco Operatório o mais importante, mais decisivo e mais pesado, em termos dos recursos consumidos, de todos os Centros de Custos do Hospital, pelo que as implicações do seu funcionamento e a informação que nele é produzida atingem a generalidade dos Serviços, tanto serviços de clínica, como de apoio técnico e mesmo administrativo. O conhecimento e utilização dessa informação atinge áreas tão diversificadas como a gestão do trabalho médico, de enfermagem e dos outros colaboradores, como a programação dos internamentos nos Serviços, como a facturação dos serviços prestados, como a gestão de stocks e o próprio apuramento dos custos de funcionamento dos Serviços. Em termos clínicos, a informação do Bloco Operatório é a parte fundamental da memória do Hospital, pelo que o seu tratamento informático constitui desde sempre um objectivo a atingir e que está agora muito mais próximo, pois que foi feita já formação de todo o pessoal envolvido – médicos, enfermeiros e administrativos – e a primeira fase entrou em funcionamento ainda no decurso de 2002.

Ainda em 2002, e em consequência da publicação da já referida nova Lei da Gestão Hospitalar, por força da qual o Hospital da Prelada se integra na Rede de Prestação de Cuidados de Saúde, tornou-se obrigatória no Hospital da Prelada a aplicação do Plano de Contas do Ministério da Saúde – Art.º 5.º, alínea f) –. Este objectivo, que se impunha como imprescindível para o Hospital continuar e desenvolver a colaboração que tem mantido com o Serviço Nacional de Saúde, teve que ser programado garantindo que se mantém a possibilidade de integração de toda a informação contabilística com a dos restantes estabelecimentos da Santa Casa, fazendo-se a consolidação de toda a informação nos Departamentos Centrais.

No que respeita à aquisição de hardware, prosseguiu o esforço de renovação de equipamento e abrangeu vários postos de trabalho, quer pelas exigências das novas rotinas implantadas quer pela substituição do equipamento de que já dispunham e que se encontrava obsoleto, quer ainda pela necessidade de proteger a informação do Hospital de agressões exteriores com protecção “anti-virus”, garantida através de um servidor central, das muitas dezenas de terminais existentes.

4.2. Processo de Certificação de Qualidade

A promoção e garantia de qualidade, afirmou-se nos últimos anos, sobretudo a partir da integração na Comunidade Europeia, como preocupação fundamental para todas as áreas de actividade, com particular relevância para as

Relatório de Actividades e Contas

instituições prestadoras de cuidados de saúde. Hoje todos os grandes hospitais têm a decorrer o seu processo de acreditação e certificação de qualidade e a posse dessa certificação vai tornar-se inevitavelmente condição de permanência no âmbito da rede de prestação de cuidados de saúde. Por isso, ainda que o Hospital da Prelada disponha junto da comunidade de uma imagem de qualidade raríssimas vezes contestada, importa referir aqui, pelo seu alcance e importância, a deliberação da Mesa Administrativa de nomear um Auditor Médico, responsável pela dinamização das acções necessárias para se obter a declaração de certificação de qualidade, entre elas, a auditoria médica da classificação da actividade em grupos de diagnóstico homogéneos (GDH).

5. Recursos Humanos

5.1. Efectivos

Quadro 6 – Pessoal existente em 31 de Dezembro

Grupos Profissionais	Dotação 31-12-99	2000	2001	2002	Variação 2001-2002
Pessoal Dirigente	2	2	3	2	-1
Médicos	40	40	40	40	0
Enfermeiros	177	176	176	176	0
Técnicos Diagnóstico e Terapêutica	28	28	28	*28	0
Técnicos Superiores	8	9	*10	**10	0
Administrativo e Técnico-profissional	75	77	79	79	0
Pessoal Auxiliar	148	148	149	148	-1
Operários	23	23	23	23	0
Outros (Capelão)	1	1	—	1	+1
Total	502	504	508	507	-1

* 1 colaborador a meio tempo, anteriormente em regime de prestação de serviços

** 2 colaboradores a meio tempo

Continua a verificar-se a estabilidade do número de efectivos já referida no Relatório do ano precedente e demonstrativa da atenção que merece a gestão dos recursos humanos, sendo estes o mais dispendioso dos recursos no tratamento dos doentes.

Relatório de Actividades e Contas

5.2. Rotação de Pessoal

No quadro seguinte apresenta-se a rotação do pessoal ao serviço do Hospital durante o exercício de 2002.

Globalmente, a rotação foi menor do que em 2001 e muito menor do que em 2000, ano em que entraram 76 colaboradores e saíram 80. Em 2002 a mais elevada rotação verificou-se no Pessoal de Enfermagem e dos Serviços Gerais que são também os mais numerosos no Hospital.

5.3. Contratos a termo e prestação de serviços

No final de 2002, o Hospital tinha 19 colaboradores contratados a termo – 7 a termo certo e 12 a termo incerto – na sua maioria Auxiliares de Acção Médica (10), para colmatar as ausências prolongadas de pessoal destacado nos serviços de prestação directa de cuidados e 8 administrativos.

5.4. Absentismo e Acidentes de trabalho

A taxa global de absentismo atingiu 7,3% (7,4% em 2001), mantendo-se dentro dos valores normais (de 6 a 10%). Sectorialmente, administrativos, técnicos e enfermeiros apresentam as taxas mais elevadas – de 9,96 a 8,39% – aos serviços gerais corresponde a taxa de 7,86%, enquanto que operários e médicos apresentam taxas muito baixas, respectivamente 1,14 e 2,17%. Note-se que, para efeitos de absentismo relevam todas as ausências ao serviço, com excepção das férias.

Quadro 7 – Rotação do Pessoal

Grupos Profissionais	Em 2001		Em 2002	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Médicos	—	—	1	—
Enfermeiros	34	29	22	18
Técnicos Diagn. Terapêutica	—	—	2	1
Técnicos Superiores	—	—	—	—
Administrativos	—	—	8	8
Serviços Gerais	17	17	25	17
Operários	—	—	—	—
Totais	67	55	58	44

Relatório de Actividades e Contas

Durante o ano de 2002 ocorreram 36 acidentes de trabalho, 18 dos quais sem perda de dias de trabalho. A distribuição destes acidentes por grupos profissionais foi a seguinte:

• Enfermeiros	20	acidentes;
• Pessoal Auxiliar	11	»
• Operários	4	»
• Médicos	1	»

Em comparação com o ano anterior houve diminuição do número de acidentes mas houve um significativo aumento do número de dias de perda de trabalho (mais 268 dias).

5.5. Formação profissional

O Hospital continuou a apoiar ao longo do ano 2002 a formação do seu Pessoal através de subsídios de deslocação e/ou dispensa de serviço para a frequência de cursos, congressos e outros eventos similares.

Essas facilidades beneficiaram:

- 43 médicos
- 18 enfermeiros
- 9 técnicos de diagnóstico e terapêutica
- 8 auxiliares de acção médica
- 8 operários e
- 8 técnicos superiores.

Além disso, usufruem de facilidades ao abrigo do estatuto de trabalhador estudante 6 enfermeiros, 8 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 1 administrativo, 3 auxiliares de acção médica e 2 técnicos superiores.

Centro Hospitalar Conde de Ferreira

1. Introdução

Através da publicação do Decreto-Lei nº 131/98 de 13 de Maio o Ministério da Saúde devolveu à Santa Casa da Misericórdia do Porto as instalações do Hospital Conde de Ferreira e por via do Protocolo celebrada com a Administração Regional de Saúde do Norte a actividade hospitalar foi reiniciada, sob gestão da Santa Casa e com contrapartida financeira a suportar pelo Hospital Magalhães Lemos, a partir de 1 de Janeiro de 2002 com a transferência de doentes do foro psiquiátrico, sendo 280 crónicos (residentes) e 20 em regime de Hospital Dia.

Relatório de Actividades e Contas

Entretanto, o estabelecimento hospitalar passou a denominar-se Centro Hospitalar Conde de Ferreira.

Tendo em conta a gratuidade da assistência prestada nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, tornou-se necessário iniciar um processo negocial com a ARS do Norte com vista a acordar a assistência aos doentes agudos, do foro psiquiátrico. Porém, as negociações têm-se revelado difíceis, havendo agora fundada esperança na celebração do respectivo acordo.

2. Actividade assistencial

Neste primeiro ano de gestão da Misericórdia do Porto a actividade do Centro Hospitalar Conde de Ferreira foi a seguinte:

Internamento de doentes psiquiátricos crónicos (residentes)	291
Internamento de doentes psiquiátricos agudos	14
Doentes psiquiátricos em Hospital de Dia	24

Doentes em tratamento de toxicodependencia:

Internamento	229
Consultas de Psiquiatria	229
Consultas de Psicologia	938
Participações em Sessões de Grupo	599

Exames médico-legais de psiquiatria forense:

Exames	52
Entrevistas familiares	16
Avaliação complementar de psicologia forense	13

A conta de Terceiros “Utentes” inclui o montante das pensões sociais dos doentes, recebidas desde 1/1/2002, e que estão sob gestão do CHCF mas a favor dos doentes:

Neste primeiro ano de actividade sob gestão da Misericórdia do Porto os doentes usufruíram das seguintes actividades e apoios, por via de contratações externas:

- Educação Física e Natação Terapêutica;
- Dinamização de Grupos Terapêuticos de Práticas Teatrais;
- Curso de Alfabetização para Doentes do CHCF, através da DREN;
- Consulta de Estomatologia;
- Praia e Excursão.

3. Tecnologias de Informação

No decorrer do ano de 2002 o Centro Hospitalar Conde de Ferreira iniciou o processo de implementação de solução informática que teve por objectivo au-

Relatório de Actividades e Contas

mentar a segurança e fiabilidade do sistema, com recurso a ferramentas de desenvolvimento mais recentes e evoluídas de forma a melhorar, significativamente, o sistema de informação.

Optou-se por uma execução faseada do projecto contemplando, numa primeira fase, a informatização de toda a área administrativa, com a instalação dos seguintes módulos: Pessoal e Vencimentos, Contabilidade Geral e Analítica, Recepção e Conferência de Facturas, Gestão de Imobilizado, Gestão de Contas Correntes, Gestão de Tesouraria e Aprovisionamento/Farmácia.

Além disso, foi necessário criar e estruturar a rede informática e efectuar a aquisição de equipamentos informáticos que serviram de suporte à referida área.

Assim, foram adquiridos um servidor no valor de € 8.503,53, computadores e impressoras no valor de € 14.500,93 e rede informática no valor de € 5.104,63.

4. Recursos Humanos

4.1. Efectivos

Quadro de efectivos existentes em 31.12.2002

	Dotação em 31.12.2002
Pessoal Dirigente	2
Pessoal Médico	4
Pessoal de Enfermagem	42
Pessoal Técnico Superior	11
Pessoal Diagnóstico e Terapêutica	1
Pessoal Técnico-Profissional	2
Pessoal Administrativo	15
Pessoal Operário	16
Pessoal dos Serviços Gerais	101
Pessoal Auxiliar	4
Outro	5
Total	203

Relatório de Actividades e Contas

4.2. Rotação de Pessoal

A rotação de pessoal durante o ano de 2002 não se pode considerar muito elevada uma vez que se verificaram, globalmente, 227 admissões e 24 saídas e estas ocorreram por rescisões unilaterais dos respectivos contratos no decurso do período experimental. De referir que os Serviços Gerais com 11 saídas e a Enfermagem com 8 saídas foram as áreas que mais contribuíram para esta rotação.

4.3. Contratos a Termo Certo e Prestação de Serviços

No final do ano de 2002, o Centro Hospitalar tinha 71 colaboradores em regime de Contrato de Trabalho a Termo Certo, distribuídos por várias categorias, sendo a maior incidência no pessoal dos Serviços Gerais com 43, seguido do Operário com 12, do Administrativo com 7, do Técnico Superior com 4, do Auxiliar com 3 e do Técnico de Diagnóstico e Terapêutica e Outro com 1 cada.

Estes contratos a prazo decorreram, legalmente, do início da nova actividade “o Centro Hospitalar Conde de Ferreira” e tendem a tornar-se em definitivos, mediante a celebração de contratos sem termo.

De referir, ainda, que no final deste mesmo ano de 2002 o número de prestadores de serviços era de 6.

4.4. Absentismo e Acidentes de Trabalho

A taxa global de absentismo foi de 1,63% bastante abaixo do intervalo normal (6 a 10%). O grupo de pessoal que maior taxa global apresenta é o Auxiliar com 10,1%, sendo que as ausências ao serviço se deveram sobretudo por motivo de licença por maternidade.

Durante o ano de 2002, registaram-se 11 acidentes de trabalho dos quais 2 sem perda de dias de trabalho. Os restantes 9 acidentes ocasionaram 142 dias de baixa. De referir que 1 destes acidentes se encontra ainda em fase de estudo clínico. Na distribuição destes acidentes por grupos profissionais verifica-se que o grupo profissional com maior incidência foi o dos Serviços Gerais com 8 acidentes sendo os restantes 3 com pessoal de Enfermagem.

4.5. Formação Profissional

O Centro Hospitalar está insuficientemente dotado de pessoal mas, apesar disso, apoiou ao longo de 2002 a formação do seu pessoal através de subsídios de deslocação e/ou dispensa de serviço para a frequência de cursos, congressos e outros eventos similares de que beneficiaram:

3 Médicos

Relatório de Actividades e Contas

- 4 Técnicos Superiores
- 1 Técnico de Diagnóstico e Terapêutica
- 5 Auxiliares de Acção

Serviços de Saúde

1. Âmbito

Os Serviços de Saúde da Santa Casa da Misericórdia do Porto em articulação e colaboração com os outros Serviços, Departamentos e Estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia do Porto direccionaram a sua acção na promoção da saúde e a prevenção e tratamento da doença.

2. Universo

O seu Universo de actuação foi de 2000 Utentes e destinou-se:

A) Na Terceira Idade a 495 Utentes, dos:

Lar Nossa Senhora da Misericórdia (90 Utentes), Lar Pereira de Lima (27 Utentes), Lar Centro de Acolhimento de Emergência a Idosos (23 Utentes), Lar Quinta do Marinho (33 Utentes), Lar Hospital de S. Lázaro (94 Utentes), Lar D. Francisco de Noronha (26 Utentes), Serviço de Apoio Domiciliário (32 Utentes), Aposentados da Caixa Privativa da Santa Casa Misericórdia do Porto (170 Utentes).

B) No apoio a Crianças a 386 Utentes, dos:

Deficientes visuais e multideficientes do Instituto S. Manuel (103 Utentes) Utentes, Deficientes auditivas e multideficientes do Instituto Araújo Porto (61 Utentes), Crianças com deficiências sociais do Colégio Barão Nova Sintra (85 Utentes), Crianças do Colégio Nossa Senhora da Esperança (137 Utentes).

C) Aos 1012 Colaboradores efectivos da Santa Casa da Misericórdia do Porto (516 Colaboradores do Hospital da Prelada e 496 Colaboradores dos Estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia do Porto).

D) Aos Membros e ex-Membros dos Órgãos Sociais e Outros, (106 Utentes)

3. Localização

A sua Sede está localizada no Piso 3 do Hospital da Prelada bem como dispõe de Gabinetes de Saúde nos Estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Relatório de Actividades e Contas

4. Equipe

4.1. *Funcionária Administrativa efectiva*

4.2. *Equipe de 8 médicos, sendo:*

Direcção Clínica

Consulta de Clínica Geral e Medicina Curativa, aos Utentes dos Lar D. Francisco de Noronha, Lar Pereira de Lima, Lar Nossa Senhora da Misericórdia, Centro de Alojamento de Emergência a Idosos, Instituto S. Manuel, Instituto Araújo Porto, Casa da Rua, Membros e ex-Membros dos Órgãos Sociais, Aposentados da Caixa Privativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Colaboradores efectivos da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Consulta de Clínica Geral aos Utentes do Lar Quinta do Marinho, Hospital Lar de S. Lázaro (em colaboração com Médicos do Centro de Saúde da Batalha), Crianças do Colégio Nossa Senhora da Esperança e Consulta de Pneumologia nos Serviços de Saúde.

Consulta de Clínica Geral aos Utentes do Colégio Barão de Nova Sintra.

No consultório Particular de Oftalmologia, aos Utentes dos Instituto S. Manuel e Instituto Araújo Porto.

Medicina do Trabalho a todos os Colaboradores da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Vigilância da Higiene Segurança e Condições do Trabalho em todos os Estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Consulta de Psiquiatria a Utentes da Santa Casa da Misericórdia do Porto após solicitação da Direcção Clínica dos Serviços de Saúde e a Utentes internados no Hospital da Prelada após solicitação da Direcção Clínica do Hospital da Prelada.

Consulta de Cardiologia e execução de Electrocardiogramas a Utentes da Santa Casa da Misericórdia do Porto após solicitação da Direcção Clínica dos Serviços de Saúde.

Consulta de Otorrinolaringologia no Consultório Particular a Utentes do Instituto S. Manuel e Instituto Araújo Porto após solicitação da Direcção Clínica dos Serviços de Saúde.

4.3 *Equipe de Enfermagem, constituída por 12 elementos.*

Relatório de Actividades e Contas

5. Acordos de Cooperação

- 5.1. Manteve-se em vigor o Acordo de Cooperação entre a Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Administração Regional de Saúde do Norte.
- 5.2. Manteve-se em vigor o Acordo entre os Serviços de Saúde da Santa Casa da Misericórdia do Porto e os Serviços Especializados do Hospital da Prelada.
- 5.3. Manteve-se em vigor o Acordo de actividade entre os Serviços de Saúde da Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Faculdade de Medicina do Porto Centro de Saúde de S. João.
- 5.4. Manteve-se em vigor os Acordos (verbais) de actividade com vários Laboratórios de Análises Clínicas, Gabinetes de Imagiologia e Meios Complementares de Diagnóstico e Gabinetes de Especialidades.

6. Registos de Actividade

Durante o ano de 2002 e destinado aos 2.000 Utentes da Santa Casa da Misericórdia do Porto efectuaram-se 10.000 Consultas Médicas e Actos Médicos de prescrição na Sede dos Serviços de Saúde e nos Estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

3.3.3. Área Social

Gabinete de Acção Social e Animação (G.A.S.A.)

Durante o ano de 2002 o Gabinete de Acção Social desenvolveu a sua actividade em vários quadrantes de acção da instituição, destacando-se problemática ligada às pessoas idosas.

Neste contexto foi elaborado um estudo, o qual foi discutido em sessão de Mesa Administrativa, e que deu conta das necessidades existentes ao nível dos nossos Lares de Idosos, como também ao nível daqueles idosos que ao longo de dois anos recorreram à instituição e ainda se encontravam sem solução. Em concreto e de entre as 306 pessoas apoiadas, 24 foram aquelas que em 2002 a Misericórdia do Porto acolheu pela primeira vez (em lar e apoio domiciliário), número que correspondeu ao número de vagas registadas ao longo do ano.

Em termos de Ajudas Técnicas e num total de 80 famílias abrangidas por este serviço 12 foram apoiadas pela primeira vez.

O encerramento do Lar D. Francisco de Noronha ocorreu a 19 de Março e até esta altura procedeu-se à transferência de 24 utentes, os quais foram distribuídos pelos restantes equipamentos para idosos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, do que resultou o sobrelotação dos mesmos até ao mês de Agosto.

Relatório de Actividades e Contas

Foi feita a revisão do Regulamento das Zonas Residenciais do Hospital de S. Lázaro e do Lar Nossa Senhora da Misericórdia, o qual foi aprovado pela Mesa Administrativa e que mereceu a aprovação do Definitório.

Foram elaborados pelo Gabinete os aumentos das mensalidades dos estabelecimentos para idosos, assim como os subsídios de apoio económico.

Deu-se também início ao estudo do universo de idosos em lista de espera, cujos resultados serão conhecidos no ano de 2003 e que se pretende, venham a contribuir para melhor adequar as respostas ao universo de utentes em causa.

Manteve actualizada a base de dados relativa à situação funcional dos utentes apoiados nos equipamentos para idosos.

Elaboração do Plano de Acção da Santa Casa da Misericórdia do Porto no âmbito da Protecção Civil, orientado para actuar em situações de catástrofe que ocorram no Município do Porto e nos estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Ao nível do Programa Especial de Realojamento (PER) foi responsável pela actualização das rendas dos inquilinos com renda apoiada e cujo cálculo é feita de acordo com o estabelecido no Decreto Lei n.º 166/93 de 7 de Maio.

O Gabinete de Acção Social foi também responsável pela programação da cerimónia de homenagem a D. Lopo de Almeida e pela distribuição de alimentos e peças de vestuário a famílias carênciadas, acção que decorreu por ocasião do Natal. Fez ainda parte do grupo organizador da Festa de Natal, que aconteceu no Seminário de Vilar em 21 de Dezembro.

A Directora do Gabinete de Acção Social, juntamente com a Directora da Casa da Rua estiveram presentes num Seminário Europeu sobre Emigração e Pessoas Sem Abrigo, organizado em Berlim, pela Federação Europeia das Associações que Trabalham com os Sem-Abrigo.

Recolha e envio de dados para inquéritos, questionários e estatísticas de carácter social, que ao longo do ano são solicitadas a esta Santa Casa por diversos organismos Oficiais.

Lares de Idosos

No ano de 2002 os Estabelecimentos de Idosos, prosseguiram os objectivos dos anos anteriores, isto é, uma melhor prestação de cuidados e por conseguinte uma melhoria a nível da qualidade de vida dos Utes.

Relatório de Actividades e Contas

Principais Objectivos:

- Conhecimento das situações dos Idosos.
- Individualização dos cuidados a prestar.
- Reavaliação periódica das situações pelos agentes intervenientes (Idoso e equipa) de forma a colmatar desajustes.
- Contactos permanentes com familiares, vizinhos e comunidade em geral.
- Satisfação das necessidades básicas.
- Gestão do Estabelecimento adequada aos fins a que se destina.

Acontecimentos Relevantes:

1 – Encerramento do Lar D. Francisco de Noronha.

2 – Serviço de Apoio Domiciliário.

3 – Perspectivas de novas valências.

1 – Foram os cinco Lares solicitados pela Ex.^{ma} Mesa Administrativa para realojar os utentes existentes naquele Estabelecimento.

Após várias reuniões de trabalho entre as Directoras, nas quais o estudo de cada situação foi pormenorizado de forma a permitir que as consequências das transferências fossem minimizadas tendo sido possível concretizar a resolução desta situação.

2 – O Serviço de Apoio Domiciliário que estava sobre a orientação do Gabinete de Acção Social e Animação passou, no mês de Setembro, a ser gerido no seu todo pela Direcção do Lar da Quinta Marinho.

3 – A fim de abrir novas perspectivas de apoio a Idosos a partir dos Lares existentes, foi pedido pelo Ex.^{mo} Mesário da Área Social um estudo a cada Directora sobre a concretização das valências — Centros de Dia e Apoio Domiciliário.

Este estudo foi apresentado tendo em conta a especificidade de cada Estabelecimento e o meio envolvente.

Movimento de utentes

Entradas 43 utentes; falecimentos 39 utentes; internamento temporário 4 utentes.

Grau de dependência dos utentes

Grandes dependentes (não come por mão própria, não anda, não se lava só) 59 utentes; dependentes (não anda, não se lava só, come por mão própria) 88 utentes; parcialmente dependentes (necessitam de ajuda na higiene e na locomoção) 59 utentes; autónomos, 58 utentes.

Relatório de Actividades e Contas

Actividades Culturais, Recreativas e Religiosas

Foi cumprido o plano de actividades previsto para o ano de 2002 simultaneamente cada Lar, promoveu a ocupação dos Idosos no dia a dia (Animação de grupos do exterior, participação em Colónia de Férias, época balnear, actividades manuais, participação em Solenidades Religiosas).

Estágios

Os Estabelecimentos foram solicitados para facultar estágios em diversas áreas pelas seguintes Instituições:

- Centro de Formação Profissional da Santa Casa da Misericórdia do Porto – 25
- Escola Superior de Educação Paula Frassinetti – 4
- Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto – 3
- Centro Social e Paroquial N.ª Senhora da Vitória – 5
- Fundação Filos – 4
- Desenvolvimento do Vale de Campanhã – 2
- Universidade Moderna (Psicologia Curativa) – 4
- M. G. – 7
- Unidade de Avaliação e Orientação do Centro Reabilitação da Areosa – 1
- Programa Ocupação Tempos Livres – 6
- Estágios de Família Viva – 8

Acções de Formação

- Congresso “Gerontopsiquiatria” I Congresso Europeu de Gerontologia
- “Bisavós e Avós da Europa”

Casa da Rua

O presente Relatório de Actividades é elaborado no quadro do Plano de Actividades aprovado pela Mesa Administrativa para o Estabelecimento “Casa da Rua”.

Durante o ano de 2002 verificaram-se 3.220 dormidas, o que dá uma média diária de 9 dormidas por dia.

Refeições

Durante o ano de 2002 foram servidos num total de 2.454 pequenos-almoços (média diária – 7); 19.200 almoços (média diária – 53); 19.108 jantares (média diária – 52).

Relatório de Actividades e Contas

Balneário

O balneário foi utilizado cerca de 3.849 vezes, o que dá uma média de 11 utentes/dia.

Lavandaria

Estima-se que recorreram a este serviço cerca de 40 pessoas por mês, algumas das quais mais de uma vez por semana.

Distribuição de Roupa

Distribuíram-se peças de roupa sempre que isso foi solicitado.

Projectos/Actividades Realizadas

1 – Com o objectivo de colmatar a falta de um Psicólogo na Instituição, em Junho de 2002 foi efectuada uma candidatura ao Programa Vida – Emprego para a admissão de um Técnico com esta Formação académica. A Candidatura foi aceite pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e durante dois anos a “Casa da Rua”, vai poder contar com a colaboração de uma Psicóloga, sem qualquer custo financeiro para a Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Seguidamente vêm descritas as actividades desenvolvidas pela Psicóloga no período de Junho a Dezembro de 2002.

Triagem dos utentes

Caracterização individual, psicológica, familiar e social dos utentes que usufruem dos serviços da Casa da Rua.

40 Utes: sendo 38 do sexo masculino e dois do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 22 e os 56 anos de idade.

Apoio/acompanhamento psicológico individual (de forma regular).

10 Utes: sendo 8 do sexo masculino e 2 do sexo feminino com idades compreendidas entre os 22 e os 37 anos de idade.

Apoio psicossocial

- Informação e encaminhamento para Unidades de Saúde (CAT's; Centros de Saúde; CRAN);
- Trabalho de prevenção da recaída;
- Promoção dos envolvimento afectivos significativos dos utentes;
- Trabalho da auto-estima;
- Trabalho de competências pessoais e sociais.

Relatório de Actividades e Contas

30 Utentes: sendo 28 do sexo masculino e 2 do sexo feminino com idades compreendidas entre os 22 e os 56 anos de idade.

Orientação na procura de emprego

- Elaboração do balanço de competências pessoais e profissionais;
- Sensibilização e motivação para o trabalho;
- Apoio na definição de um percurso formativo ou profissional;
- Técnicas de procura de emprego;
- Contactos telefónicos com entidades empregadoras e ou Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Encaminhamento dos utentes para entrevistas de emprego;
- Promoção de outras formas de contacto com o mercado de trabalho.

15 Utentes: sendo 14 do sexo masculino e 1 do sexo feminino com idades compreendidas entre os 22 e os 56 anos de idade.

Acompanhamento psicossocial dos utentes inseridos no Curso de Jardinagem/Hortelão.

- Sensibilização e motivação para a formação e o trabalho;
- Trabalho de competências pessoais e sociais.

12 Utentes: do sexo masculino com idades compreendidas entre os 22 e os 55 anos de idade.

2 – Em Agosto de 2002 a “Casa da Rua” começou a colaborar com o Projecto “Porto Feliz” desenvolvido pela Câmara Municipal do Porto, destinado aos arrumadores toxicodependentes. Esta colaboração consiste na cedência de 10 camas, tratamento de roupas e fornecimento de 10 jantares.

3 – Atendendo a que um dos objectivos desta Instituição é a reinserção social, o Centro de Formação Profissional da Santa Casa da Misericórdia do Porto elaborou uma candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional do Porto, cujos destinatários foram os utentes da “Casa da Rua”.

A Direcção da Instituição assumiu a coordenação do Curso de Jardinagem/Hortelão, colaborou na selecção dos formandos e disponibilizou as instalações para a formação Teórica, que decorreu de Novembro de 02 a Janeiro de 03. O Curso é frequentado por 11 pessoas.

4 – A Directora participou em Berlim numa conferência sobre o tema “Imigração e sem abrigo”.

Relatório de Actividades e Contas

Actividades internas

Atendimento Social a 100 novos utentes.

Encaminhamentos para outras Instituições da comunidade.

Admissões para as várias valências da “Casa da Rua”.

À semelhança de 2001, e com o mesmo objectivo (promover laços de amizade e solidariedade entre os utentes desta Instituição), em 2002 as festas tradicionais portuguesas foram comemoradas de acordo com as nossas tradições.

Integração na Comissão Organizadora da Festa de Natal da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Centro de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica - Casa de Santo António

O ano de 2002 marca o início efectivo de funcionamento desta nova valência da Santa Casa da Misericórdia do Porto, resultado de um longo percurso que envolveu diferentes Administrações, Serviços e Departamentos desta Santa Casa bem como a parceria com o Estado, nomeadamente com o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social do Porto – CDSSS, concretizada com a celebração de Acordo de Cooperação Atípico, com entrada em vigor em 01 de Julho de 2002.

A inauguração oficial em sessão solene aconteceu no dia 14 de Julho de 2002 e contou com a presença de representantes das diferentes Entidades convidadas.

Constituem objectivos da valência:

- Acolher temporariamente mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores, sendo o tempo máximo de permanência previsto, de seis meses;
- Promover aptidões pessoais, profissionais e sociais como forma de evitar eventuais situações de exclusão social tendo em vista a sua (re)inserção.

Espaço Físico

Os objectivos identificados, são concretizados através da Casa de Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica que dispõe de um conjunto de espaços comuns e privados equipados e decorados segundo uma lógica de simplicidade, conforto, comodidade e humanidade.

A capacidade do equipamento é de 15 (quinze) utentes/residentes (mulheres e respectivos filhos).

Relatório de Actividades e Contas

Equipe

O pessoal afecto à resposta social, para o ano de 2002 foi:

- 1 – Assistente Social – 100% que acumula também a função de Directora Técnica,
- 1 – Educadora Social – 100%
- 1 – Encarregada de Serviços Domésticos 100% que acumula funções de cozinheira
- 2 – Ajudantes de Lar – 100%
- 3 – Trabalhadoras Auxiliares (Serviços Gerais) –100%
- 1 – Administrativo – 100%

A equipe foi sujeita a um plano de formação na área da violência doméstica, em articulação com os serviços previstos na Lei e com visita a instituição similar da Fundação Bissaya Barreto em Coimbra.

Organização Funcional

Para garantir o bom funcionamento do equipamento ou serviços, de harmonia com os requisitos técnicos adequados e em conformidade com os estatutos das instituições e com o suporte jurídico sediado no Decreto-lei n.º 323/2000, definiram-se alguns métodos de trabalho, normas e procedimentos de funcionamento e o Regulamento Interno da valência.

Registo de Movimento de utentes

Desde o dia 25 de Setembro de 2002 (data de início de acolhimento) até ao dia 31 de Dezembro do mesmo ano registou-se a admissão de um total de 10 mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 37 anos de idade e 14 crianças, sendo uma recém nascida e as restantes com idades compreendidas entre os 2 e os 8 anos de idade de ambos os sexos.

Os serviços de encaminhamento foram os previstos na Lei, nomeadamente Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV, Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher – CIDM e por outros como a Linha Nacional de Emergência Social – L.N.E.S., Serviço Social de Hospitais Distritais, Equipas de Acção Social da Segurança Social...

Serviços Prestados

- A valência disponibiliza às mulheres acolhidas alojamento e alimentação gratuitos mas funciona segundo uma lógica de participação e coresponsabilização das residentes, o que se traduz no desempenho por parte destas, num sistema de roulement, de um conjunto de tarefas da

Relatório de Actividades e Contas

vida quotidiana (lavandaria, limpezas, refeitório, prestação de cuidados aos filhos, costura...), sempre em função dos seus tempos.

- Apoio Psicossocial que assume especial importância na orientação do dia a dia, no criar de rotinas diárias, gestão de tempo, gestão de economia doméstica, treino de competências, na criação de uma rede de suporte, que permita a melhoria das condições de vida das utentes, centrada na ajuda à criação de condições para que as mulheres se autonomizem e prossigam as suas vidas.
- A ajuda na procura de emprego ou formação, a colocação dos filhos em equipamentos de educação ou sociais, procura de habitação, acesso aos cuidados de saúde e outros serviços indispensáveis ao pleno exercício do direito de cidadania.
- Apoio Jurídico mediante a articulação com os serviços de encaminhamento e/ou recorrendo aos apoios do Estado (apoio judiciário) é possível assegurar às utentes acolhidas na valência o apoio e orientação jurídica necessária nas questões relacionadas com divórcio, tutela dos filhos menores, queixas-crime, pedidos de indemnização.

Estágios

A valência Casa de Abrigo foi solicitada para facultar estágios académicos na área de Educação Social, em número de três, da Universidade Portucalense e Escola Superior de Educação do Porto.

Comunicação Social e Outras Formas de Divulgação

O início de funcionamento desta nova valência da Santa Casa foi objecto de ampla cobertura por parte dos meios de comunicação quer da imprensa escrita quer das televisões.

A valência foi ainda escolhida pela CIDM, organismo estatal, como exemplo de boa prática de intervenção na problemática da violência doméstica, para visita por parte de Deputada do Parlamento Britânico e Embaixadora Britânica em Portugal.

3.3.4. Área do Ensino e Formação Profissional

Colégio de Nossa Senhora da Esperança

Tendo como objectivo o poder oferecer um Colégio com uma dinâmica moderna que prepare pessoas capazes de enfrentar o mundo difícil do ensino superior e, principalmente, o mundo difícil da sociedade dos nossos dias, acreditando nas potencialidades deste estabelecimento para cumprir plenamente o

Relatório de Actividades e Contas

seu projecto educativo, durante o ano de 2002, com os meios disponíveis, no intuito de otimizar o seu funcionamento geral e de melhorar o aproveitamento dos seus 320 alunos, fizeram-se grandes alterações a todos os níveis.

Mantiveram-se os Subsídios do Acordo de Cooperação elaborado com o Centro Regional da Segurança Social para a Creche e Infantil, bem como o Contrato Simples efectuado entre a Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Direcção Regional do Ensino do Norte que beneficia os alunos matriculados nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos.

No campo Pedagógico, depois do relançamento de todas as estruturas educativas e de pôr em prática as alterações impostas pelo Ministério da Educação, cumpriu-se com as actividades aprovadas em Conselho Pedagógico e enquadradas no plano anual de actividades do Colégio, salientando que as visitas de Estudo efectuadas para as diferentes áreas curriculares se realizaram ao longo do ano com sucesso; dado o Colégio se encontrar aberto aos alunos até às 19h e indo ao encontro de um desejo há muito formulado pela maioria dos Encarregados de Educação, criámos uma sala de estudo onde os interessados, acompanhados sempre por um docente, poderão estudar e fazer os seus trabalhos; a biblioteca, que se encontrava desactivada, foi remodelada. Passou a ter um novo espaço e foram comprados materiais didácticos para apoio aos alunos e professores;

O Corpo Docente foi reestruturado, passando a haver mais do que um professor por disciplina e melhorando assim a dinâmica e a qualidade do ensino; porque nos candidatamos ao Clube Europeu e pela positiva participação, foram convidados um grupo de alunos do nosso Colégio a deslocarem-se a Strasburgo a fim de visitarem o Parlamento Europeu; com o fim de oferecer aos utentes do Estabelecimento mais do que a simples leccionação obrigatória, para além das já existentes (Karaté e Informática), iniciámos como actividades extra-curriculares o Ballet, Artes Plásticas e Inglês e foi criada uma sala para laboratório fotográfico devidamente apetrechada. Foi elaborada com sucesso uma “Feira do Livro Usado”. Facultaram-se alguns estágios a jovens da Faculdade de Psicologia do Porto que ofereceram ao Colégio uma análise exaustiva das turmas dos 2.º e 3.º ciclos.

Nota: Outras actividades que foram aprovadas em Conselho Pedagógico e que não constam do Plano Anual de Actividades do Colégio, não foram desenvolvidas pelo facto de não termos ainda o espaço necessário à sua realização.

Mantiveram-se, de acordo com a tradição do Colégio, a celebração da Primeira Comunhão e Profissão de Fé dos alunos, a festa de S. Lázaro venerada na nossa Igreja e ainda as actividades estabelecidas no calendário, tais como:

Relatório de Actividades e Contas

Dia de Halloween, Dia de S. Martinho, Festa de Natal, Dia dos Namorados, Festa de Carnaval, o “Five O’Clock Tea”, a semana Francesa, os dias do Pai e da Mãe, Festa de S. João, e Festa de final de ano lectivo, envolvendo a comunidade escolar deste Colégio.

Trabalhamos também no sentido do melhor aproveitamento dos Recursos Humanos existentes.

A aquisição de cacifos para todos os alunos do 2.º e 3.º ciclos permitiu uma melhor “arrumação” do Colégio e deu a todos maior segurança. O restauro de 3 viveiras, a revisão de algumas partes do telhado e a pintura do sector da Creche, da sala dos professores, da sala de Karaté e da fachada do Estabelecimento, foram benefícios importantes dado o estado em que se encontravam.

Centro de Formação Profissional

De uma forma sucinta, descrevem-se aqui as actividades desenvolvidas nesta estrutura formativa da Santa Casa durante o ano de 2002, fundamentalmente na vertente formativa externa, concorrendo para isso, a existência de sectores officinais de artes gráficas, carpintaria, electricidade, afectas a este Centro de Formação e outras instalações cedidas para o efeito, nomeadamente salas de aulas dos Institutos Araújo Porto e S. Manuel, bem como as instalações do 1.º andar do prédio situado na Rua Galeria de Paris. Todas as actividades formativas, destinaram-se a apoiar jovens à procura do primeiro emprego, e a pessoas com fragilidades no acesso ao mercado de trabalho, cidadãos marginalizados e excluídos.

Assim, tendo em vista os vários programas operacionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional — Centro de Emprego do Porto, e apoiados financeiramente por este Organismo, o Centro de Formação Profissional da Santa Casa apoiou, ao abrigo do Programa Aprendizagem em Alternância, 88 jovens de ambos os sexos, tendo durante o ano de 2002, terminado os seus cursos, 29 jovens, em artes gráficas, carpintaria, electricidade e técnicas assistentes de serviços pessoais e à comunidade, durante três anos, conferindo aos jovens o 9.º e o 12.º ano, e um certificado de aptidão profissional. Por outro lado e através do Plano Regional de Emprego para a Área Metropolitana do Porto, decorreu nas instalações do Centro de Formação Profissional da Santa Casa, o curso de auxiliar de geriatria, desenvolvido através do Programa NOP – Nova Oportunidade Profissional, cujas destinatárias foram 18 senhoras desempregadas de média e longa duração.

Relatório de Actividades e Contas

Durante o ano de 2002, concluíram também o 3º ano, os formandos do Curso de Conservação e Restauro de Pintura em Cavalete, que decorreu ao abrigo do Programa Conservação do Património Cultural. Decorreu também no primeiro trimestre do ano de 2002, o estágio destes formandos em Florença-Itália, apoiado pelo Programa Leonardo da Vinci.

Ao abrigo do Programa Escolas Oficinas, e no âmbito do Mercado Social de Emprego, decorreu nos jardins e espaços agrícolas do Centro Hospitalar Conde de Ferreira também o curso de Jardinagem/Hortofloricultura, dirigido a 12 desempregados de longa duração.

Com o objectivo de apoiar utentes da Casa da Rua, Estabelecimento da Santa Casa, de apoio aos sem abrigo, foi apresentada e aprovada pelo Centro de Emprego a candidatura ao Programa Inserção e Emprego, tendo iniciado o curso uma turma de 12 pessoas carenciadas.

Transitaram para 2003, duas turmas com 32 jovens do sexo feminino, do Curso de Técnicas Assistentes de Serviços Pessoais e à Comunidade, 12 jovens do sexo masculino, do Curso de Electricista de Manutenção do Programa Aprendizagem, 12 desempregados de longa duração, do curso de Jardinagem/Hortofloricultura, do Programa Escolas-Oficinas, e 10 do curso de Jardineiro/Hortelão do Programa Inserção e Emprego, iniciando a actividade de interesse social, nos jardins e logradouros do Centro Hospitalar Conde de Ferreira.

Foi ainda apresentada uma candidatura ao POEFDS – Eixo 5 – Promoção do Desenvolvimento Social, aguardando-se a decisão final por parte do Organismo competente sobre a viabilidade da mesma.

Ao nível da produção, o sector de artes gráficas e marcenaria/carpintaria, deu resposta a todas as solicitações internas, tendo ainda o sector gráfico executado inúmeros serviços para o exterior.

Instituto de S. Manuel

Os objectivos gerais do Instituto S. Manuel destinam-se à defesa e promoção dos direitos do deficiente visual e multideficiente, segundo uma planificação integrada de serviços de apoio, que vão desde a infância à idade adulta.

A prestação de Serviços foi feita aos níveis: educativo, terapêutico, vocacional, bem estar, social e recreativo, de acordo com o princípio de normalização no campo de integração social e desenvolvimento de oportunidades e condições de vida digna.

Relatório de Actividades e Contas

Neste sentido foram desenvolvidos programas de atendimento individualizados, de acordo com as necessidades e capacidades específicas de cada aluno/utente.

Durante o ano 2002 o Instituto atendeu 60 crianças/jovens (20 crianças deficientes visuais; 22 multideficientes e 18 normo-visuais). Estes alunos foram atendidos nas valências: Sócio-Educativo, Técnicas Específicas; Centro de Actividades Ocupacionais; Actividades de Tempos Livres e Lar de Apoio.

Visitas de Estudo

Fomos visitados pela:

- Escola Superior de Educação de Viana do Castelo
- Escola Superior de Educação Física da Universidade do Porto
- Escola EB 2,3/S de Viana do Castelo
- Curso de Ajudante de Apoio à Família e Comunidade do Vale de Campanhã
- Escola Superior de Educação Paula Frassinetti

Estágios

O Instituto S. Manuel foi solicitado para facultar estágios em diversas áreas, pelas seguintes Instituições/Serviços:

- Centro de Formação Profissional da Santa Casa da Misericórdia do Porto
- Instituto Superior da Maia
- Centro da Areosa

Formação

Participamos no:

- workshop “Acessibilidade e Mobilidade nos Transportes e Espaço Urbano” organizado pela Câmara Municipal do Porto.
- “Misericórdias: Agentes do Mercado Social de Emprego”.
- Encontro Luso-Espanhol de Psicologia da Saúde.
- Seminário “O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência: Informação e Sensibilização. Exemplos de boas práticas”.
- Reunião preparatória com workshop da iniciativa LABIRINTO, organizada pela Câmara Municipal do Porto.

Ao longo do ano efectuaram-se diversos trabalhos no sentido de se proceder à passagem da valência “sócio-educativo” para a tutela do Ministério de Educação. Até ao momento esta valência tem sido protocolada com o Centro Regional da Segurança Social.

Relatório de Actividades e Contas

Centro Professor Albuquerque e Castro - Edições Braille

O Centro Professor Albuquerque e Castro — Edições Braille, editou em Braille 11 números das Revistas “Poliedro” e “Rosa-dos-Ventos”. Transcreveu em Braille 35 títulos de obras de carácter recreativo. Informativo, didáctico e cultural — obras contidas no Plano de Actividades.

Todo o material foi distribuído pelos serviços de/para cegos: Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal; Biblioteca Nacional de Lisboa; Biblioteca Municipal de V. N. de Gaia; Ministério da Educação, etc.

A título de encomenda, com o respectivo pagamento, transcrevemos em Braille: Jornal de Notícias (5.600 exemplares); Espaço T (7.300 exemplares); Guia do Museu do Carro Eléctrico (1.000 exemplares); Museu do Carro Eléctrico (500 convites); Gráfica S. Jorge (26.500 envelopes); Copidata (30.000 envelopes); Apoio XXI (500 Mapas), DIEL – Distribuidores e Livreiros (3 Livros).

Recebemos a título de donativo a quantia de 2.493,99 e, para a publicidade nas revistas “Poliedro” e “Rosa-dos-Ventos” e edição do calendário civil da Caixa Geral de Depósitos.

Na transcrição das obras de música, recebemos a colaboração do Conservatório de Música do Porto.

Visitas: Como única Imprensa Braille do país, temos recebido algumas visitas de estudo: alunos do Instituto Monitor; Escola Superior de Educação de Viana do Castelo; Escola EB 2,3/S de Barroelas; Elementos da Comissão Braille.

Participamos em todas as reuniões, convocadas pela Comissão de Leitura para Deficientes Visuais, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

A convite do Presidente da Comissão Braille e da ACAPO, participamos na Vídeo Conferência Luso Brasileira, no lançamento da Grafia Braille para a Língua Portuguesa, em Portugal e no Brasil.

Instituto de Araújo Porto

Em referência a outros relatórios anteriores e como é do conhecimento de todos, o Instituto Araújo Porto tem a sua intervenção e o seu objectivo principal na reabilitação de crianças e jovens portadores de deficiência auditiva e multideficiências. Neste sentido compreende um conjunto de medidas diversificadas e complementares nos domínios da prevenção da Educação Especial, na reabilitação psicossocial, de apoio sócio-familiar da acessibilidade

Relatório de Actividades e Contas

das ajudas técnicas, da cultura, do desporto e da recreação e outros que visem favorecer a autonomia pessoal.

Nas áreas de intervenção da Educação Especial, constituída como modalidade de Educação que decorre em todos os níveis do ensino público, particular e cooperativo e que visa o desenvolvimento integral da pessoa com necessidades educativas específicas, bem como a preparação para uma integração plena na vida activa, considerando de que cada problemática apresenta um determinado conjunto de características que definem, e que a manifestação dessas características varia consideravelmente de indivíduo para indivíduo.

O Instituto Araújo Porto apoia a integração escolar e social de 41 crianças e jovens portadores de deficiência auditiva, multideficiência e outros, com flexibilidade curricular com projectos alternativos para muitos deles, diversificando técnicas de ensino/aprendizagem, visando uma autonomia progressiva dos alunos, desenvolvimento de responsabilidades, de aquisição de aptidões sociais facilitadoras da interacção, comunicação e integração grupal/social da perspectiva da independência pessoal.

Fruto de uma reestruturação bem reflectida e com objectivos mais condizentes com as realidades sentidas pela população e partindo sempre da perspectiva do desenvolvimento integral do ser humano, foram igualmente implementadas várias acções a permitir-lhes uma integração de sucesso nas redes comunitárias a que pertencem, proporcionando-lhes o apoio que responda às suas necessidades concretas e aos seus interesses.

Considerar o Implante Coclear como alternativa benéfica para algumas crianças surdas. Aproveitar os implantados para que reconheçam os sons ambientais e aprendam o ritmo da linguagem oral para uma melhor comunicação com o mundo dos ouvintes. Estar abertas (instalações e meios) para reabilitação auditiva da linguagem das pessoas portadoras de Implante Coclear.

Assim, fazendo parte integrante do nosso projecto educativo temos o domínio das novas tecnologias de informática, sobretudo no mundo da internet.

Programas de apoio à integração escolar através de visitas permanentes às escolas regulares onde os alunos estão integrados, do uso de ajudas técnicas, de avaliação especializada e de intercâmbios a diversos níveis.

Todas as actividades envolvidas no Plano de Actividades do Instituto, incluindo reuniões gerais, reuniões inter-sectoriais, reuniões pedagógicas-multi-disciplinares, reuniões de avaliação, reuniões com os pais/encarregados de educação, reuniões com as Equipas de Apoio Educativo das crianças e jovens integrados.

Relatório de Actividades e Contas

Envolvimento em novos projectos, integrados no ano Europeu do Deficiente-2003. Projecto “Labirinto” através workshops, promovido pelo Pelouro e Acção Social da Câmara Municipal do Porto, realizados no âmbito da iniciativa “Eliminar Barreiras/Facilitar Acessos”, na Alfândega do Porto.

Colaboração em diversos trabalhos realizados por alunos universitários e a outros níveis.

Em virtude das presentes transformações verificadas em geral e no apoio da deficiência auditiva e multideficiência, considera-se como fundamental e indispensável por um lado, a adaptação das respostas existentes no Instituto Araújo Porto, à criação de novas formas de resposta para crianças e jovens portadoras de deficiências e também em risco, para o plano de acção inovador de reestruturação do I.A.P.

As valências relativas às actividades desenvolvidas decorre de protocolos de cooperação entre a Santa Casa e a Segurança Social e futuramente também com o Ministério da Educação.

Colégio do Barão de Nova Sintra

Devido ao elevado grau de dificuldades escolares dos educandos do 1º ciclo, o Gabinete de Educação Social (G.E.S.), criou um programa de acompanhamento mais próximo e aprofundado.

Para o desenvolvimento deste trabalho, tivemos o contributo do Serviço de Psicologia e Orientação (S.P.O.), que com a realização de testes, nos permitiu identificar algumas áreas mais problemáticas. Também o apoio do voluntariado, com elementos especializados no trabalho com o 1º ciclo, tem um contributo fundamental no desenvolvimento escolar de cada educando.

Os grupos de encontro com os alunos do 2º e 3º ciclos tiveram como objectivos principais:

Proporcionar momentos livres, desenvolvendo as competências sociais de cada educando, aperfeiçoar competências de estudo e fomentar a participação activa de cada educando no grupo.

Foram também propostos temas para a formação e por vezes realizados jogos de desenvolvimento social; desenvolvimento pessoal; desenvolvimento da concentração e aquisição de normas de conduta.

O Colégio do Barão de Nova Sintra, candidatou-se ao Programa “Quadro Prevenir II” do Instituto Português das Drogas e Toxicoddependencia, com o

Relatório de Actividades e Contas

Projecto “Preciso de Ti”. Na candidatura deste projecto realizamos um protocolo com o CIAC Norte, Centro de Saúde de Nova Sintra, Escola EB 2/3 Ramalho Ortigão, Espaço T e Sport Club Vasco da Gama.

O objectivo primordial que levou à candidatura refere-se ao facto de a população do Colégio e familiares, serem considerados grupos de risco.

Decorrente do Protocolo de Colaboração celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia e o Espaço T, o Colégio do Barão de Nova Sintra teve durante um ano lectivo, um professor de Educação Física cedido por aquela Instituição, gratuitamente. Desta actividade desportiva usufruíram os alunos do 1º ciclo (3º e 4º ano) e secundário.

Habitualmente as actividades desportivas decorreram numa sala do Colégio disponibilizada para o efeito, sendo noutros casos praticados no Sport Club Vasco da Gama.

Para além de ocupar o tempo extra escolar das crianças e jovens, o desporto ajudou-as na socialização e implementação de regras de convívio, responsabilidade e estímulo de práticas pelo exercício físico.

Duas vezes por semana, deslocava-se ao Colégio, uma Professora de Música para dar aulas aos educandos. As aulas destinavam-se a todos os alunos do 1º ciclo e alguns do 2º ciclo.

Nestas aulas, a professora ensinava às crianças, no canto, notas musicais e sua leitura em pauta; a tocar instrumentos musicais como o xilofone, flauta e órgão.

A professora colaborava também nas festas do Colégio, através do ensino e realização de uma peça, habitualmente empregando o cântico e os instrumentos musicais.

De acordo com a avaliação da intervenção do S.P.O. no ano 2001, onde fundamentalmente em situações de crise, houve necessidade de alterar a dinâmica da intervenção. Neste âmbito, o objectivo primordial do S.P.O. no ano 2002 era a avaliação das competências e dificuldades de cada aluno para que posteriormente se agisse de forma mais preventiva, dotando os alunos de ferramentas essenciais ao seu desenvolvimento.

Assim, avaliou-se cada aluno do Colégio, até Junho de 2002, o que permitiu encontrar alguns défices comuns a todas as crianças da Instituição a serem trabalhadas a partir de Setembro (início do ano lectivo 2002/2003). Desde essa data foram constituídos grupos de competências de estudo, onde os alunos adquiriram novas estratégias e métodos de estudo, com o intuito de melhorar o seu desempenho escolar.

Relatório de Actividades e Contas

Paralelamente ao trabalho de avaliação na 1ª parte do ano e da intervenção em grupo, foram dinamizadas consultas individuais com os alunos avaliados com problemas socio-familiares mais graves.

O Gabinete de Animação Socio-Cultural, dedicou-se no ano de 2002 à formação/informação sobre a temática da sexualidade, baseando-se no programa didáctico “A adolescência e tu”. Estas sessões abrangeram alunos do 2º e 3º ciclos de acordo com cada faixa etária.

Foi ainda desenvolvido o programa “Educação para a Saúde”, entendida como a parte de um processo global de educação. Neste programa, o Animador sociocultural interagiu com a Gabinete Médico e de Enfermagem complementando a sua intervenção formativa.

Pretendeu-se com esta acção, facilitar o desenvolvimento de atitudes responsáveis nos jovens para que através das suas aprendizagens, possam ir incorporando estilos de vida e hábitos saudáveis que lhes permitam desenvolver condutas positivas e que actuem como factor de protecção perante a diversidade de experiências futuras.

Foram ainda realizadas sessões de relaxamento com música; actividades lúdicas, nomeadamente bilhar, matrecos e ping-pong. Posteriormente, foram realizados vários torneios ao longo do ano.

O G.A.S. teve um papel preponderante na animação e educação das noites dos jovens.

Assim, promoveu também saídas ao exterior para o Sport Club Vasco da Gama para praticar basquetebol. Havendo ainda sessões de pintura no Colégio e também tivemos sessões de fotografia, no centro da cidade do Porto.

Com a colaboração das Educadoras Sociais, promoveu-se a formação dos Prefeitos ao nível das relações interpessoais e da assertividade e ao nível do acompanhamento educativo e aplicação prática desses conhecimentos.

3.3.5. Área da Cultura e do Culto

Arquivo Histórico

1. Introdução

O presente relatório reporta-se ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2002.

Relatório de Actividades e Contas

Com a sua elaboração, pretende dar-se uma visão de conjunto das actividades levadas a termo, e outras iniciadas ou desenvolvidas por este Serviço, durante o período acima referido.

2. Restauro e Encadernação de Documentação

2.1. Foram tratados a nível de restauro e ou encadernação 36 livros.

3. Actividades desenvolvidas no Arquivo Histórico

3.1. Colaboração na redacção do trabalho intitulado “A Roda dos Expostos e a Misericórdia do Porto”.

3.2. Continuação da elaboração de fichas, que são o resultado de uma análise e estudo pormenorizado de cada unidade de instalação, que compõe o Arquivo Histórico, com o objectivo de elaborar um novo Roteiro ou Inventário e desta forma contribuir para melhor satisfazer as necessidades dos leitores. Essas fichas incluem também um comentário acerca do estado de conservação da documentação.

3.3. Inventariação da documentação vinda do Lar D. Francisco de Noronha, actualmente Centro Cultural D. Francisco de Noronha Meneses.

4. Inventariação da documentação que foi incorporada na Biblioteca.

5. Continuação da inventariação e organização da documentação custodiada numa Sala do Instituto Araújo Porto.

6. Venda e Oferta de publicações:

- História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, I vol. 31 exemplares
- História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, II vol. 38 exemplares
- Grandes Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, I vol. 142 exemplares
- Grandes Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, II vol. 109 exemplares
- Manuscritos, Pintura e Escultura da Misericórdia do Porto 114 exemplares
- Origens e Desenvolvimento de Um Grande Estabelecimento de Assistência e Caridade – 7 exemplares

Relatório de Actividades e Contas

7. Um dos objectivos fundamentais dos Arquivos, consiste em dar à consulta os fundos documentais, tanto à Instituição Produtora – Administração e Administrados – como à investigação em geral.

Foram efectuadas 494 consultas, sendo o número de espécies documentais requisitadas do Arquivo Histórico 399 e de Biblioteca 95, a nível interno foram feitas 88 consultas. Demonstram claramente o movimento do Serviço de Leitura e reprodução de documentos, os gráficos e quadros em anexo.

Património Artístico

Infraestruturas

Desmontagem da estrutura da exposição temporária de ourivesaria, na Galeria dos Benfeitores, sua reorganização e renovação, com o acréscimo de peças seleccionadas. Nestes trabalhos estão incluídas obras de beneficiação na Galeria dos Benfeitores, rectificação do sistema de iluminação, em função das peças expostas, obras essas que decorreram sob a orientação do Departamento do Património.

O serviço colaborou na abertura da Casa de Santo António, com a selecção de um conjunto de bens artísticos e religiosos, ilustrativos do espírito e tradição da Santa Casa da Misericórdia do Porto naquela moderna unidade de prestação de serviços na área social.

Inventariação do Património Artístico

Resultante das negociações entre as administrações da Santa Casa da Misericórdia do Porto e do Hospital Geral de Santo António, com a elaboração definitiva de um Protocolo Institucional, que visa a salvaguarda dos bens culturais pertencentes a esta Santa Casa, à guarda naquela unidade hospitalar, prosseguiu a bom ritmo o trabalho de inventariação, que inclui as colecções de pintura/retratos de Benfeitores; pintura religiosa; escultura; mobiliário; farmácia oitocentista e respectivo equipamento da época; materiais hospitalares antigos muito diversificados; porcelanas, faianças e vidros; relógios antigos; biblioteca da farmácia - séculos XVIII e XIX, bens que se encontram depositados nos diferentes serviços do Hospital Geral de Santo António.

No âmbito da disciplina “Novas Tecnologias e Património”, do Curso de Conservação e Restauro de Pintura, foi elaborado pelos formandos, com orientação dos respectivos professores, um Catálogo de Inventariação da Colecção de Retratos de Benfeitores em reserva no Instituto Araújo Porto.

Relatório de Actividades e Contas

Admissão de um colaborador com formação em Museografia, para a prossecução das tarefas de inventariação no Hospital Geral de Santo António e restantes Estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia do Porto detentores de Património Artístico.

Conservação e Restauro

Na área da conservação preventiva, face à desactivação do Lar D. Francisco de Noronha, foram efectuadas todas as diligências no sentido de acautelar o Património Artístico ali existente, assim como de todas as alfaias litúrgicas em uso na capela daquele estabelecimento. Os bens foram inventariados, transportados e acondicionados no Instituto Araújo Porto. Algumas pinturas de valor artístico aguardam tratamento de conservação e restauro.

Também no Colégio do Barão de Nova Sintra, cuja capela foi alvo de obras de beneficiação, se prestou apoio, protegendo e limpando o retábulo de talha dourada e a transferência de várias peças artísticas para o Instituto Araújo Porto, depois de devidamente acondicionadas.

Na Igreja Privativa, foi efectuado o tratamento de conservação e restauro do retábulo em talha da Capela de Santa Isabel, que consistiu no tratamento de desinfestação e consolidação das madeiras, execução das lacunas volumétricas, limpeza de superfície e reintegração cromática, garantindo assim a sua conservação futura e leitura estética. Paralelamente, procedeu-se à requalificação daquele espaço, com a colocação de mobiliário adequado e novos reposteiros. Esta intervenção veio aumentar o roteiro museológico disponível aos visitantes.

No âmbito do Curso de Conservação e Restauro de Pintura, organizado pelo Centro de Formação Profissional da Santa Casa da Misericórdia do Porto, em parceria com o Centro de Emprego do Porto, em cuja acção de formação este serviço tem colaborado através da coordenação pedagógica, foi prestada colaboração na elaboração do relatório final do estágio realizado na Università Internazionale dell'Arte, em Florença, que decorreu entre Outubro de 2001 a Março de 2002. Recepção da documentação, sua apreciação e posterior envio ao Ministério da Educação - Programa Leonardo da Vinci e Centro de Emprego do Porto, ambos parceiros institucionais, para encerramento deste projecto. Em Abril prosseguiu a formação nas nossas instalações, integrada no 3º ano, que teve como objectivo a consolidação dos conhecimentos adquiridos naquele estabelecimento de ensino. Foram proporcionados todos os meios necessários à aplicação de novas metodologias, tendo sido tratadas quatro pinturas de temática religiosa, de grande valor artístico, intervencio-

Relatório de Actividades e Contas

nadas pelos formandos, sob orientação dos seus professores. Esta acção de formação terminou em 31 de Dezembro, tendo sido efectuadas algumas diligências no sentido de criar um futuro centro de restauro, aproveitando os recursos humanos e os meios técnicos existentes, na recuperação urgente do Património Artístico da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Divulgação

O serviço participou na organização das cerimónias de apresentação do 2º volume da obra “Grandes Beneméritos da Misericórdia do Porto” e na homenagem ao ilustre Historiador Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, iniciativas integradas no aniversário da fundação da Santa Casa da Misericórdia do Porto, que tiveram lugar na Galeria dos Benfeitores.

No âmbito das comemorações do 25º aniversário da Liga dos Amigos do Hospital Geral de Santo António, participação na preparação do livro a editar pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, sob a coordenação dos Ex.mos Senhores Doutores Estêvão Samagaio e Paulo Mendo.

Participação da Santa Casa da Misericórdia do Porto na “Semana do Advogado”, organizada pelo Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, com a cedência da Igreja Privativa, para a celebração de uma Missa e um concerto misto, com a actuação do Coral de São Ivo e de Frei Domingos Losada, organista titular das Igrejas de San Manuel e San Benito, de Madrid.

O serviço participou ainda nas iniciativas “A Páscoa no Porto” e “Percurso Sanjoanino”, ambas organizadas pela Câmara Municipal do Porto.

Foi prestado atendimento aos estudantes, investigadores e público em geral, na realização de trabalhos académicos e científicos, ou em visita ao núcleo de exposições.

Dos visitantes que foram recebidos, merecem destaque os seguintes: a delegação japonesa “International Womens Education”, em visita à cidade do Porto e suas instituições; visita de estudo da Associação Cultural “Amigos de Lisboa”, organizada pela sua congénere do Porto; visita de uma delegação da Direcção do Projecto Municipal para a Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto, com a presença do Arq.to Loza, que acompanhou um grupo de empresários franceses. Por último, em Dezembro, tivemos a honra de receber, em visita particular, a delegação da Santa Sé, chefiada por Monsenhor Louis Tauran, Arcebispo Responsável da Diplomacia da Secretaria do Estado do Vaticano, presentes nesta cidade para uma cimeira da OSCE. A delegação, acompanhada pelo nosso Capelão, Monsenhor Cónego Virgílio Resende vi-

Relatório de Actividades e Contas

sitou a Igreja Privativa, Galeria de Benfeitores, tendo sido particularmente apreciada a nossa jóia da pintura quinhentista “Fons Vitae”.

Culto

O Compromisso da nossa Misericórdia, na última frase do seu artigo 4º, adverte que no sector especificamente religioso, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, que é a sua Padroeira, manterá o Culto e a acção pastoral nas suas Igrejas e Capelas. O que aconteceu, a seu tempo, no decurso do ano 2002.

Em todas as Igrejas e Capelas da Instituição estiveram os capelães, em número de sete, no pleno exercício das suas obrigações que, para além das celebrações litúrgicas diárias e dominicais, como a Santa Missa, fizeram o acompanhamento religioso e espiritual dos utentes e dos colaboradores. Nem esqueceram as devoções mais arraigadas nos cristãos, como é o caso da Via-Sacra nas sextas-feiras da Quaresma e da devoção a Nossa Senhora no mês de Maria em Maio, e do Rosário, em Outubro.

A celebração da Missa foi diária na Igreja Privativa, na Igreja de Nossa Senhora da Esperança, na Capela do Hospital da Prelada, na Igreja do Instituto Araújo Porto e na Igreja do Centro Hospitalar Conde de Ferreira. Nas Capelas ou Oratórios dos outros Estabelecimentos a celebração da Eucaristia foi semanal, ao sábado ou ao domingo, mas de molde a ser participada.

Na Igreja Privativa, onde as cerimónias litúrgicas dos dias mais festivos se revestem de solenidade e tem a participação dos membros da Mesa e dos outros órgãos sociais, realizaram-se as celebrações anuais com destaque para o aniversário da morte de D. Lopo de Almeida, as solenidades da Semana Santa, a festa da Padroeira, Nossa Senhora da Misericórdia, e a festa do Sagrado Coração de Jesus.

Foram cumpridas todas as obrigações de sufrágio pelos Irmãos que faleceram no correr do ano, pelos benfeitores e os legados pios de que a Irmandade está incumbida, e mesmo no dia obrigatório, para aqueles que tem data marcada.

Nos Estabelecimentos de Ensino não foi descurada a formação religiosa cristã e a organização das cerimónias de Primeira Comunhão e de Profissão de Fé. Igualmente nos Lares, os Idosos nas horas de solidão e de sofrimento foram temperados pelos confortos espirituais, bem como houve atenção à preparação e à administração do Sacramento da Santa Unção.

Os sufrágios solenes pelos Fiéis Defuntos, no início do mês de Novembro, foram celebrados, tanto na Igreja Privativa como no Cemitério.

Relatório de Actividades e Contas

3.3.6. Área do Bem Estar e Ambiente

Parque de Campismo da Prelada

Durante o ano de 2002 esta estrutura social da Santa Casa, como suporte à actividade turística, ao lazer e ao descanso, o seu Parque de Campismo, continuou a desempenhar a sua vocação a favor de quantos demandam a nossa cidade e a região norte para conhecer e para repousar e que elegem o convívio com a natureza, com o silêncio e com o ambiente saudável como lugar de poiso à sua estadia.

Muitos turistas estrangeiros procuraram o Parque de Campismo da Misericórdia e partiram de 57 nacionalidades diferentes. De salientar a presença de pessoas de vários países de Leste e de repúblicas africanas, sem deixar de mencionar os provenientes de países da Ásia e da América Latina. Entretanto, com mais elevado número de campistas sobressai a França, a Alemanha, a Itália, a Espanha e Portugal. Na totalidade foram 13.906 campistas a passar pelo Parque de Campismo da Misericórdia.

Ainda no corrente ano está a ser programado um plano de melhoria e desenvolvimento como um Parque da, e para a cidade do Porto, sendo de referir que para tal, foram já lançadas iniciativas de forma a criar uma série de investimentos, sendo de referir a importância vital do Parque para o acolhimento das pessoas que virão assistir ao Euro 2004, que tem a sua inauguração nesta cidade.

No decurso do ano, conforme iam sendo necessárias e para além dos trabalhos de limpeza e higiene dos espaços, mesmo os ajardinados e florestados, das ruas, das baterias de sanitários e outras estruturas de uso comum dos campistas, foram realizadas as obras de manutenção e de conservação indispensáveis.

Quinta d'Alva

A rentabilização do espaço agrícola da propriedade da Misericórdia sita em Barca d'Alva, no concelho de Freixo de Espada à Cinta, mereceu grande empenho durante o ano a que se refere este Relatório de Actividades.

Assim, para além dos trabalhos e investimentos menores no dia a dia de uma quinta para produzir rendimento, há que assinalar como medidas importantes de futuro: a surriva e a despedragem de 7 hectares de terreno para o plantio de 30 mil pés de vinha; a enxertia de 10 mil baceiros; a replantação de 400 árvores de citrinos dalmão e de 500 novas oliveiras.

Relatório de Actividades e Contas

No respeitante à instalação de conduta para rega atingiram 1.900 metros no que respeita a vinha nova e 1.000 no terreno de olival.

No tocante à produção de fruta, referem-se alguns números na última colheita, Setembro último de 2002. Arrecadaram-se 102 toneladas de uvas, 96 das quais foram transformadas em vinho de benefício, (62 pipas) e as restantes consumidas como uva de mesa nos estabelecimentos de apoio social da Misericórdia.

Na olivicultura, uma área de intervenção agrícola em alta na quinta, onde a renovação do olival mais antigo e a plantação de novo tem prosseguido bem como a sua rega gota a gota, na última safra foram colhidas 32 toneladas de azeitonas para conserva e 22 para reduzir a azeite.

No referente aos frutos mencionam-se trinta toneladas de citrinos. Na área das horticolas colheram-se mais de 5.000 quilos.

A área habitacional turística da propriedade, onde a estadia é agradável e o serviço de refeições saudável e regional, tem sido procurado por muitos irmãos para descanço e para poiso na descoberta dos atractivos da região.

Brigada de Parques e Jardins

A brigada de parques e jardins, composta por quatro colaboradores, desenvolveu a sua actividade nos jardins e espaços verdes da Instituição. Para apoio desta, foi adquirido, entretanto, um tractor.

3.3.7. Gestão do Património

Durante o ano de 2002, o Departamento de Património desenvolveu a sua actividade em diversas frentes. Durante o ano, continuaram em apreciação projectos de valorização de prédios ou terrenos, sempre de acordo com os Planos Directores Municipais respectivos.

A conservação dos edifícios da Santa Casa, quer aqueles em que estão sediados os Estabelecimentos de Apoio Social, quer os que estão arrendados, mereceu grande e constante atenção, não só pela intervenção dos operários da brigada permanente de obras, mas, também, pelo recurso a firmas de construção civil, uma vez que não temos profissionais em certas áreas, outros porque a necessidade e o volume da intervenção o aconselhava.

As intervenções de manutenção e de conservação a cargo do pessoal privativo, na lista dos espaços onde decorrem acções administrativas, sociais e educativas da Instituição, passaram pelos Departamentos Centrais, pelos La-

Relatório de Actividades e Contas

res da Quinta do Marinho, Pereira de Lima, Nossa Senhora da Misericórdia e Hospital de S. Lázaro, Centro de Alojamento de Emergência de Idosos, Casa da Rua, Colégio de Nossa Senhora da Esperança e do Barão de Nova Sintra, Instituto de S. Manuel e de Araújo Porto, Parque de Campismo, Centro de Formação Profissional, Blocos Habitacionais do Luso, de Costa Cabral, da Foz e do Lima, Alameda Eça de Queirós, Bairro Monteiro dos Santos, Igreja Nossa Senhora da Esperança e em outros prédios de rendimento na cidade do Porto.

Com recurso a empresas de construção civil, contratadas no mercado, houve intervenções de conservação em locais diferentes, com obras de alguma dimensão, em alguns deles.

Também foi entregue a arquitectos a elaboração de projectos para espaços de propriedade da Santa Casa com vista ao seu aproveitamento no futuro.

3.3.8. *Gestão dos Recursos Humanos*

1. Gestão de todos os assuntos inerentes aos Recursos Humanos, sob orientação da Comissão Executiva e Mesa Administrativa:
 - Contratações;
 - Exonerações;
 - Substituições;
 - Transferências para rentabilização de Recursos ou resultantes de Concursos Internos;
 - Pareceres sobre questões formuladas pelos Mesários, Directores e colaboradores;
2. Apoiar as várias Direcções dos Estabelecimentos/Departamentos, com especial relevo para o apoio dado na abertura da Casa de Santo António em todo o processo de dotação de Pessoal.
3. Reclassificações de colaboradores, seguindo uma política de motivação e optimização dos recursos internos existentes.
4. A estrutura de apoio ao emprego tornou-se autónoma, passando a estar integrada no Departamento de Recursos Humanos, numa perspectiva de constituição de reservas de recrutamento, para responder às necessidades existentes no seio da Instituição.
5. Contratados a Termo e Prestadores de Serviço
Em 31 de Dezembro de 2002, 56 colaboradores eram contratados a termo, dos quais 51 estavam a termo certo e os restantes 5 a termo incerto.
Relativamente aos prestadores de serviço totalizavam 52 em diversas áreas.

Relatório de Actividades e Contas

6. Absentismo e Acidentes de Trabalho

A taxa global de absentismo verificada em 2002, situa-se nos 8,5%.

No que concerne aos acidentes de trabalho, verificaram-se 35 acidentes, dos quais 11 não determinaram perda de dias de trabalho, e os restantes 24 originaram 445 dias de ausências ao serviço.

7. Durante o ano de 2002, foram abertos 18 concursos internos que determinaram a transferência de apenas 6 colaboradores. De salientar, que as candidaturas a esses concursos foram de uma maneira geral reduzidas, havendo na maioria dos casos necessidade de se proceder ao recrutamento externo. Foram ainda transferidos 22 colaboradores dos seus Estabelecimentos de origem, sendo que 17 foram motivadas pelo encerramento do Lar D. Francisco de Noronha e as restantes 5 foram consequência da política de rentabilização de recursos internos.

8. De referir ainda, a transferência do Serviço de Apoio Domiciliário do Gabinete de Acção Social, estando agora integrado no Lar Quinta do Marinho.

Distribuição do pessoal por níveis de qualificação em 31/12

Níveis de Qualificação	2002
Quadros Dirigentes	5
Quadros Superiores	33
Quadros Médios	42
Quadros Intermédios	25
Altamente Qualificados e Qualificados	112
Semi-Qualificados	164
Não Qualificados	112
Total	493

3.3.9. Gabinete de Comunicação e Imagem

Vocacionado para lançar no exterior a imagem correcta da Santa Casa da Misericórdia do Porto, sobretudo a sua acção distribuída por tantos sectores do apoio social, o Gabinete de Comunicação e Imagem, que está integrado na Área da Cultura e Culto, para além dos contactos com os Órgãos de Comunicação e do convite para a presença nas celebrações e nos acontecimentos da Instituição, centra a sua acção primordial no Boletim quadrimestral que se conhece pelo nome genérico de “Santa Casa da Misericórdia do Porto”.

O Gabinete também organiza, mensalmente, o Boletim de Informação Interna, que é distribuído por todos os colaboradores.

Relatório de Actividades e Contas

Evolução da dotação dos Quadros de Pessoal:

Estabelecimento	1998	1999	2000	2001	2002	Variação (2001-2002)
Brigada Parque e Jardins	6	6	6	4	4	0
C. A. Culturais	6	6	6	4	5	1
Casa da Cultura	1	1	1	1	1	0
Casa da Rua	0	14	14	14	15	1
Centro Acolhimento Emergência Idosos	0	12	13	13	17	4
Centro de Formação Profissional	23	24	24	25	21	-4
Centro Professor Albuquerque e Castro	19	19	19	17	18	1
Colégio Barão de Nova Sintra	36	35	37	35	36	1
Colégio Nossa Senhora Esperança	44	48	46	46	43	-3
Departamento Contabilidade Finanças	13	13	13	13	13	0
Departamento Património	33	32	29	31	30	-1
Departamento Recursos Administrativos	23	24	24	24	24	0
Departamento Recursos Humanos	6	5	3	3	4	1
Gabinete Jurídico	1	1	1	2	2	0
Gabinete Acção Social e Animação	11	10	9	7	2	0
Gabinete Comunicação e Imagem	1	1	1	1	1	0
Gabinete de Organização e Métodos	2	2	2	2	2	0
Gabinete Religioso e Culto	9	10	9	9	8	-1
Hospital São Lázaro	62	60	70	61	64	3
Instituto Araújo Porto	33	37	37	36	36	0
Instituto S. Manuel	38	36	36	37	32	-5
Lar D. Francisco Noronha <i>a)</i>	23	22	22	22	0	-22
Lar Nossa Senhora da Misericórdia	34	35	36	38	42	4
Lar Pereira de Lima	19	19	19	18	20	2
Lar Quinta do Marinho <i>b)</i>	19	20	19	20	29	9
Obra de Santo António <i>c)</i>	1	1	1	1	8	7
Parque de Campismo da Prelada	7	6	6	6	6	0
Quinta de Barca d'Alva	5	5	5	7	7	0
Serviços de Saúde <i>d)</i>	2	2	2	2	3	1
TOTAL	477	506	510	499	493	-6

a) Encerramento do Estabelecimento

b) Passou a integrar o Serviço de Apoio Domiciliário

c) Abertura da Casa de Santo António

d) Um dos médicos exerce funções no Colégio do Barão de Nova Sintra, mas integra-se nos Serviços de Saúde.

Relatório de Actividades e Contas

3.3.10. Gabinete de Organização e Métodos

O Gabinete de Organização e Métodos, desenvolveu as actividades habituais inerentes à manutenção dos sistemas informáticos dos Departamentos Centrais e Estabelecimentos das quais se destacam entre outras:

- Gestão da rede informática dos Departamentos Centrais;
- Apoio aos utilizadores;
- Manutenção do parque informático;
- Actualização do inventário do parque informático;
- Aquisição e actualização de hardware e software;
- Participação na elaboração de estudos e trabalhos de complexidade média e elevada com tratamento automatizado de grande volume de dados (Relatório de Contas, Orçamento, Balanço Social, Quadros de Pessoal, Declaração Anual e outros de natureza estatística).

Deu continuidade ao desenvolvimento/reformulação de programas informáticos para gerir actividades específicas da Instituição, nomeadamente:

- Conclusão e entrada em funcionamento do programa “Gestão da Irmandade” cujo desenvolvimento se iniciou em 2001;
- Reformulação do programa “Gestão do Inventário do Património Artístico”, cuja implementação ocorrerá em 2003;
- Concepção, desenvolvimento e exploração de uma base de dados para gestão do voluntariado, no âmbito do recém criado Serviço de Voluntariado;
- Concepção e desenvolvimento de um programa para efectuar a gestão das viaturas, com o registo de despesas e afectação de custos aos respectivos serviços, cuja implementação ocorrerá em 2003; Implementados alguns melhoramentos ao programa “Gestão de Rendas”.

Coordenou a instalação de um posto multimédia com acesso à Internet ligado à Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS), em três estabelecimentos de ensino da Instituição, ao abrigo do programa Internet na Escola, através de protocolo celebrado com a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN).

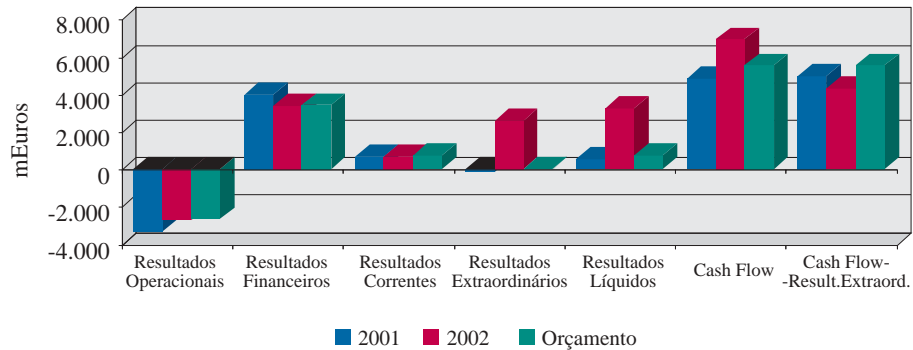
Participou no grupo de trabalho criado para elaborar um Plano de Interligação Informática entre os três pólos da Instituição (Departamentos Centrais, Hospital da Prelada e Centro Hospitalar Conde de Ferreira).

Relatório de Actividades e Contas

3.3.11. Gestão Financeira

Durante o ano de 2002, a Mesa Administrativa continuou a gerir de forma integrada os recursos financeiros da Instituição.

- Ao nível da Gestão e afectação racional de recursos:



- Da análise comparativa, expressa em modo gráfico, pode-se inferir as seguintes conclusões:
 - a) resultados líquidos: o valor de € 3.260.885 representa um aumento de € 2.708.928 face ao exercício anterior;
 - b) cash flow: numero resultante da adição dos resultados líquidos com amortizações e provisões registou em 2002 um valor de € 6.930.217, superior em 43%, em relação ao ano de 2001;
 - c) cash flow-resultados extraordinários: correspondendo aos resultados correntes acrescidos das amortizações e provisões, consubstancia os verdadeiros resultados da actividade da Santa Casa. Neste exercício, esta rubrica atingiu os € 4.324.916 contra os € 4.966.392 do ano anterior representando, assim, um decréscimo de € 641.476, ou seja, inferior em 13% relativamente ao exercício anterior;
 - d) os resultados financeiros tiveram um decréscimo de € 596.452 devido essencialmente à ausência do rendimento que as instalações do Hospital Conde de Ferreira proporcionavam à Instituição;
 - e) a redução das provisões para cobrança duvidosa (clientes) no montante de € 1.692.474 contribuíram de forma significativa para o aumento dos resultados extraordinários.

Relatório de Actividades e Contas

4. Demonstrações Financeiras

4.1. Consolidado

4.1.1. Balanço

Activo	Notas	2002		2001	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de investigação e desenvolvimento	10	5,062.21	4,977.88	84.33	1,096.77
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais		39,405,822.95	101,036.46	39,304,786.49	39,329,628.76
Edifícios e outras construções		94,333,090.26	13,430,475.57	80,902,614.69	81,670,319.46
Equipamento básico		11,265,074.48	9,294,352.20	1,970,722.28	2,158,402.88
Equipamento de transporte		715,039.90	442,969.67	272,070.23	235,439.27
Ferramentas e utensílios		115,490.89	93,609.98	21,880.91	18,973.08
Equipamento administrativo		3,682,996.56	2,690,377.81	992,618.75	1,009,335.04
Taras e vasilhame		7,072.76	2,307.79	4,764.97	5,003.02
Outras imobilizações corpóreas		10,189,545.46	222,423.28	9,967,122.18	9,995,153.32
Imobilizações em curso		5,061,334.92		5,061,334.92	12,707,796.20
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		118,771.23		118,771.23	168,538.72
	10	164,894,239.41	26,277,552.76	138,616,686.65	147,298,589.75
Investimentos financeiros:					
Participações de capital	10 e 34	222,118.14	27,358.37	194,759.77	194,759.77
Obrigações e títulos de participação	10	7,865.29		7,865.29	7,865.29
Investimentos em imóveis	10	78,289,050.68	949,075.61	77,339,975.07	69,672,685.79
Outras aplicações financeiras	10	94,676.83		94,676.83	94,676.83
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	10	27,583.32		27,583.32	361,360.96
		78,641,294.26	976,433.98	77,664,860.28	70,331,348.64
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41	662,632.67		662,632.67	578,852.10
Produtos acabados e intermédios	42	67,389.62		67,389.62	57,968.56
Mercadorias	41	3,055.90		3,055.90	
		733,078.19	-	733,078.19	636,820.66
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Clientes de cobrança duvidosa					-
Outros devedores	51	49,958.03		49,958.03	46,044.50
		49,958.03	-	49,958.03	46,044.50
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, c/c		2,556,187.17		2,556,187.17	1,713,817.58
Utentes, c/c		34,981.35		34,981.35	39,204.72
Utentes de cobrança duvidosa	23 e 34	14,601.67	14,601.67	0.00	-
Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	13,384,512.85	3,584,799.08	9,799,713.77	10,449,381.27
Sector público administrativo	49	619,342.30		619,342.30	678,789.25
Outros devedores	23, 34 e 51	1,092,740.68	279,951.67	812,789.01	675,698.55
		17,702,366.02	3,879,352.42	13,823,013.60	13,556,891.37
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria		-	-	-	-
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	52	6,839,678.98		6,839,678.98	2,539,982.17
Caixa		48,687.50		48,687.50	36,824.95
		6,888,366.48		6,888,366.48	2,576,807.12
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	50	313,076.91		313,076.91	255,143.56
Custos diferidos	50	986,264.10		986,264.10	861,645.89
		1,299,341.01		1,299,341.01	1,116,789.45
Total de amortizações			27,231,606.25		
Total de provisões			3,906,710.79		
Total do activo		270,213,705.61	31,138,317.04	239,075,388.57	235,564,388.26

(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2002	2001
FUNDO SOCIAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS			
Fundo social	36 e 40	146,824,394.58	146,824,394.58
Reservas de reavaliação	40	48,358,882.93	48,358,882.93
Reservas especiais	40	230,506.50	105,931.72
Resultados transitados	40	16,167,140.97	16,091,472.43
Resultado líquido do exercício	40	3,260,885.28	551,927.55
		<u>214,841,810.26</u>	<u>211,932,609.21</u>
PASSIVO:			
Provisões para outros riscos e encargos	34	<u>4,224,996.38</u>	<u>4,273,200.76</u>
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Dividas a instituições de crédito	53	3,699,611.15	3,849,124.24
Outros credores	51	1,476,299.90	1,743,819.55
		<u>5,175,911.05</u>	<u>5,592,943.79</u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Dividas a instituições de crédito	53	146,411.83	140,700.28
Fornecedores, c/c		2,153,641.67	1,754,768.34
Fornecedores, facturas recepção e conferência		3,456.49	
Adiantamentos de clientes		5,000.00	2,006.73
Fornecedores de imobilizado, c/c		206,808.80	581,310.31
Sector público administrativo	49	679,921.38	781,289.75
Outros credores	51	993,171.52	435,186.13
		<u>4,188,411.69</u>	<u>3,695,261.54</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	50	3,889,817.29	3,060,458.94
Proveitos diferidos	50	6,754,441.90	7,009,914.02
		<u>10,644,259.19</u>	<u>10,070,372.96</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>239,075,388.57</u>	<u>235,564,388.26</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2002.

4.1.2. Demonstrações de Resultados por Naturezas

CUSTOS E PERDAS	NOTAS	2002	2001
CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	41	5,935,980.53	5,192,484.09
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		6,815,790.35	6,098,396.86
CUSTOS COM O PESSOAL:			
Remunerações		19,965,383.40	16,891,828.51
Encargos sociais:			
Pensões	31	1,409,426.27	1,355,761.24
Taxa social única/outros		3,764,479.24	3,290,594.92
AMORTIZAÇÕES	10	2,059,236.13	2,089,700.38
PROVISÕES	34	1,344,476.52	2,102,662.63
IMPOSTOS		18,191.41	13,308.64
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		35,062.10	38,571.25
(A)		<u>41,348,025.95</u>	<u>37,073,308.52</u>
JUROS E CUSTOS SIMILARES	45	327,400.35	173,647.55
(C)		<u>41,675,426.30</u>	<u>37,246,956.07</u>
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS			
Outros	46	733,222.00	1,187,356.82
(E)		<u>42,408,648.30</u>	<u>38,434,312.89</u>
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	6	-	-
(G)		<u>42,408,648.30</u>	<u>38,434,312.89</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3,260,885.28	551,927.55
		<u>45,669,533.58</u>	<u>38,986,240.44</u>
Resultados operacionais: (B) - (A).....		-2,734,704.93	-3,328,287.10
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =.....		3,390,288.50	3,986,740.22
Resultados correntes: (D) - (C) =.....		655,583.57	658,453.12
Resultados antes de impostos: (F) - (E)=.....		3,260,885.28	551,927.55
Resultado líquido do exercício : (F) - (G)=.....		3,260,885.28	551,927.55

(Montantes expressos em Euros)

PROVEITOS E GANHOS	NOTAS	2002	2001
VENDAS		239,049.83	179,069.90
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	44	34,341,264.68	29,939,973.33
		<u>34,580,314.51</u>	<u>30,119,043.23</u>
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	42	9,421.06	12,140.40
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO		474,614.05	495,221.41
PROVEITOS SUPLEMENTARES		422,327.44	426,208.28
COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	47	3,037,080.43	2,636,102.49
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS		89,563.53	56,305.61
(B)		<u>38,613,321.02</u>	<u>33,745,021.42</u>
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	45	3,717,688.85	4,160,387.77
(D)		<u>42,331,009.87</u>	<u>37,905,409.19</u>
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS			
Outros	46	<u>3,338,523.71</u>	<u>1,080,831.25</u>
(F)		<u>45,669,533.58</u>	<u>38,986,240.44</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

4.1.3. Demonstrações de Origem e Aplicação de Fundos

ORIGEM DE FUNDOS	NOTAS	2002	2001
INTERNAS:			
Resultados transitados		-	1,302,842.21
Resultado líquido do exercício		3,260,885.28	551,927.55
Amortizações:			
- de investimentos financeiros	10	265,619.72	115,576.66
- de imobilizado corpóreo	10	2,058,223.69	2,088,687.93
- de imobilizado incorpóreo	10	1,012.44	1,012.45
Varição de provisões	34	-790,358.60	208,140.94
		<u>4,795,382.53</u>	<u>4,268,187.74</u>
EXTERNAS:			
Aumento dos capitais próprios:			
Reservas especiais	40	124,574.78	-
Movimentos financeiros a médio e longo prazo:			
Diminuição de investimentos financeiros			1,738,589.53
Diminuição imobilizações	10	1,121,454.02	15,813.50
Diminuição das dívidas de terceiros			1,862,236.54
Aumento das dívidas a terceiros			3,658,425.78
		<u>1,121,454.02</u>	<u>7,275,065.35</u>
Diminuição dos fundos circulantes		-	-
		<u>6,041,411.33</u>	<u>11,543,253.09</u>
AS VARIAÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES SÃO EXPLICADOS POR:			
Variações Activas			
Aumento das existências		96,257.53	14,258.75
Aumento das dívidas de terceiros			6,018,837.55
Aumento das disponibilidades		4,311,559.36	-
Aumento de acréscimos e diferimentos (Activo)		182,551.56	-
Diminuição das dívidas a terceiros			-
		<u>4,590,368.45</u>	<u>6,033,096.30</u>

(Montantes expressos em milhares de Euros)

APLICAÇÃO DE FUNDOS	NOTAS	2002	2001
Diminuições dos capitais próprios:			
Diminuições de resultados transitados	40	476,259.01	1,638,248.67
Aumento de imobilizações e outros:			
Por aquisições	10	1,908,707.40	8,077,266.52
Por transferências			885,757.23
Dos investimentos financeiros	10	188,198.57	77,255.53
		<u>2,096,905.97</u>	<u>9,040,279.28</u>
Diminuição das dívidas a terceiros - médio e longo prazo		417,032.74	-
Aumento das dívidas de terceiros		<u>3,913.53</u>	
Aumento dos fundos circulantes		3,047,300.08	864,725.14
		<u>6,041,411.33</u>	<u>11,543,253.09</u>

VARIAÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES

Variações passivas

Diminuição das dívidas de terceiros		476,031.99	-
Aumento das dívidas a terceiros		493,150.15	1,084,987.45
Diminuição das disponibilidades			2,279,494.97
Diminuição de acréscimos e diferimentos (Activo)			527,716.76
Aumento de acréscimos e diferimentos (Passivo)		573,886.23	1,276,171.98
Aumento dos fundos circulantes		3,047,300.08	864,725.14
		<u>4,590,368.45</u>	<u>6,033,096.30</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

Relatório de Actividades e Contas

4.2. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto (“Instituição”), também denominada Santa Casa da Misericórdia do Porto, ou simplesmente Misericórdia do Porto, tem a sua sede na Rua das Flores, nº 15, Porto.

A actividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas: assuntos sociais, que inclui, nomeadamente, a sub-área da saúde (Hospital da Prelada e Centro Hospitalar Conde Ferreira) e de apoio social; ensino e formação profissional; cultura e culto; bem-estar e ambiente; gestão do património; gerando as suas receitas mais significativas nas áreas da saúde (Nota 44) e de apoio social (Nota 47), bem como as resultantes de aplicações financeiras e de outros investimentos (Nota 45).

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 131/98, a gestão do Centro Hospitalar Conde Ferreira foi restituída à Instituição com efeitos a partir 1 de Janeiro de 2002, conforme o acordo celebrado com a Administração Regional de Saúde do Norte.

As notas que seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade e aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Instituição ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

i) Imobilizações corpóreas afectas ao Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz” - As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1991 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes

Relatório de Actividades e Contas

oficiais de desvalorização monetária. Adicionalmente no exercício de 1993, a Instituição realizou uma reavaliação extraordinária da rubrica “Terrenos e recursos naturais”, baseada numa avaliação efectuada pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, para efeitos da Contribuição Autárquica, cujo impacto nos capitais próprios, naquela data, ascendeu a 36.145.390 Euros. No exercício de 1996, a Instituição realizou outra reavaliação extraordinária utilizando os coeficientes de desvalorização monetária previstos na Portaria nº107/96, de 10 de Abril aplicável aos restantes bens, cujo acréscimo dos valores teve por contrapartida a rubrica “Reservas de reavaliação” no montante de 2.257.455 Euros.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	25
Equipamento básico	6
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outras imobilizações corpóreas	6

ii) *Departamentos Centrais e restantes estabelecimentos* (incluindo o Centro Hospitalar Conde Ferreira). As imobilizações corpóreas, recebidas por herança, doação ou adquiridas até 1 de Janeiro 1990, encontram-se registadas pelo valor de uma avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de aproximadamente 78.000.000 Euros. As imobilizações corpóreas adquiridas após essa data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações das imobilizações corpóreas adquiridas, doadas ou herdadas a partir de 1 de Janeiro de 1990 (as anteriores não estão a ser amortizadas pela Instituição) são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outras imobilizações corpóreas	6

Relatório de Actividades e Contas

b) Investimentos financeiros

As “Participações de capital”, “Obrigações e títulos de participação” e “Outras aplicações financeiras” encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas de uma provisão para reduzir aquele custo ao valor estimado de realização. Os rendimentos resultantes são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A rubrica “Investimentos em imóveis” engloba as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afectas à actividade operacional da Instituição. Os imóveis, recebidos por herança ou doação ou construídos até 1 de Janeiro 1990, encontram-se registados pelo valor de uma avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi, naquela data de, aproximadamente, 64.000.000 Euros e aqueles realizados após essa data encontram-se registados ao custo de aquisição. As amortizações dos investimentos em imóveis posteriores a 1 de Janeiro de 1990 (os anteriores não estão a ser amortizados pela Instituição) estão a ser efectuadas linearmente durante um período de 50 anos e são registadas como custos e perdas financeiros na rubrica “Amortizações de investimentos em imóveis” (Nota 45).

c) Conservação e reparação

Os encargos com conservação e reparação de edifícios são registados como custos diferidos e posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados num período de três anos (Nota 50).

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. Os produtos acabados encontram-se valorizados a preços de mercado.

e) Especialização de exercícios

A Instituição regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, são registadas nas rubricas “Acréscimos e diferimentos” (Nota 50).

f) Jóias de admissão

As jóias de admissão pagas pelos utentes para aquisição do direito de ocupação vitalícia de apartamentos em lares de terceira idade de propriedade

Relatório de Actividades e Contas

da Instituição, são diferidas na rubrica "Proveitos diferidos" (Nota 50) e reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica "Prestação de serviços", em parcelas iguais e ao longo de um período de seis anos, a contar da data da utilização efectiva do apartamento pelo utente.

Importa referir ainda que, independentemente do valor das jóias pagas pelos utentes, a Instituição factura mensalmente uma renda que visa cobrir custos associados com a alimentação, tratamento de roupas, cuidados de higiene e saúde (excluindo medicamentos), rendas estas reconhecidas directamente na demonstração de resultados.

g) Subsídios

Os subsídios atribuídos a fundo perdido à Instituição após 1 de Janeiro de 1990, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas (Nota 50). Os subsídios à exploração são reconhecidos como proveitos na demonstração de resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os custos das acções e actividades subsidiadas (Nota 46 e 47).

h) Pensões de reforma

Os encargos com complementos e pensões de reforma com reformados no âmbito da Caixa Privativa da Instituição e da Caixa Geral de Aposentações (Nota 31) são registados na demonstração de resultados do exercício como segue: (i) os encargos com reformados abrangidos pela Caixa Privativa são registados na demonstração de resultados, na rubrica "Custos com o pessoal - Pensões", no exercício anterior àquele em que são pagos, mantendo a Instituição uma provisão registada na rubrica "Provisão para outros riscos e encargos" (Nota 34), para esse efeito; (ii) os encargos com reformados abrangidos pela Caixa Geral de Aposentações são registados na rubrica "Custos com o pessoal - Pensões" no exercício em que os pagamentos são adiantados aos reformados pela Caixa Geral de Aposentações e posteriormente reclamados por aquela Caixa à Instituição. Deste modo, as demonstrações financeiras anexas não contemplam uma provisão, com excepção da parcela a curto prazo, para fazer face às responsabilidades totais por serviços passados dos reformados, conforme acima referido, nem existe constituído um fundo para fazer face a essa situação.

Actualmente, a Instituição não assume quaisquer responsabilidades por complementos de pensões com empregados no activo.

Relatório de Actividades e Contas

i) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos (basicamente aplicações financeiras) expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

6. IMPOSTOS

De acordo com a Declaração da Direcção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de Fevereiro de 1990, a Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando, estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999 a 2002.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios de 2002 e 2001, o número médio de pessoal foi o seguinte:

	2002	2001
Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz”	507	508
Departamentos Centrais e Restantes Estabelecimentos	493	499
Centro Hospitalar Conde de Ferreira	203	-
	<u>1.203</u>	<u>1.007</u>

Relatório de Actividades e Contas

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto					
	Saldo			Transfer.	Saldo
	inicial	Aumentos	Alienações	e abates	final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de investimento e de desenvolvimento	5.062,21	-	-	-	5.062,21
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	39.405.822,95	-	-	-	39.405.822,95
Edifícios e outras construções	94.006.239,31	-	-	326.850,95	94.333.090,26
Equipamento básico	10.856.098,10	371.613,86	-	37.362,52	11.265.074,48
Equipamento de transporte	617.536,59	74.942,81	(3.759,50)	26.320,00	715.039,90
Ferramentas e utensílios	103.395,53	325,00	-	11.770,36	115.490,89
Equipamento administrativo	3.456.424,67	208.178,77	-	18.393,12	3.682.996,56
Taras e vasilhame	7.072,76	-	-	-	7.072,76
Outras imobilizações corpóreas	10.189.545,46	-	-	-	10.189.545,46
Imobilizações em curso	12.707.796,20	1.253.646,96	-	(8.900.108,24)	5.061.334,92
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	168.538,72	-	-	(49.767,49)	118.771,23
	171.518.470,29	1.908.707,40	(3.759,50)	(8.529.178,78)	164.894.239,41
Investimentos Financeiros:					
Participações de capital	222.118,14	-	-	-	222.118,14
Obrigações e títulos de participação	7.865,29	-	-	-	7.865,29
Investimentos em imóveis	70.356.141,68	124.574,78	-	7.808.334,22	78.289.050,68
Outras aplicações financeiras	94.676,83	-	-	-	94.676,83
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	361.360,96	63.623,79	-	(397.401,43)	27.583,32
	71.042.162,90	188.198,57	-	7.410.932,79	78.641.294,26

Amortizações Acumuladas				
	Saldo			Saldo
	inicial	Reforços	Alienações	final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.965,44	1.012,44	-	4.977,88

Relatório de Actividades e Contas

Imobilizações corpóreas:

Terrenos e recursos naturais	76.194,19	24.842,27	-	101.036,46
Edifícios e outras construções	12.335.919,85	1.094.555,72	-	13.430.475,57
Equipamento básico	8.697.695,22	596.790,90	(133,92)	9.294.352,20
Equipamento de transporte	382.097,32	61.289,90	(417,55)	442.969,67
Ferramentas e utensílios	84.422,45	9.187,53	-	93.609,98
Equipamento administrativo	2.447.089,63	243.288,18	-	2.690.377,81
Taras e vasilhame	2.069,74	238,05	-	2.307,79
Outras imobilizações corpóreas	194.392,14	28.031,14	-	222.423,28
	<u>24.219.880,54</u>	<u>2.058.223,69</u>	<u>(551,47)</u>	<u>26.277.552,76</u>

Investimentos financeiros:

Investimentos em imóveis (Nota 45)	<u>683.455,89</u>	<u>265.619,72</u>	-	<u>949.075,61</u>
------------------------------------	-------------------	-------------------	---	-------------------

Do montante relativo às transferências da rubrica “Imobilizações corpóreas - Imobilizações em curso”, 1.017.143 Euros foram transferidos para a rubrica “Acréscimos e diferimentos – Custos diferidos, conservação e reparação de edifícios” (Notas 3.c) e 50).

A 31 de Dezembro de 2002 a Instituição transferiu da rubrica da “Imobilizações corpóreas – imobilizações em curso” 7.502.157,72 Euros, para a rubrica “Investimentos em imóveis” resultante da conclusão do investimento na concepção e construção de 146 fogos de habitação social. Este investimento está a ser comparticipado, a fundo perdido, no montante de 1.845.921,23 Euros (valor já recebido a 31 de Dezembro de 2002-Nota 50) e através de bonificação de taxa de juro (Nota 53) pelo Instituto Nacional de Habitação.

A repartição das imobilizações em curso, em 31 de Dezembro de 2002, por projecto de investimento é como segue:

Colégio Barão Nova Sintra	2.012.611,27
Hospital de S. Lázaro	772.306,01
Consulta Externa (Hospital da Prelada)	535.132,68
Mulheres Vitimas de Violência	411.616,32
Rua de Currais (Lote 2)	157.412,20
Rua das Flores 2/12	132.142,23
Hospital Conde Ferreira	121.780,51
Quinta do H.C. Ferreira	100.319,25
Ampliação Lar Pereira Lima	43.888,69
Outros projectos	774.125,76
	<u>5.061.334,92</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 o valor dos activos fixos adquiridos anteriormente a 1 de Janeiro de 1990 que não estão a ser amortizados têm o seguinte

Relatório de Actividades e Contas

detalhe (montantes aproximados):

Imobilizações corpóreas	78.000.000
Investimentos em imóveis	64.000.000
	<u>142.000.000</u>

A Instituição é “auto-seguradora” para todos os imóveis não incluídos nas apólices de seguros contratadas (cujo âmbito das apólices incide sobre cerca de 60 edifícios, incluindo o Hospital da Prelada "Dr. Domingos Braga da Cruz" e o “Centro Hospitalar Conde Ferreira”, mas exclui o Hospital de Santo António, dado a sua exploração não ser da responsabilidade da Instituição), o que teoricamente significa que a Instituição “auto-segura” todos os imóveis com valor atribuído unitário inferior ou igual a aproximadamente a 150.000 Euros (Nota 34).

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

Para além das reavaliações extraordinárias já referidas na Nota 3.a), a Instituição procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável de acordo com o Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro, o qual provocou um acréscimo dos capitais próprios de 9.727.327 Euros apresentado na rubrica “Reservas de reavaliação”.

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

O detalhe desta rubrica a 31 de Dezembro de 2002 era como se segue:

	Curto prazo
Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF)	13.354.360,00
Outros clientes de cobrança duvidosa	30.152,85
	<u>13.384.512,85</u>
Utentes de cobrança duvidosa	14.601,67
Outros devedores de cobrança duvidosa	279.951,67
	<u>13.679.066,19</u>
Provisão existente para clientes e utentes de cobrança duvidosa (Nota 34)	(3.599.400,75)
Provisão p/ utentes e outros devedores (Nota 34)	(279.951,67)
	<u>(3.879.352,42)</u>
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2002	<u>9.799.713,77</u>

Relatório de Actividades e Contas

O saldo a receber do IGIF corresponde a facturação efectuada nos exercícios de 2000 a 2002 e para o qual ainda não existe confirmação do Ministério da Saúde referente a esses montantes a receber, pelo que a Instituição mantém este saldo nesta rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2002 o saldo da rubrica “Outros devedores de cobrança duvidosa” está incluído no balanço na rubrica “Outros devedores”.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Os encargos com complementos de pensões de reforma, referem-se apenas a empregados já reformados, abrangidos pela Caixa Privativa da Instituição ou pela Caixa Geral de Aposentações, como segue:

Pensões - Caixa Privativa

Na ausência de um regime de Previdência Social até 1959, a Instituição assumia, até àquela data, o compromisso de conceder aos seus empregados, inscritos na Caixa Privativa, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma. Contudo, não existe disponível um estudo actuarial que permita a quantificação das responsabilidades da Instituição relativamente a estas pensões, registando a Instituição estas responsabilidades conforme descrito na política contabilística enunciada na nota 3.h).

Pensões - Caixa Geral de Aposentações

Com as nacionalizações dos Hospitais propriedade da Instituição, ocorridas na década de 70, os funcionários que estavam integrados nos seus quadros passaram a ser funcionários do Estado. No entanto, a Instituição mantém a responsabilidade pelos anos em que esses ex-funcionários estiveram ao seu serviço, relativamente às pensões que lhes são devidas. Os pagamentos dessas pensões são adiantados, na totalidade, pela Caixa Geral de Aposentações, a qual requer posteriormente à Instituição a liquidação desses encargos, existindo em 31 de Dezembro de 2002 uma conta a pagar àquela entidade (Nota 51) relativamente à parcela de diversos exercícios já adiantados pela Caixa Geral de Aposentações. Contudo, dado não existir igualmente um estudo actuarial que permita a quantificação das responsabilidades totais da Instituição pelo pagamento destas pensões, não são reflectidas no balanço quaisquer provisões para fazer face a estas responsabilidades.

Os encargos registados na demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, relativos às pensões de reforma acima referidas ascen-

Relatório de Actividades e Contas

deram a, aproximadamente, 1.409.000 Euros (aproximadamente 1.346.100 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001), dos quais 1.115.000 Euros se referem à Caixa Privativa e 294.000 Euros à Caixa Geral de Aposentações.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, a responsabilidade da Instituição por garantias prestadas ascendia a 299.425,61 Euros dos quais 48.352,02 Euros eram para execução de obras, sendo o remanescente distribuído da seguinte forma: (i) 14.843,47 Euros - EN - Electricidade do Norte S.A., (ii) 2.432,31 Euros - INGA e (iii) 33.797,81 Euros - Tribunal Trabalho .

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo					Saldo
	inicial	Aumentos	Utilizações	Reposições		final
Cobranças duvidosas/outros devedores	4.621.506,64	1.344.476,52	(442.360,81)	(1.644.269,93)	(Nota 46)	3.879.352,42
Outros riscos e encargos	4.273.200,76	-	-	(48.204,38)		4.224.996,38
Investimentos financeiros	27.358,37	-	-	-		27.358,37
	<u>8.922.065,77</u>	<u>1.344.476,52</u>	<u>(442.360,81)</u>	<u>(1.692.474,31)</u>		<u>8.131.707,17</u>

A rubrica “Provisões para cobranças duvidosas” refere-se, (i) 3.555.932 Euros à provisão para fazer face aos débitos do Ministério da Saúde por liquidar à data do balanço, referente a facturação por serviços prestados (dos quais 1.246.053 Euros corresponde a um reforço do exercício) e, (ii) 323.420,42 para fazer face a devedores diversos (dos quais 98.423,52 Euros corresponde a um reforço do exercício).

Do montante das reposições do exercício das provisões para “Clientes de cobrança duvidosa” e “Outros devedores”, 1.632.881 Euros refere-se à reposição da provisão constituída em exercícios anteriores para face aos débitos do Ministério da Saúde recebidos no exercício de 2002.

A “Provisão para outros riscos e encargos” inclui: (i) 1.062.480,70 Euros para fazer face às pensões a liquidar no exercício de 2003, no âmbito da Caixa Privativa (Nota 31); (ii) estimativa das responsabilidades associadas ao “auto-seguro” duma parcela dos imóveis no montante de 2.546.057,61 Euros (Nota 10); e (iii) 596.506,07 Euros e 19.952 Euros para outros riscos e encargos relacionados com o Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz” e Santa Casa Misericórdia do Porto, respectivamente.

Relatório de Actividades e Contas

36. FUNDO SOCIAL

O valor do Fundo Social foi apurado em 1989, quando da adopção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de Março, que aprovou o “Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social”. Consequentemente, a situação patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos seus activos de acordo com os princípios contabilísticos referidos acima (Notas 3.a e 3.b) e do registo dos seus passivos.

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas outras rubricas do capital próprio durante o exercício de 2002 foi como segue:

	Saldo				Saldo final
	inicial	Aumentos	Diminuições	Transf.	
Fundo Social	146.824.394,58	-	-	-	146.824.394,58
Reservas de reavaliação	48.358.882,93	-	-	-	48.358.882,93
Reservas especiais	105.931,72	124.574,78	-	-	230.506,50
Resultados transitados	16.091.472,43	-	(476.259,01)	551.927,55	16.167.140,97
Resultado líquido do exercício	551.927,55	3.260.885,28	-	(551.927,55)	3.260.885,28

A diminuição verificada na rubrica “Resultados transitados” refere-se na sua totalidade à regularização da insuficiência da estimativa dos prémios de produtividade relativos ao exercício de 2001, pagos em 2002.

O aumento da rubrica “Reservas especiais”, refere-se à doação de um terreno, que foi reflectido pelo valor tributável, no montante de Euros 124.574,78 conforme reflectido na escritura de doação.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício de 2002, foi determinado como segue:

	Mat.primas,		
	subs.consumo	Mercadorias	Total
Existências iniciais	578.852,10	-	578.852,10
Compras	5.959.380,66	60.933,90	6.020.314,56
Regularização de existências	2.502,44	-	2.502,44
Existências finais	(662.632,67)	(3.055,90)	(665.688,57)
	<u>5.878.102,53</u>	<u>57.878,00</u>	<u>5.935.980,53</u>

Relatório de Actividades e Contas

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício de 2002 é como segue:

Existências finais	67.389,62
Existências iniciais	(57.968,56)
	<u>9.421,06</u>

44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR ACTIVIDADE

As prestações de serviços em 2002, por tipo de actividade distribuem-se da seguinte forma:

Serviços de saúde	32.119.301,14
Serviços a utentes	1.920.808,28
Outros	301.155,26
	<u>34.341.264,68</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2002 e 2001, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2002	2001
<i>Custos e perdas:</i>		
Juros suportados	51.673,91	54.884,02
Amortizações de investimentos em imóveis (Nota 3.b) e 10)	265.619,72	115.576,66
Diferenças de câmbio desfavoráveis	63,34	-
Outros custos e perdas financeiras	10.043,38	3.186,87
	327.400,35	173.647,55
Resultados financeiros	3.390.288,50	3.986.740,22
	<u>3.717.688,85</u>	<u>4.160.387,77</u>
<i>Proveitos e ganhos:</i>		
Rendimentos de participações	65.961,36	18.456,22
Juros obtidos	103.016,44	181.032,39
Rendimentos de imóveis	3.504.370,42	3.905.395,32
Diferenças de câmbio favoráveis	0,26	23,08
Descontos de pronto pagamento obtidos	44.339,77	55.480,76
Outros proveitos e ganhos financeiros	0,60	-
	<u>3.717.688,85</u>	<u>4.160.387,77</u>

Relatório de Actividades e Contas

Os “Rendimentos de imóveis” dizem basicamente respeito às rendas obtidas pelo arrendamento dos imóveis que não estão afectos à actividade da Instituição.

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Nos exercícios de 2002 e 2001, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2002	2001
<i>Custos e perdas:</i>		
Acções de formação financiadas pelo FSE (Nota 3.g)	649.357,11	631.635,54
Donativos	2.491,97	827,66
Dívidas incobráveis	19.238,31	54.419,32
Perdas em existências	4.357,41	427,79
Perdas em imobilizações	6.234,98	97.839,21
Multas e penalidades	24,94	2.800,50
Correcções relativas a exercícios anteriores	45.867,24	192.479,80
Outros custos e perdas extraordinários	5.650,04	206.927,00
	733.222,00	1.187.356,82
Resultados extraordinários	2.605.301,71	(106.525,57)
	<u>3.338.523,71</u>	<u>1.080.831,25</u>
<i>Proveitos e ganhos:</i>		
Acções de formação financiadas pelo FSE (Nota 3.g)	656.170,51	580.360,20
Recuperação de dívidas	875,40	-
Ganhos em existências	12.545,30	6.157,56
Ganhos em imobilizações	1.980,67	10.480,64
Reduções de amortizações e provisões (Nota 34)	1.692.474,31	13.136,83
Correcções relativas a exercícios anteriores	286.275,59	57.920,73
Subsídios para investimentos (Nota 50)	398.071,11	283.467,27
Outros proveitos e ganhos extraordinários	290.130,70	129.308,02
	<u>3.338.523,71</u>	<u>1.080.831,25</u>

De acordo com os requisitos do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que supervisiona os subsídios atribuídos pelo Fundo Social Europeu (FSE), todos os custos e proveitos relacionados com as acções de formação financiadas são registados em contas autónomas. A Instituição tem suportado custos, em termos líquidos, por ter incorrido em custos ligeiramente superiores aos orçamentados e aprovados por esta entidade.

Relatório de Actividades e Contas

A rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” no exercício de 2002 e 2001 inclui, donativos recebidos de terceiros pela Instituição no montante de aproximadamente 27.188 Euros e 72.550 Euros, respectivamente.

47. COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

As participações e subsídios à exploração no exercício de 2002 têm a seguinte composição:

Centro Regional de Segurança Social do Porto:	
Terceira idade	1.247.679,84
Infância e juventude	964.362,89
Família e comunidade	303.570,96
Invalidez e reabilitação	483.019,20
	<u>2.998.632,89</u>
Outros	38.447,54
	<u>3.037.080,43</u>

As participações de Centro Regional de Segurança Social do Porto estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição, e são definidas de acordo com o número de utentes dos serviços participados por esta entidade (Nota 51).

49. SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos com o Sector Público Administrativo tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pedidos	580.741,33
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - retenção na fonte	38.600,97
	<u>619.342,30</u>

Saldos credores:

Contribuições para a Segurança Social	393.330,76
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - retenção na fonte	265.220,32
Imposto sobre o Valor Acrescentado	16.382,90
Outros	4.987,40
	<u>679.921,38</u>

Relatório de Actividades e Contas

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Facturação a emitir (Hospital da Prelada)	97.047,58
Facturação a emitir (Centro Hospitalar Conde de Ferreira)	60.000,00
Outros acréscimos de proveitos	156.029,33
	<u>313.076,91</u>

Custos diferidos:

Conservação e reparação de edifícios (Nota 3.c e Nota 10)	961.954,80
Conservação de Parques e Jardins	20.877,50
Outros	3.431,80
	<u>986.264,10</u>

Acréscimos de custos:

Férias e subsídio de férias	2.797.654,75
Outras remunerações	998.588,92
Outros	93.573,62
	<u>3.889.817,29</u>

Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento (Notas 3.g)	6.327.093,89
Jóias de admissão (Notas 3.f)	288.639,35
Rendas	126.859,64
Outros	11.849,02
	<u>6.754.441,90</u>

A rubrica “Subsídios ao investimento” pode ser resumida como segue:

	Sbsídio atribuído	Sbsídio reconhecido até 2001	Sbsídio reconhecido em 2002	Sbsídio diferido
			(Nota 46)	
PIDDAC	2.399.510,18	893.548,09	139.040,93	1.366.921,16
IFADAP	555.119,45	134.564,93	54.482,09	366.072,43
Câmara Municipal do Porto	44.885,81	34.184,13	1.986,73	8.714,95
Fundo de Socorro Social	746.497,83	350.970,16	72.003,98	323.523,69
Recria	405.794,79	236.963,92	27.276,40	141.554,47
Centro Regional de Seg. Social do Porto	561.399,09	63.972,96	66.362,55	431.063,58
ARS Norte	2.094.953,26	214.712,54	-	1.880.240,72
Inst. Nacional de Habitação (Nota 10)	1.845.921,32	-	36.918,43	1.809.002,89
	<u>8.654.081,73</u>	<u>1.928.916,73</u>	<u>398.071,11</u>	<u>6.327.093,89</u>

Relatório de Actividades e Contas

Os subsídios reconhecidos durante o exercício de 2002 foram registados na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários – subsídios para investimentos (Nota 46).

Existem subsídios que não estão ainda a ser reconhecidos como proveitos na demonstração de resultados por ainda se encontrarem em curso os investimentos e acções a que estes subsídios se destinam.

51. OUTROS DEVEDORES E CREDITORES

Em 31 de Dezembro de 2002, estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

	Curto prazo	Médio e longo prazo
Outros devedores:		
Instituto de Emprego e Formação Profissional	128.869,19	-
IFADAP	106.028,81	-
Projecto Recria	101.927,27	-
Inquilinos	77.781,92	-
Câmara Municipal do Porto	67.436,00	-
Juros a receber de aplicações de tesouraria	11.424,67	-
Centro Regional Segurança Social do Porto (Nota 47)	3.852,76	-
Depósito Caução	-	42.319,04
Outros devedores	595.420,06	7.638,99
	<u>1.092.740,68</u>	<u>49.958,03</u>
Outros credores:		
Caixa Geral de Aposentações (Nota 31)	238.540,92	876.157,38
Soc. Constr. Fernando M. Fernandes, Lda.	-	598.557,48
Utentes c/ depósito	269.297,98	-
Outros credores	485.332,62	1.585,04
	<u>993.171,52</u>	<u>1.476.299,90</u>

O plano de amortização da parcela registada a médio e longo prazo da dívida à Caixa Geral de Aposentações, corresponde a cinco prestações anuais e iguais, com vencimento em Fevereiro de cada ano. Adicionalmente, a dívida à Sociedade de Construções Fernando M. Fernandes, Lda. diz respeito a um adiantamento já recebido pela Instituição, para liquidação parcial de uma transacção respeitante à alienação de uma parcela de terreno, a qual será regularizada aquando da celebração da escritura, que não se prevê que venha a ser realizada no curto prazo, por estar pendente da conclusão de um empreendimento habitacional em curso.

Relatório de Actividades e Contas

52. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica “Depósitos bancários” a 31 de Dezembro de 2002, inclui 4.705.971 Euros referente a excedentes de tesouraria aplicados em depósitos a prazo com vencimentos inferiores a um ano, cujas taxas de remuneração eram equivalentes às taxas normais de mercado.

53. DIVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2002 esta rubrica refere-se a dois empréstimos obtidos na Caixa Geral de Depósitos (CGD) no âmbito do Programa Especial de Realojamento na Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (“PER”), para financiar os investimentos efectuados pela Instituição na construção de 146 fogos na Quinta Seca destinados à habitação social (Nota 10), o desdobramento desta rubrica entre curto e médio e longo prazo é como segue:

	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Contrato nº 6510012824820027	67.738,50	1.711.652,00	1.779.390,50
Contrato nº 6510012824820019	78.673,33	1.987.959,15	2.066.632,48
	<u>146.411,83</u>	<u>3.699.611,15</u>	<u>3.846.022,98</u>

Ambos os empréstimos têm prazo de reembolso de 20 anos, com amortizações trimestrais iguais e sucessivas, a primeira das quais, venceu-se em Fevereiro de 2002. Adicionalmente os empréstimos beneficiam de uma bonificação de taxa de juro a incorrer pelo Instituto Nacional da Habitação (INH) no montante de 75% e de 60% da taxa de referência, respectivamente para cada um dos contratos. A taxa de juro a suportar pela Instituição corresponde à taxa de juro contratual aplicada em cada período deduzida da bonificação do INH.

Adicionalmente está previsto nos contratos de empréstimos a atribuição de uma procuração notarial irrevogável a favor da CGD para garantia do capital global, a qual confere poderes à CGD, (numa situação de incumprimento por parte da Instituição das obrigações dos empréstimos), para constituir hipoteca sobre os prédios construídos nos fogos objecto de financiamento.

Relatório de Actividades e Contas

4.3. Certificação Legal das Contas

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Porto (“Instituição”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, que evidencia um total de 239.075.389 Euros e capitais próprios de 214.841.810 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.260.885 Euros, as Demonstrações de resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa da Instituição a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, os resultados das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto ao referido nos parágrafos 4 a 7 abaixo, o nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que o nosso exame proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

4. No decorrer do exercício de 2002 foi iniciado um processo de elaboração do cadastro do imobilizado e levantamento do detalhe dos bens incluídos nas rubricas “Imobilizações corpóreas” e “Investimentos financeiros - Investimentos em imóveis”, afectos aos Departamentos centrais e restantes estabelecimentos adquiridos, doados ou herdados anteriormente a 1 de Janeiro de 1990, para posterior reconciliação dos mesmos com os registos contabilísticos da Instituição. Contudo, à data desta Certificação, tal processo não foi concluído

Relatório de Actividades e Contas

pelo que não nos foi possível analisar a titularidade de parte dos imóveis e validar os respectivos valores, conforme constam nos registos contabilísticos da Instituição em 31 de Dezembro de 2002, os quais foram obtidos através de avaliações internas, sem suporte técnico adequado, nos montantes de aproximadamente 78.000.000 Euros e 64.000.000 Euros, respectivamente (Notas 3.a e 3.b), incluindo outros bens registados em rubricas de imobilizações corpóreas. Adicionalmente, e devido a este facto, a Instituição não está a calcular e registar qualquer amortização destes bens, não sendo consequentemente possível determinar o impacto desta situação nos seus capitais próprios em 31 de Dezembro de 2002 e nos resultados do exercício findo nesta data.

5. A Instituição é “auto-seguradora” para todos os bens imóveis que não estão incluídos nas apólices de seguros contratadas, nomeadamente para os imóveis com valor unitário atribuído inferior a aproximadamente 150.000 Euros (Nota 10). No entanto, dadas as limitações mencionadas no parágrafo 4 acima, bem como quanto à determinação dos bens imóveis incluídos, ou não, nas apólices contratadas, e na ausência de um estudo económico que suporte a provisão registada nas demonstrações financeiras da Instituição em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 para este fim (2.546.058 Euros - Nota 34), não nos é possível concluir quanto à razoabilidade deste valor para fazer face aos riscos associados.
6. Conforme mencionado na Nota 31, a Instituição assumiu em anos anteriores o compromisso de conceder aos seus empregados actualmente reformados e inscritos na Caixa Privativa, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma, bem como mantém a responsabilidade de conceder pensões e complementos de pensões aos empregados dos organismos de saúde de sua propriedade que, durante a década de 70, passaram a ser geridos pela Administração Pública, pelos anos em que aqueles estiveram ao seu serviço. Contudo, apesar de a Instituição apresentar nas suas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 provisões para fazer face a parte destes compromissos assumidos com pensões e complementos de pensões, nos montantes de 1.062.481 Euros (Nota 34) e 1.114.698 Euros (Nota 51), face à ausência de um estudo actuarial que quantifique a totalidade daquelas responsabilidades, não nos é possível avaliar o seu impacto nos capitais próprios da Instituição em 31 de Dezembro de 2002 e nos resultados do exercício findo nesta data.
7. Em 31 de Dezembro de 2002 a Instituição tem uma conta a receber do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF) no montante total de 13.354.360 Euros, relativo à diferença entre os montantes facturados no exercício e em exercícios anteriores ao IGIF e os valores mensalmente adiantados por aquele Instituto. O montante por receber, acima referido, aguarda o correspondente processo de aprovação e confirmação por parte do IGIF e para fazer face a eventuais parcelas incobráveis daquele saldo, a Instituição mantém uma provisão cujo saldo, em 31 de Dezembro de 2002, ascende a 3.555.932 Euros (Nota 34), após reforço efectuado no exercício findo nesta data no montante de 1.246.053 Euros relativa à parcela do exercício de 2002 cujo risco de cobrança foi definido pela Instituição e após reposição, igualmente registada no exercício de 2002, no montante de 1.632.881 Euros relativamente à parcela da provisão criada em exercícios anteriores e que não veio a revelar-se como necessária (Notas 23 e 34). Contudo não existe informação objectiva que nos permita

Relatório de Actividades e Contas

concluir pela razoabilidade do saldo desta provisão em 31 de Dezembro de 2002 e, consequentemente, pela razoabilidade do respectivo reforço registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, acima referido.

8. Em 31 de Dezembro de 2002 as imobilizações corpóreas afectas ao Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz” incorporam reavaliações extraordinárias do terreno, uma efectuada em 1993, com base numa avaliação levada a cabo pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de aproximadamente 36.145.000 Euros e outra realizada posteriormente nos restantes bens afectos, no montante de aproximadamente 2.257.000 Euros (Nota 3.a) (i)). Dado que estas reavaliações extraordinárias não respeitam os princípios de contabilidade geralmente aceites, por alterarem o princípio do custo histórico e por não corresponderem às reavaliações previstas na legislação aplicável, em 31 de Dezembro de 2002 as imobilizações corpóreas e os capitais próprios encontram-se sobreavaliados em, aproximadamente, 37.214.000 Euros e os resultados do exercício de 2002 subavaliados em, aproximadamente, 120.000 Euros.

Opinião

9. Em nossa opinião, excepto para os efeitos dos eventuais ajustamentos, que poderiam ter sido identificados, caso não existissem as limitações mencionadas nos parágrafos 4 a 7 acima e, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 8 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia do Porto em 31 de Dezembro de 2002, bem como os resultados das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

10. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na nossa Certificação Legal das Contas datada de 22 de Março de 2002, contém diversas reservas relativas aos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 8 acima e uma reserva resolvida no exercício de 2002, por intermédio do registo directamente na rubrica do capital próprio “Resultados transitados” (Nota 40) da regularização de insuficiência da estimativa com prémios de produtividade relativos ao exercício de 2001, pagos em 2002, no montante de 476.259 Euros.

Porto, 18 de Março de 2003



MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

4.4. Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz”

4.4.1. Balanço

Código das Contas	ACTIVO	2002			2001
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO					
Imobilizações Incorpóreas					
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	5,062.21	4,977.88	84.33	1,096.77
		<u>5,062.21</u>	<u>4,977.88</u>	<u>84.33</u>	<u>1,096.77</u>
Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e Recursos Naturais	36,145,389.61		36,145,389.61	36,145,389.61
422	Edifícios e Outras Construções	22,068,795.81	12,203,265.09	9,865,530.72	10,748,278.08
423	Equipamento Básico	9,082,184.56	8,103,135.19	979,049.37	1,035,475.74
424	Equipamento de Transporte	66,499.55	65,051.68	1,447.87	2,434.99
425	Ferramentas e Utensílios	37,324.26	36,520.71	803.55	2,083.71
426	Equipamento Administrativo	2,217,713.73	1,850,543.05	367,170.68	393,650.31
427	Taras e Vasilhame				
429	Outras Imobilizações Corpóreas	55,473.74	48,863.57	6,610.17	10,375.05
441/2	Imobilizações em Curso	585,626.11		585,626.11	571,645.68
		<u>70,259,007.37</u>	<u>22,307,379.29</u>	<u>47,951,628.08</u>	<u>48,909,333.17</u>
Investimentos Financeiros					
411	Participações de Capital				
412	Obrigações e Títulos de Participação				
414	Investimentos em Imóveis				
415	Outras Aplicações Financeiras				
		<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>
CIRCULANTE					
Existências					
36	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	269,444.27		269,444.27	231,864.33
34	Subprodutos, Desperdícios, Resíduos, Refugos				
33	Produtos Acabados e Intermédios				
32	Mercadorias				
		<u>269,444.27</u>	<u>0.00</u>	<u>269,444.27</u>	<u>231,864.33</u>
Dívidas de Terceiros-Médio e Longo Prazo					
218	Clientes de Cobrança Duvidosa				
268	Outros Devedores				
		<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>
Dívidas de Terceiros-Curto Prazo					
2111	Clientes c/c	1,988,861.70		1,988,861.70	1,624,768.10
2121/2	Utentes c/c				
218	Clientes de Cobrança Duvidosa	13,367,454.33	3,569,027.08	9,798,427.25	10,449,381.27
2619	Adiantamentos Fornecedores Imobilizado				
24	Sector Público Administrativo				215.92
262+265/8	Outros Devedores	19,988,028.80		19,988,028.80	14,465,147.99
+221		<u>35,344,344.83</u>	<u>3,569,027.08</u>	<u>31,775,317.75</u>	<u>26,539,513.28</u>
Títulos Negociáveis					
18	Outras Aplicações de Tesouraria				
		<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>
Dépósitos Bancários e Caixa					
12+13+14	Dépósitos Bancários	685,263.38		685,263.38	68,693.68
11	Caixa	7,632.21		7,632.21	3,640.38
		<u>692,895.59</u>	<u>0.00</u>	<u>692,895.59</u>	<u>72,334.06</u>
DIFERIMENTOS					
271	Diferimentos de Receitas	97,047.58		97,047.58	191,738.66
272	Despesas com Custo Diferido				
		<u>97,047.58</u>	<u>0.00</u>	<u>97,047.58</u>	<u>191,738.66</u>
	Total Amortizações		22,312,357.17		
	Total Provisões		3,569,027.08		
	Total do Activo	106,667,801.85	25,881,384.25	80,786,417.60	75,945,880.27

Código das Contas	SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO	EXERCÍCIO DE 2002	EXERCÍCIO DE 2001
	FUNDO SOCIAL, RESERV. E RES.TRANSITADOS		
51	Fundo Social		
55	Reservas de Reavaliação	48,130,173.27	48,130,173.27
59	Resultados Transitados	22,956,902.33	21,453,121.32
		<u>71,087,075.60</u>	<u>69,583,294.59</u>
88	Resultado Líquido do Exercício	4,707,447.62	1,980,040.02
	Total da Situação Líquida	<u>75,794,523.22</u>	<u>71,563,334.61</u>
29	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	596,505.07	596,505.07
		<u>596,505.07</u>	<u>596,505.07</u>
	DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e Longo Prazo		
231	Dívidas a Instituições de Crédito		
239	Outros Empréstimos Obtidos		
262/8	Outros Credores		
		<u>0.00</u>	<u>0.00</u>
	DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto Prazo		
231+12	Dívidas a Instituições de Crédito		
269	Adiantamento por Conta de Vendas		
221	Fornecedores c/c	1,675,955.02	1,594,194.06
228	Fornecedores Facturas em Recepção e Conferência		
219	Adiantamentos de Clientes	3,456.49	2,006.73
239	Outros Empréstimos Obtidos		
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c	120,396.57	22,761.37
24	Sector Público Administrativo	240,182.63	322,409.33
262/3+267/8	Outros Credores	89,667.41	58,531.75
+2121/2		<u>2,129,658.12</u>	<u>1,999,903.24</u>
	DIFERIMENTOS		
273	Diferimentos de Despesas	2,265,731.19	1,786,137.35
274	Receitas com Provento Diferido		
		<u>2,265,731.19</u>	<u>1,786,137.35</u>
	Total do Passivo	<u>4,991,894.38</u>	<u>4,382,545.66</u>
	Total Situação Líquida e do Passivo	<u>80,786,417.60</u>	<u>75,945,880.27</u>

4.4.2. Demonstração dos Resultados

Código das Contas		EXERCÍCIO DE 2002	EXERCÍCIO DE 2001
CUSTOS E PERDAS			
61	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	4,522,416.26	4,421,548.37
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	4,009,946.04	4,066,362.82
64	CUSTOS COM O PESSOAL		
641	Remunerações		
6411	Remunerações Certas	7,921,990.28	7,797,706.33
6412	Remunerações Adicionais	4,023,433.18	3,787,126.94
	Encargos Sociais		
643	Formação Profissional	425.00	4,081.40
644	Pensões		
645	Encargos sobre Remunerações	2,074,019.30	2,025,830.37
646/8	Outros	<u>185,629.11</u>	<u>222,837.32</u>
		14,205,496.87	13,837,582.36
66	AMORTIZAÇÕES	1,441,179.01	1,443,535.07
67	PROVISÕES	<u>1,254,162.80</u>	<u>1,975,242.66</u>
		2,695,341.81	3,418,777.73
63	IMPOSTOS	300.32	92.27
65	BENEFÍCIOS PROCESSADOS E OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS		
651	Benefícios Processados		
652+653	Outros Custos Operacionais	17,996.58	17,956.68
		18,296.90	18,048.95
	(A)	25,451,497.88	25,762,320.23
683+684	Amortizações e Provisões de Aplicações Investimentos Financeiros		
681+685/8	Juros e Custos Assimilados	1,063.03	206.84
		1,063.03	206.84
	(C)	25,452,560.91	25,762,527.07
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS		
690	Acções de Formação Financiadas pelo F.S.E.		
691/8	Outros	15,358.62	225,775.06
		15,358.62	225,775.06
	(E)	25,467,919.53	25,988,302.13
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>4,707,447.62</u>	<u>1,980,040.02</u>
		30,175,367.15	27,968,342.15

Código das Contas		EXERCÍCIO DE 2002		EXERCÍCIO DE 2001	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	VENDAS	65.77		179.28	
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VARIACÃO DA PRODUÇÃO	<u>28,199,116.05</u>	28,199,181.82	<u>27,727,075.46</u>	27,727,254.74
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO				
758	Autoconsumos	19,052.57		16,505.59	
751/7	Outros				
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	182,061.57		132,606.88	
74	COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO				
741	Do Sector Público Administrativo				
7411	Do Centro Regional Segurança Social				
7414/8	De Outros				
742/8	De Outras Entidades				
76	OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	<u>52,336.88</u>	253,451.02	<u>21,352.35</u>	170,464.82
	(B)		28,452,632.84		27,897,719.56
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	<u>61,828.97</u>	61,828.97	<u>56,811.45</u>	56,811.45
	(D)		28,514,461.81		27,954,531.01
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS				
790	Acções de Formação Financiadas pelo F.S.E.				
791/8	Outros	<u>1,660,905.34</u>	1,660,905.34	<u>13,811.14</u>	13,811.14
	(F)		30,175,367.15		27,968,342.15

RESUMO:

Resultados Operacionais:	(B) - (A)	3,001,134.96	:(B) - (A)	2,135,399.33
Resultados Financeiros:	(D - B) - (C - A)	60,765.94	:(D - B) - (C - A)	56,604.6
Resultados Correntes:	(D) - (C)	3,061,900.90	:(D) - (C)	2,192,003.94
Resultado líquido do Exercício:	(F) - (E)	4,707,447.62	:(F) - (E)	1,980,040.02

4.5. Centro Hospitalar Conde de Ferreira

4.5.1. Balanço

Código das Contas	ACTIVO	2002			2001
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO					
Imobilizações Incorpóreas					
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00
Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e Recursos Naturais				
422	Edifícios e Outras Construções				
423	Equipamento Básico	4,660.85	387.30	4,273.55	
424	Equipamento de Transporte	34,011.28	4,391.86	29,619.42	
425	Ferramentas e Utensílios				
426	Equipamento Administrativo	72,784.73	15,738.52	57,046.21	
427	Taras e Vasilhame				
429	Outras Imobilizações Corpóreas				
441/2	Imobilizações em Curso				
		111,456.86	20,517.68	90,939.18	0.00
Investimentos Financeiros					
411	Participações de Capital				
412	Obrigações e Títulos de Participação				
414	Investimentos em Imóveis				
415	Outras Aplicações Financeiras				
		0.00	0.00	0.00	0.00
CIRCULANTE					
Existências					
36	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	54,229.93		54,229.93	
34	Subprodutos, Desperdícios, Resíduos, Refugos				
33	Produtos Acabados e Intermédios				
32	Mercadorias	3,055.90		3,055.90	
		57,285.83	0.00	57,285.83	0.00
Dívidas de Terceiros-Médio e Longo Prazo					
218	Clientes de Cobrança Duvidosa				
268	Outros Devedores				
		0.00	0.00	0.00	0.00
Dívidas de Terceiros-Curto Prazo					
2111	Clientes c/c	466,465.80		466,465.80	
2121/2	Utentes c/c				
218	Clientes de Cobrança Duvidosa				
2619	Adiantamentos Fornecedores Imobilizado				
24	Sector Público Administrativo				
262+265/8	Outros Devedores				
+221		466,465.80	0.00	466,465.80	0.00
Títulos Negociáveis					
18	Outras Aplicações de Tesouraria				
		0.00	0.00	0.00	0.00
Depósitos Bancários e Caixa					
12+13+14	Depósitos Bancários	669,198.09		669,198.09	
11	Caixa	7,096.78		7,096.78	
		676,294.87	0.00	676,294.87	0.00
DIFERIMENTOS					
271	Diferimentos de Receitas	60,343.57		60,343.57	
272	Despesas com Custo Diferido				
		60,343.57	0.00	60,343.57	0.00
	Total Amortizações		20,517.68		
	Total Provisões		0.00		
Total do Activo		1,371,846.93	20,517.68	1,351,329.25	0.00

Código das Contas	SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO	EXERCÍCIO DE 2002	EXERCÍCIO DE 2001
	FUNDO SOCIAL, RESERV. E RES.TRANSITADOS		
51	Fundo Social		
55	Reservas de Reavaliação		
59	Resultados Transitados		
		0.00	0.00
88	Resultado Líquido do Exercício	-146,915.45	
	Total da Situação Líquida	-146,915.45	
29	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
		0.00	0.00
	DIVIDAS A TERCEIROS - Médio e Longo Prazo		
231	Dívidas a Instituições de Crédito		
239	Outros Empréstimos Obtidos		
262/8	Outros Credores		
		0.00	0.00
	DIVIDAS A TERCEIROS - Curto Prazo		
231+12	Dívidas a Instituições de Crédito		
269	Adiantamento por Conta de Vendas		
221	Fornecedores c/c	336,934.55	
228	Fornecedores Facturas em Recepção e Conferência		
219	Adiantamentos de Clientes		
239	Outros Empréstimos Obtidos		
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c	9,780.18	
24	Sector Público Administrativo	51,610.45	
262/3+267/8	Outros Credores	702,433.28	
+2121/2		1,100,758.46	0.00
273	Diferimentos de Despesas	397,486.24	
274	Receitas com Proveito Diferido		
		397,486.24	0.00
	Total do Passivo	1,498,244.70	0.00
	Total Situação Líquida e do Passivo	1,351,329.25	0.00

4.5.2. Demonstração dos Resultados

Código das Contas		EXERCÍCIO DE 2002	EXERCÍCIO DE 2001
CUSTOS E PERDAS			
61	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS E MATERIAS CONSUMIDAS	708,972.49	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	597,701.51	
64	CUSTOS COM O PESSOAL		
641	Remunerações		
6411	Remunerações Certas	2,082,952.06	
6412	Remunerações Adicionais	356,242.98	
	Encargos Sociais		
643	Formação Profissional		
644	Pensões		
645	Encargos sobre Remunerações	408,355.70	
646/8	Outros	<u>20,563.08</u>	0.00
66	AMORTIZAÇÕES	20,935.23	
67	PROVISÕES	<u>20,935.23</u>	0.00
63	IMPOSTOS		
65	BENEFICIOS PROCESSADOS E OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS		
651	Benefícios Processados		
652+653	Outros Custos Operacionais	0.00	0.00
	(A)	4,195,723.05	0.00
683+684	Amortizações e Provisões de Aplicações Investimentos Financeiros		
681+685/8	Juros e Custos Assimilados	4,308.80	0.00
	(C)	4,200,031.85	0.00
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIS		
690	Acções de Formação Financiadas pelo F.S.E.		
691/8	Outros	464.39	0.00
	(E)	4,200,496.24	0.00
88	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	<u>-146,915.45</u>	<u>0.00</u>
		4,053,580.79	0.00

Código das Contas		EXERCÍCIO DE 2002		EXERCÍCIO DE 2001
PROVEITOS E GANHOS				
71	VENDAS	63,528.55		
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	<u>3,963,660.12</u>	4,027,188.67	0.00
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO				
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO			
758	Autoconsumos			
751/7	Outros			
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	114.46		
74	COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO			
741	Do Sector Público Administrativo			
7411	Do Centro Regional Segurança Social			
7414/8	De Outros	8,403.75		
742/8	De Outras Entidades			
76	OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	<u>526.50</u>	9,044.71	0.00
	(B)		4,036,233.38	0.00
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	<u>9,816.12</u>	9,816.12	0.00
	(D)		4,046,049.50	0.00
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS			
790	Acções de Formação Financiadas pelo F.S.E.			
791/8	Outros	<u>7,531.29</u>	7,531.29	0.00
	(F)		4,053,580.79	0.00

RESUMO:

Resultados Operacionais	:(B) - (A)	-159,489.67	:(B) - (A)
Resultados Financeiros	:(D - B) - (C - A)	5,507.32	:(D - B) - (C - A)
Resultados Correntes	:(D) - (C)	-153,982.35	:(D) - (C)
Resultado líquido do Exercício	:(F) - (E)	-146,915.45	:(F) - (E)

4.6. Departamentos Centrais e Restantes Estabelecimentos

4.6.1. Balanço

Código das Contas	ACTIVO	2002			2001
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO					
Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e Recursos Naturais	3,260,433.34	101,036.46	3,159,396.88	3,184,239.15
422	Edifícios e Outras Construções	72,264,294.45	1,227,210.48	71,037,083.97	70,922,041.38
423	Equipamento Básico	2,178,229.07	1,190,829.71	987,399.36	1,122,927.14
424	Equipamento de Transporte	614,529.07	373,526.13	241,002.94	233,004.28
425	Ferramentas e Utensílios	78,166.63	57,089.27	21,077.36	16,889.37
426	Equipamento Administrativo	1,392,498.10	824,096.24	568,401.86	615,684.73
427	Taras e Vasilhame	7,072.76	2,307.79	4,764.97	5,003.02
429	Outras Imobilizações Corpóreas	10,134,071.72	173,559.71	9,960,512.01	9,984,778.27
441/6	Imobilizações em Curso	4,475,708.81		4,475,708.81	12,136,150.52
448	Adiant. p/ Conta Imob. Corporeas	118,771.23		118,771.23	168,538.72
		<u>94,523,775.18</u>	<u>3,949,655.79</u>	<u>90,574,119.39</u>	<u>98,389,256.58</u>
Investimentos Financeiros					
411	Participações de Capital	222,118.14	27,358.37	194,759.77	194,759.77
412	Obrigações e Títulos de Participação	7,865.29		7,865.29	7,865.29
414	Investimentos em Imóveis	78,289,050.68	949,075.61	77,339,975.07	69,672,685.79
415	Outras Aplicações Financeiras	94,676.83		94,676.83	94,676.83
447	Adiant. p/ Conta Investimentos Financeiros	27,583.32		27,583.32	361,360.96
		<u>78,641,294.26</u>	<u>976,433.98</u>	<u>77,664,860.28</u>	<u>70,331,348.64</u>
CIRCULANTE					
Existências					
36	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	338,958.47		338,958.47	346,987.77
34	Subprodutos, Desperdícios, Resíduos, Refugos				
33	Produtos Acabados e Intermédios	67,389.62		67,389.62	57,968.56
		<u>406,348.09</u>	<u>0.00</u>	<u>406,348.09</u>	<u>404,956.33</u>
Dívidas de Terceiros-Médio e Longo Prazo					
268	Outros Devedores	49,958.03		49,958.03	46,044.50
		<u>49,958.03</u>	<u>0.00</u>	<u>49,958.03</u>	<u>46,044.50</u>
Dívidas de Terceiros-Curto Prazo					
2111	Clientes c/c	100,859.67		100,859.67	89,049.48
2112	Clientes - Títulos a Receber				
2118	Clientes de Cobrança Duvidosa	17,058.52	15,772.00	1,286.52	
2121/2	Utentes c/c	34,981.35		34,981.35	39,204.72
2128	Utentes de Cobrança Duvidosa	14,601.67	14,601.67		
229	Adiantamentos Fornecedores				
2619	Adiantamentos Fornecedores Imobilizado				
24	Sector Público Administrativo	619,342.30		619,342.30	678,573.33
262+265/8	Outros Devedores	1,505,740.14	279,951.67	1,225,788.47	662,096.80
2611+221		<u>2,292,583.65</u>	<u>310,325.34</u>	<u>1,982,258.31</u>	<u>1,468,924.33</u>
Títulos Negociáveis					
18	Outras Aplicações de Tesouraria				
		<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>
Depósitos Bancários e Caixa					
12+13+14	Depósitos Bancários	5,485,217.51		5,485,217.51	2,471,288.49
11	Caixa	33,958.51		33,958.51	33,184.57
		<u>5,519,176.02</u>	<u>0.00</u>	<u>5,519,176.02</u>	<u>2,504,473.06</u>
DEFERIMENTOS					
271	Deferimentos de Receitas	155,685.76		155,685.76	63,404.90
272	Despesas com Custo Diferido	986,264.10		986,264.10	861,645.89
		<u>1,141,949.86</u>	<u>0.00</u>	<u>1,141,949.86</u>	<u>925,050.79</u>
	Total Amortizações		<u>4,898,731.40</u>		
	Total Provisões		<u>337,683.71</u>		
Total do Activo		182,575,085.09	5,236,415.11	177,338,669.98	174,070,054.23

Código das Contas	SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO	EXERCÍCIO DE 2002	EXERCÍCIO DE 2001
	FUNDO SOCIAL, RESERV. E RES.TRANSITADOS		
51	Fundo Social	146,824,394.58	146,824,394.58
55	Reservas de Reavaliação	228,709.66	228,709.66
57	Reservas Especiais	230,506.50	105,931.72
59	Resultados Transitados	-6,789,761.36	-5,361,648.89
		<hr/>	<hr/>
		140,493,849.38	141,797,387.07
88	Resultado Líquido do Exercício	-1,299,646.89	-1,428,112.47
	Total da Situação Líquida	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
		139,194,202.49	140,369,274.60
29	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	<hr/>	<hr/>
		3,628,491.31	3,676,695.69
		<hr/>	<hr/>
		3,628,491.31	3,676,695.69
	DIVIDAS A TERCEIROS - Médio e Longo Prazo		
231	Dívidas a Instituições de Crédito	3,699,611.15	3,849,124.24
239	Outros Empréstimos Obtidos		
262/8	Outros Credores	1,476,299.90	1,743,819.55
		<hr/>	<hr/>
		5,175,911.05	5,592,943.79
	DIVIDAS A TERCEIROS - Curto Prazo		
231+12	Dívidas a Instituições de Crédito	146,411.83	140,700.28
269	Adiantamento por Conta de Vendas		
221	Fornecedores c/c	140,752.10	160,574.28
228	Fornecedores Facturas Recepção e Conferência		
222	Fornecedores -Títulos a pagar		
2612	Fornecedores de Imobilizado-Títulos a Pagar		
2119	Adiantamentos de Clientes	5,000.00	
239	Outros Empréstimos Obtidos		
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c	76,632.05	558,548.94
24	Sector Público Administrativo	388,128.30	458,880.42
262/6+267/8	Outros Credores	20,602,099.09	14,828,200.62
+2121/2		<hr/>	<hr/>
		21,359,023.37	16,146,904.54
273	Diferimentos de Despesas	1,226,599.86	1,274,321.59
274	Receitas com Provento Diferido	6,754,441.90	7,009,914.02
		<hr/>	<hr/>
		7,981,041.76	8,284,235.61
	Total do Passivo	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
		38,144,467.49	33,700,779.63
	Total Situação Líquida e do Passivo	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
		177,338,669.98	174,070,054.23

4.6.2. Demonstração dos Resultados

Código das Contas		EXERCÍCIO DE 2002	EXERCÍCIO DE 2001
CUSTOS E PERDAS			
61	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS E MATERIAS CONSUMIDAS	729,884.90	799,388.05
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2,227,195.37	2,048,539.62
64	CUSTOS COM O PESSOAL		
641	Remunerações		
6411	Remunerações Certas	4,641,815.53	4,400,107.32
6412	Remunerações Adicionais	938,949.37	906,887.92
	Encargos Sociais		
643	Formação Profissional	528.50	392.05
644	Pensões	1,409,426.27	1,355,761.24
645	Encargos Sobre Remunerações	935,489.82	890,203.37
646/8	Outros	<u>139,468.73</u>	<u>147,250.41</u>
		8,065,678.22	7,700,602.31
66	AMORTIZAÇÕES	597,121.89	646,165.31
67	PROVISÕES	<u>90,313.72</u>	<u>127,419.97</u>
		687,435.61	773,585.28
63	IMPOSTOS	9,565.21	8,982.37
65	BENEFICIOS PROCESSADOS E OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS		
651	Benefícios Processados		
652+653	Outros Custos Operacionais	17,065.52	20,614.57
		26,630.73	29,596.94
	(A)	11,736,824.83	11,351,712.20
683+684	Amortizações e Provisões de Aplicações Investimentos Financeiros	265,619.72	115,576.66
681+685/8	Juros e Custos Assimilados	56,408.80	57,864.05
		322,028.52	173,440.71
	(C)	12,058,853.35	11,525,152.91
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIS		
690	Acções de Formação Financiadas pelo F.S.E.	649,357.11	631,635.54
691/8	Outros	68,041.88	329,946.22
		717,398.99	961,581.76
	(E)	12,776,252.34	12,486,734.67
88	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	<u>-1,299,646.89</u>	<u>-1,428,112.47</u>
		11,476,605.45	11,058,622.20

Código das Contas		EXERCÍCIO DE 2002		EXERCÍCIO DE 2001	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	VENDAS	175,455.51		178,890.62	
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	<u>2,178,488.51</u>	2,353,944.02	<u>2,212,897.87</u>	2,391,788.49
	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO		9,421.06		12,140.40
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO				
758	Autoconsumos	92,180.54		69,982.97	
751/7	Outros	399,400.75		449,456.76	
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	240,151.41		293,601.40	
74	COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO				
741	Do Sector Público Administrativo				
7411	Do Centro Regional Segurança Social	2,998,632.89		2,613,818.90	
7413/8	De Outros	21,434.68		11,372.60	
742/8	De Outras Entidades	8,609.11		10,910.99	
76	OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	<u>36,700.15</u>	3,797,109.53	<u>34,953.26</u>	3,484,096.88
	(B)		6,160,474.61		5,888,025.77
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	<u>3,646,043.76</u>	3,646,043.76	<u>4,103,576.32</u>	4,103,576.32
	(D)		9,806,518.37		9,991,602.09
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS				
790	Acções de Formação Financiadas pelo F.S.E.	656,170.51		580,360.20	
791/8	Outros	<u>1,013,916.57</u>	1,670,087.08	<u>486,659.91</u>	1,067,020.11
	(F)		11,476,605.45		11,058,622.20

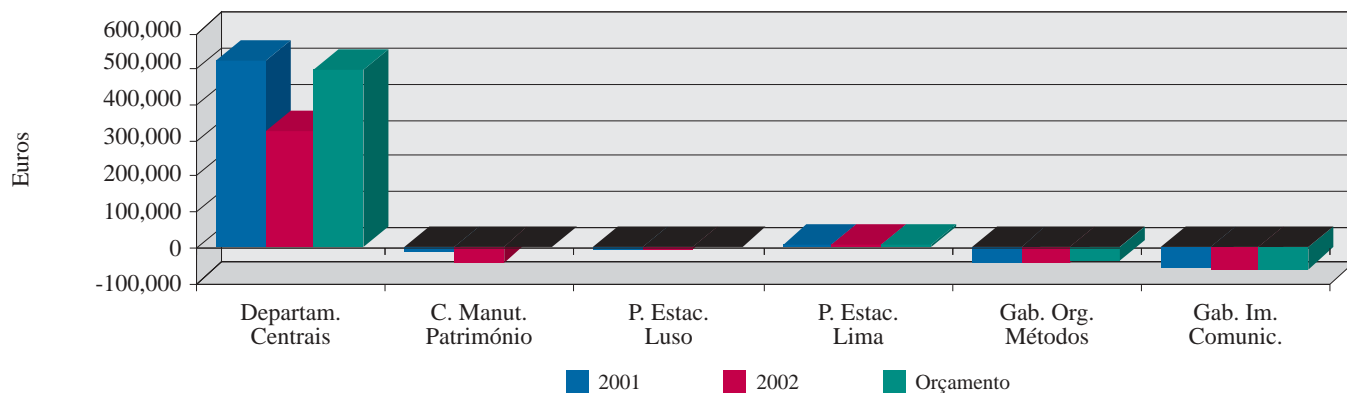
RESUMO:

Resultados Operacionais	:(B) - (A)	-5,576,350.22	:(B) - (A)	-5,463,686.43
Resultados Financeiros	:(D - B) - (C - A)	3,324,015.24	:(D - B) - (C - A)	3,930,135.61
Resultados Correntes	:(D) - (C)	-2,252,334.98	:(D) - (C)	-1,533,550.82
Resultado Líquido do Exercício	:(F) - (E)	-1,299,646.89	:(F) - (E)	-1,428,112.47

4.7. Exploração Departamental

4.7.1. Área dos Departamentos Centrais

Análise Comparativa dos Resultados Líquidos



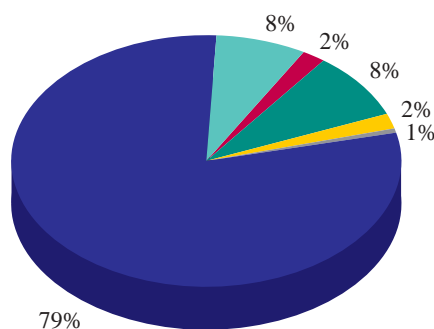
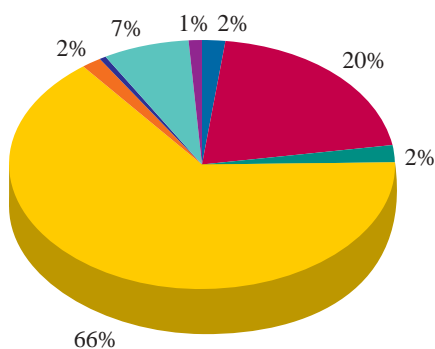
Análise da Estrutura de Custos e Proveitos

Custos

C.M. Vend. Mat. Cons.	≈ 89 794
Forn. Serv. Externos	≈ 884 192
Amortizações	≈ 101 123
Custos C/ Pessoal	≈ 2 813 086
Provisões	≈ 72 582
Impostos	≈ 7 693
Ben. Proc. O.C. Oper.	≈ 15 658
Custos Financeiros	≈ 321 507
Custos Extraordinários	≈ 46 463

Proveitos

Vendas	≈ 579
Prestação Serviços	≈ 90 374
Trab. p/ Próp. Inst.	≈ 381 405
Proveitos Suplement.	≈ 85 674
Comp. Sub. Exploração	≈ 0
Out. Prov. Operacionais	≈ 36 700
Proveitos Financeiros	≈ 3 574 637
Proveitos Extraordinários	≈ 340 859

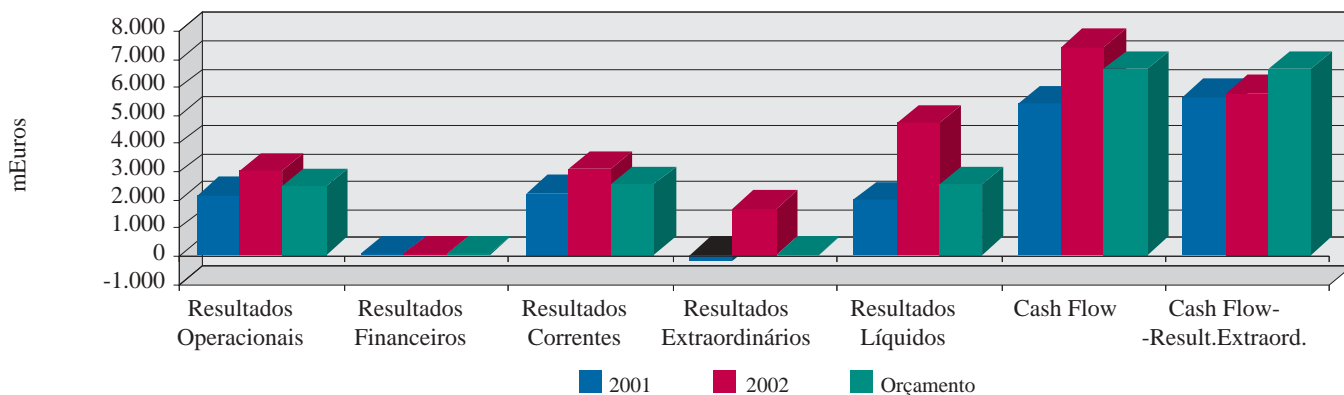


CONTA	Posição em Dezembro de 2002	2002	2001	VARIACÃO	
				VALOR	(%)
71	Vendas	579	1,206	-627	-52
72	Prestação de Serviços	90,374	82,837	7,537	9
721	Matriculas e Mensalidades		0		
722/9	Outras	90,374	82,837	7,537	9
75	Trabalhos para a Própria Instituição	381,405	379,695	1,710	0
758	Para Autoconsumos	30,281	0	30,281	
751/5	Para Outros	351,124	379,695	-28,571	-8
73	Proveitos Suplementares	85,674	107,596	-21,922	-20
74	Comparticipações e Subsídios à Exploração	0	4,301	-4,301	-100
7411	Do Centro Regional de Segurança Social		0		
7412/8	Outros		0		
742/9	De Outros Sectores		4,301	-4,301	-100
76	Outros Proveitos Operacionais	36,700	34,953	1,747	5
	Variacão da Produção		0		
	Total dos Proveitos Operacionais (1)	594,732	610,588	-15,856	-3
61	Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	89,794	64,401	25,393	39
61611	Géneros Alimentares	253	0	253	
61-61611	Outros	89,541	64,401	25,140	39
62	Fornecimentos e Serviços Externos	884,192	909,684	-25,492	-3
6211	Subcontratos/Exploração de Refeitórios		0		
6212	Subcontratos/Lavandaria		1,134	-1,134	-100
6221/4	Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos	68,795	60,728	8,067	13
62217	Material de Escritório	247	1,107	-860	-78
*	Outros Fornecimentos Externos	815,150	846,715	-31,565	-4
64	Custos com o Pessoal	2,813,086	2,672,959	140,127	5
6411	Remunerações Certas	996,447	927,720	68,727	7
6412	Remunerações Adicionais	158,098	150,095	8,003	5
643	Formação Profissional		199	-199	-100
644	Pensões	1,405,675	1,350,086	55,589	4
645	Encargos Sobre Remunerações	200,383	187,349	13,034	7
646	Seguros	8,082	11,277	-3,195	-28
647/8	Outros Custos com o Pessoal	44,401	46,233	-1,832	-4
66	Amortizações	101,123	114,693	-13,570	-12
67	Provisões	72,582	98,696	-26,114	-26
63	Impostos	7,693	6,570	1,123	17
65	Benefícios Processados Outros Custos Operacionais	15,658	16,648	-990	-6
652	Outros custos operacionais	15,658	16,648	-990	-6
	Total dos Custos Operacionais (2)	3,984,128	3,883,651	100,477	3
78	Proveitos e Ganhos Financeiros (4)	3,574,637	4,052,711	-478,074	-12
68	Custos e Perdas Financeirs (5)	321,504	173,114	148,390	86
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários (7)	340,859	101,526	239,333	236
69	Custos e Perdas Extraordinários (8)	46,463	308,246	-261,783	-85
81	Resultados Operacionais (1)-(2)=(3)	-3,389,396	-3,273,063	-116,333	-4
82	Resultados Financeiros (4)-(5)=(6)	3,253,133	3,879,597	-626,464	-16
83	Resultados Correntes (3)+(6)	-136,263	606,534	-742,797	-122
84	Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9)	294,396	-206,720	501,116	242
88	Resultados Liquidos (3)+(6)+(9)	158,133	399,814	-241,681	-60

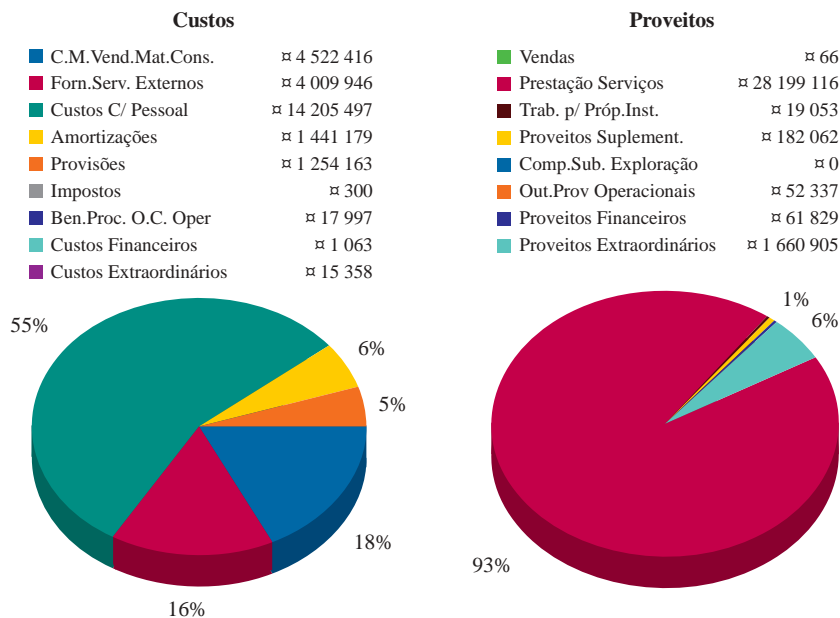
4.7.2. Área da Saúde

4.7.2.1. Hospital da Prelada “Dr. Domingos Braga da Cruz”

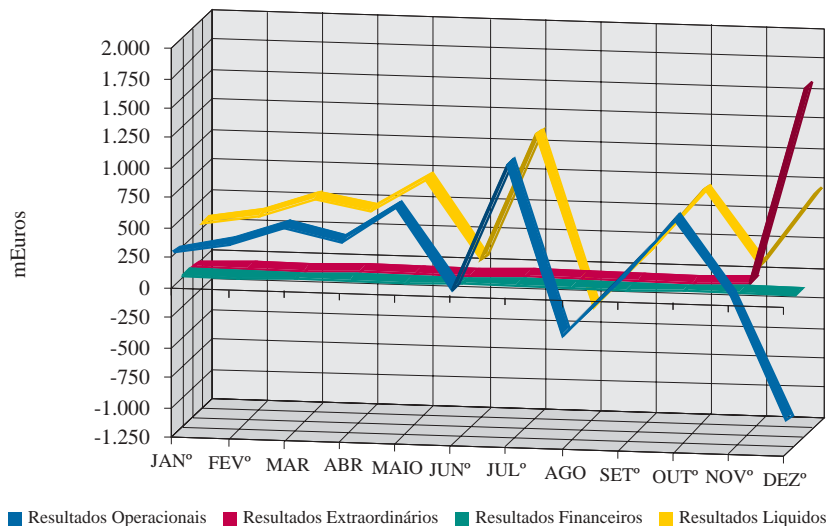
Análise Comparativa dos Resultados Acumulados



Análise da Estrutura de Custos e Proveitos



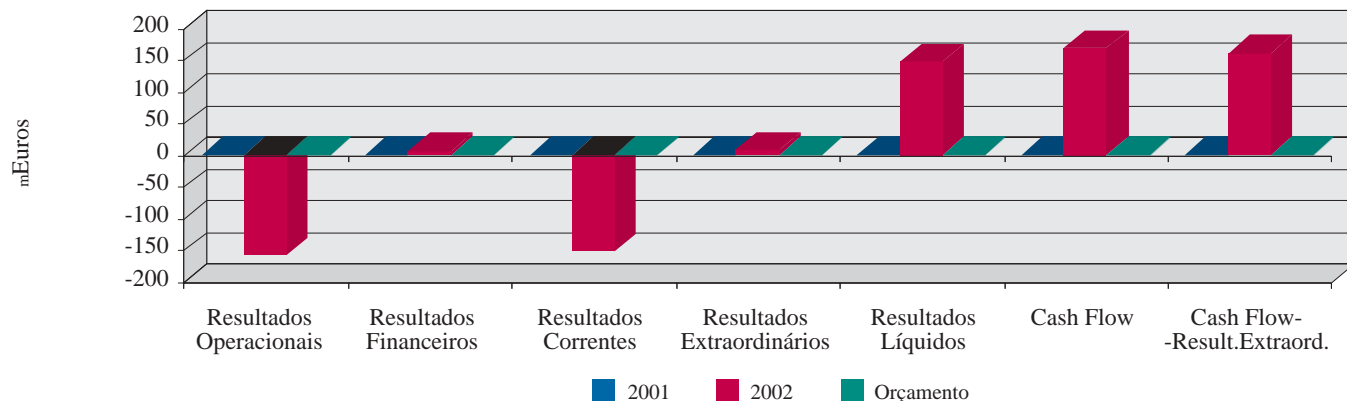
Análise Evolutiva de Resultados



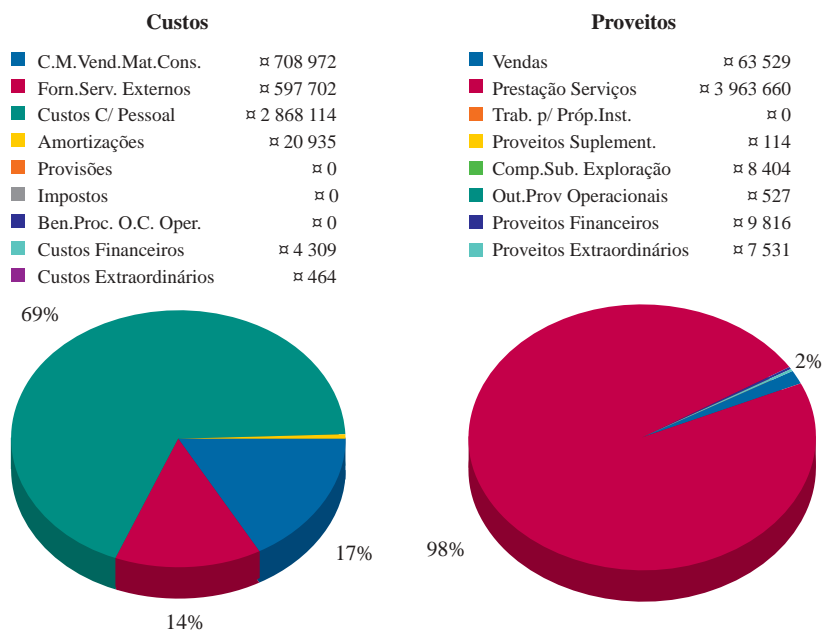
CONTA	Posição em Dezembro de 2002	2002	2001	VARIACÃO	
				VALOR	(%)
71	Vendas	66	180	-114	-63
72	Prestação de Serviços	28,199,116	27,727,068	472,048	2
721	Matriculas e Mensalidades		0		
722/9	Outras	28,199,116	27,727,068	472,048	2
75	Trabalhos para a Própria Instituição	19,053	16,505	2,548	15
758	Para Autoconsumos	19,053	16,505	2,548	15
751/5	Para Outros		0		
73	Proveitos Suplementares	182,061	132,605	49,456	37
74	Comparticipações e Subsídios à Exploração	0	0		
7411	Do Centro Regional de Segurança Social		0		
7412/8	Outros		0		
742/9	De Outros Sectores		0		
76	Outros Proveitos Operacionais	52,337	21,354	30,983	145
	Variação da Produção		0		
	Total dos Proveitos Operacionais (1)	28,452,633	27,897,712	554,921	2
61	Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	4,522,416	4,421,549	100,867	2
61611	Géneros Alimentares		0		
61-61611	Outros	4,522,416	4,421,549	100,867	2
62	Fornecimentos e Serviços Externos	4,009,946	4,066,360	-56,414	-1
6211	Subcontratos/Exploração de Refeitórios	941,694	891,347	50,347	6
6212	Subcontratos/Lavandaria e Outros	1,194,882	1,131,653	63,229	6
6221/4	Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos	551,772	526,556	25,216	5
62217	Material de Escritório	149	1,092	-943	-86
*	Outros Fornecimentos Externos	1,321,449	1,515,712	-194,263	-13
64	Custos com o Pessoal	14,205,497	13,837,582	367,915	3
6411	Remunerações Certas	7,921,990	7,797,708	124,282	2
6412	Remunerações Adicionais	4,023,433	3,787,118	236,315	6
643	Formação Profissional	425	4,080	-3,655	-90
644	Pensões	0	0		
645	Encargos Sobre Remunerações	2,074,019	2,025,833	48,186	2
646	Seguros	112,009	149,944	-37,935	-25
647/8	Outros Custos com o Pessoal	73,621	72,899	722	1
66	Amortizações	1,441,179	1,443,536	-2,357	0
67	Provisões	1,254,163	1,975,245	-721,082	-37
63	Impostos	300	95	205	216
65	Benefícios Processados Outros Custos Operacionais	17,997	17,957	40	0
652	Outros custos operacionais	17,997	17,957	40	0
	Total dos Custos Operacionais (2)	25,451,498	25,762,324	-310,826	-1
78	Proveitos e Ganhos Financeiros (4)	61,829	56,813	5,016	9
68	Custos e Perdas Financeiros (5)	1,063	205	858	419
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários (7)	1,660,905	13,807	1,647,098	11,929
69	Custos e Perdas Extraordinários (8)	15,358	225,766	-210,408	-93
81	Resultados Operacionais (1)-(2)=(3)	3,001,135	2,135,388	865,747	41
82	Resultados Financeiros (4)-(5)=(6)	60,766	56,608	4,158	7
83	Resultados Correntes (3)+(6)	3,061,901	2,191,996	869,905	40
84	Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9)	1,645,547	-211,959	1,857,506	876
88	Resultados Líquidos (3)+(6)+(9)	4,707,448	1,980,037	2,727,411	138

4.7.2.2. Centro Hospitalar Conde de Ferreira

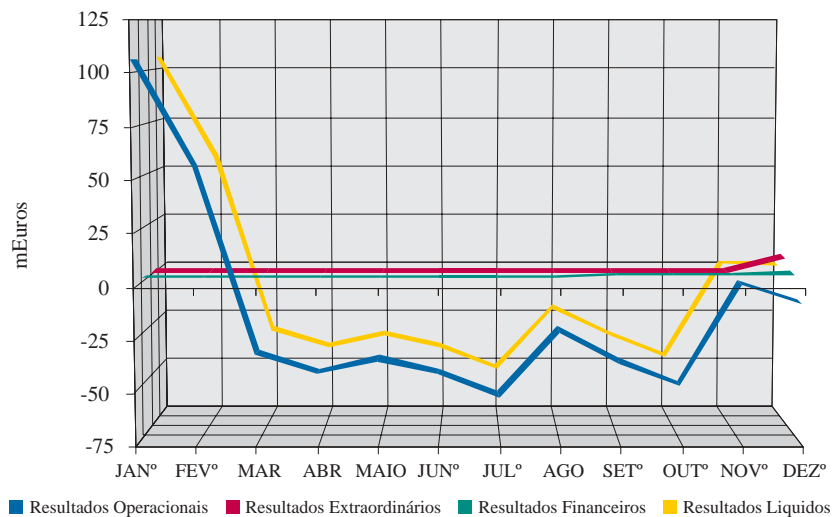
Análise Comparativa dos Resultados Acumulados



Análise da Estrutura de Custos e Proveitos



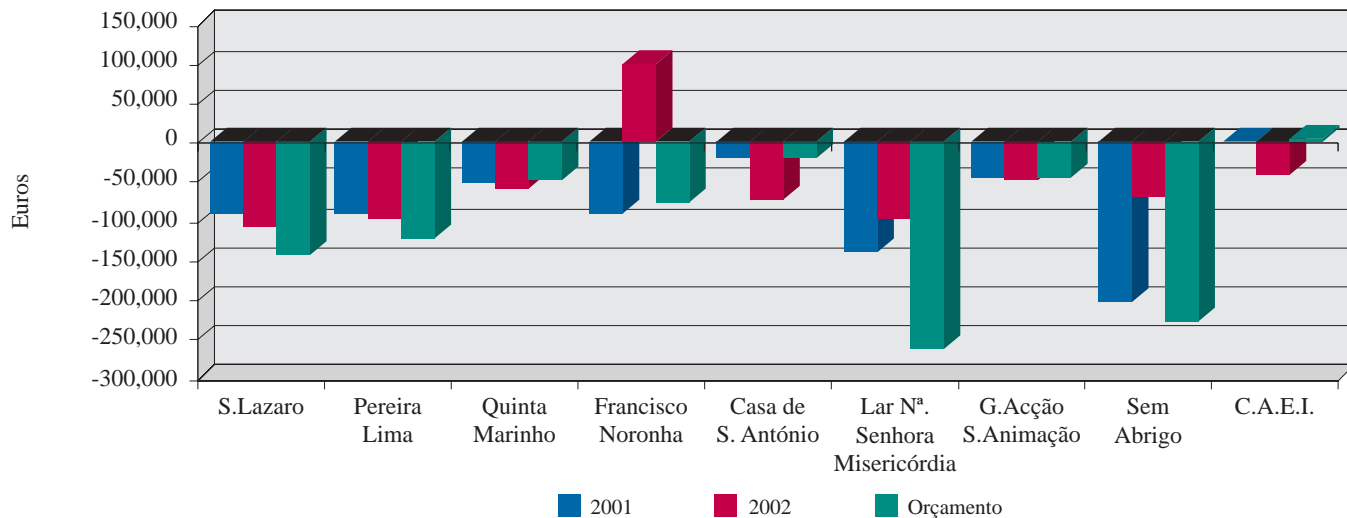
Análise Evolutiva de Resultados



CONTA	Posição em Dezembro de 2002	2002
71	Vendas	63,529
72	Prestação de Serviços	3,963,660
721	Matriculas e Mensalidades	
722/9	Outras	3,963,660
75	Trabalhos para a Própria Instituição	
758	Para Autoconsumos	
751/5	Para Outros	
73	Proveitos Suplementares	114
74	Comparticipações e Subsídios à Exploração	8,404
7411	Do Centro Regional de Segurança Social	
7412/8	Outros	8,404
742/9	De Outros Sectores	
76	Outros Proveitos Operacionais	527
	Variação da Produção	
	Total dos Proveitos Operacionais (1)	4,036,234
61	Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	708,972
61611	Géneros Alimentares	298,371
61-61611	Outros	410,601
62	Fornecimentos e Serviços Externos	597,702
6211	Subcontratos/Exploração de Refeitórios	
6212	Subcontratos/Lavandaria e Outros	83,613
6221/4	Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos	218,158
62217	Material de Escritório	
*	Outros Fornecimentos Externos	295,931
64	Custos com o Pessoal	2,868,114
6411	Remunerações Certas	2,082,952
6412	Remunerações Adicionais	356,243
643	Formação Profissional	
644	Pensões	
645	Encargos Sobre Remunerações	408,356
646	Seguros	20,512
647/8	Outros Custos com o Pessoal	51
66	Amortizações	20,935
67	Provisões	
63	Impostos	
65	Benefícios Processados Outros Custos Operacionais	
652	Outros custos operacionais	
	Total dos Custos Operacionais (2)	4,195,723
78	Proveitos e Ganhos Financeiros (4)	9,816
68	Custos e Perdas Financeiros (5)	4,309
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários (7)	7,531
69	Custos e Perdas Extraordinários (8)	464
81	Resultados Operacionais (1)-(2)=(3)	-159,489
82	Resultados Financeiros (4)-(5)=(6)	5,507
83	Resultados Correntes (3)+(6)	-153,982
84	Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9)	7,067
88	Resultados Líquidos (3)+(6)+(9)	-146,915

4.7.3. Área Social

Análise Comparativa dos Resultados Líquidos



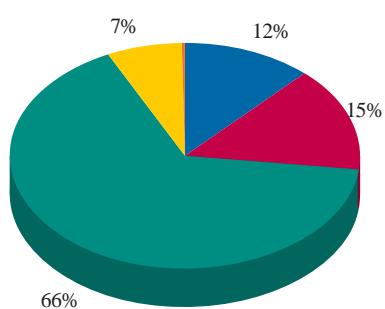
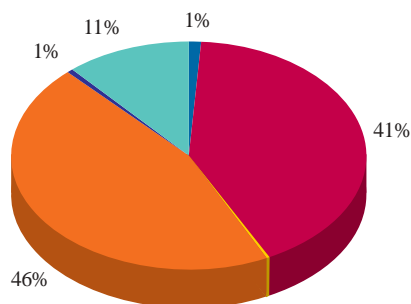
Análise da Estrutura de Custos e Proveitos

Proveitos

Vendas	≈ 35 761
Prestação Serviços	≈ 1 242 133
Trab. p/ próp.Inst.	≈ 1 747
Proveitos Supplement.	≈ 4 955
Comp.Sub.Exploração	≈ 1 362 999
Out.Prov Operacionais	≈ 0
Proveitos Financeiros	≈ 19 228
Prov. Extraordinários	≈ 341 985

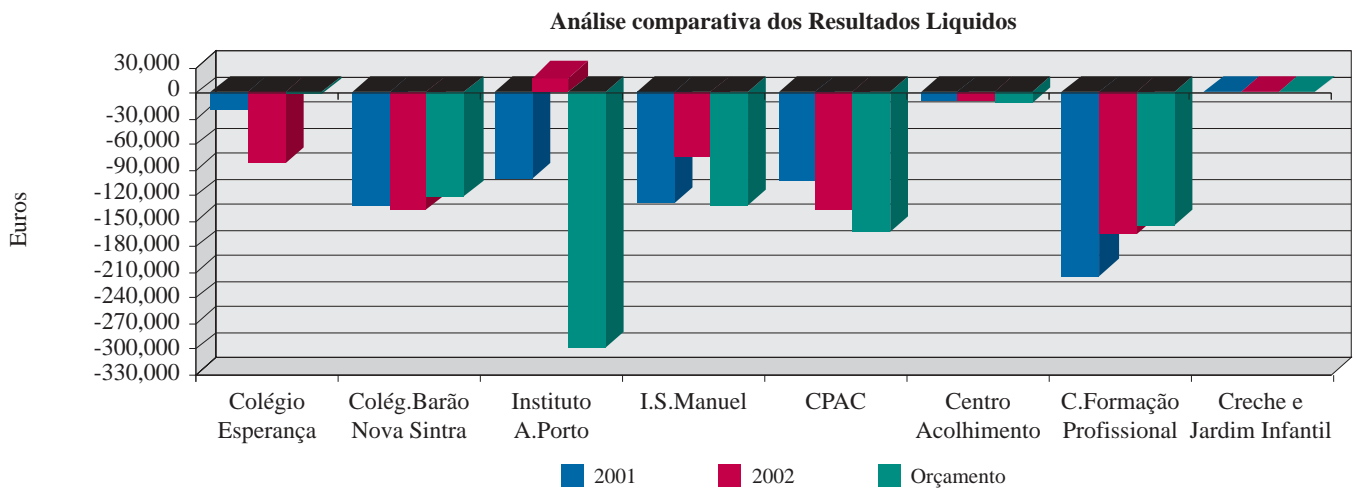
Custos

C.M.Vend.Mat.Cons.	≈ 414 081
Forn.Serv. Externos	≈ 533 310
Custos C/ Pessoal	≈ 2 302 983
Amortizações	≈ 243 082
Provisões	≈ 8 003
Impostos	≈ 939
Ben.Proc. O.C.Oper.	≈ 1 129
Custos Financeiros	≈ 220
Custos Extraordinários	≈ 859



CONTA	Posição em Dezembro de 2002	2002	2001	VARIACÃO	
				VALOR	(%)
71	Vendas	35,761	43,349	-7,588	-18
72	Prestação de Serviços	1,242,133	1,292,847	-50,714	-4
721	Matriculas e Mensalidades	1,240,186	1,290,650	-50,464	-4
722/9	Outras	1,947	2,197	-250	-11
75	Trabalhos para a Própria Instituição	1,747	795	952	120
758	Para Autoconsumos				
751/6	Para Outros	1,747	795	952	120
73	Proveitos Suplementares	4,955	3,015	1,940	64
74	Comparticipações e Subsídios à Exploração	1,362,999	1,075,987	287,012	27
7411	Do Centro Regional de Segurança Social	1,354,390	1,075,987	278,403	26
7412/8	Outros				
742/9	De Outros Sectores	8,609	0	8,609	
76	Outros Proveitos Operacionais				
	Variacão da Produção				
	Total dos Proveitos Operacionais (1)	2,647,595	2,415,993	231,602	10
61	Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	414,081	443,378	-29,297	-7
61611	Géneros Alimentares	270,904	288,137	-17,233	-6
61-61611	Outros	143,177	155,241	-12,064	-8
62	Fornecimentos e Serviços Externos	533,310	499,052	34,258	7
6211	Subcontratos/Exploração de Refeitórios				
6212	Subcontratos/Lavandaria e Outros	39,245	41,528	-2,283	-5
6221/4	Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos	141,383	138,753	2,630	2
62217	Material de Escritório	117	162	-45	-28
*	Outros Fornecimentos Externos	352,565	318,609	33,956	11
64	Custos com o Pessoal	2,302,983	2,187,755	115,228	5
6411	Remunerações Certas	1,515,647	1,417,089	98,558	7
6412	Remunerações Adicionais	416,159	408,348	7,811	2
643	Formação Profissional	65	5	60	1,200
644	Pensões	3,746	3,616	130	4
645	Encargos Sobre Remunerações	324,322	305,532	18,790	6
646	Seguros	13,510	18,844	-5,334	-28
647/8	Outros Custos com o Pessoal	29,534	34,321	-4,787	-14
66	Amortizações	243,082	252,807	-9,725	-4
67	Provisões	8,003	0	8,003	
63	Impostos	939	1,336	-397	-30
65	Benefícios Processados Outros Custos Operacionais	1,129	2,161	-1,032	-48
652	Outros custos operacionais	1,129	2,161	-1,032	-48
	Total dos Custos Operacionais (2)	3,503,527	3,386,489	117,038	3
78	Proveitos e Ganhos Financeiros (4)	19,228	7,958	11,270	142
68	Custos e Perdas Financeiros (5)	220	218	2	1
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários (7)	341,985	237,080	104,905	44
69	Custos e Perdas Extraordinários (8)	859	5,368	-4,509	-84
81	Resultados Operacionais (1)-(2)=(3)	-855,932	-970,496	114,564	12
82	Resultados Financeiros (4)-(5)=(6)	19,008	7,740	11,268	146
83	Resultados Correntes (3)+(6)	-836,924	-962,756	125,832	13
84	Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9)	341,126	231,712	109,414	47
88	Resultados Líquidos (3)+(6)+(9)	-495,798	-731,044	235,246	32

4.7.4. Área do Ensino e Formação Profissional



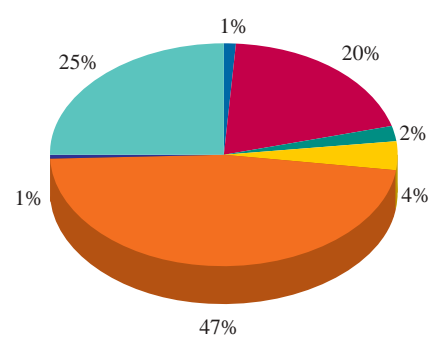
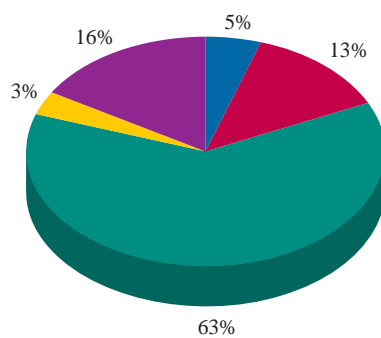
Análise da Estrutura de Custos e Proveitos

Custos

C.M. Vend. Mat. Cons.	≈ 209 116
Forn. Serv. Externos	≈ 530 269
Custos C/ Pessoal	≈ 2 540 183
Amortizações	≈ 133 258
Provisões	≈ 0
Impostos	≈ 760
Ben. Proc. O.C. Oper.	≈ 65
Custos Financeiros	≈ 199
Custos Extraordinários	≈ 664 901

Proveitos

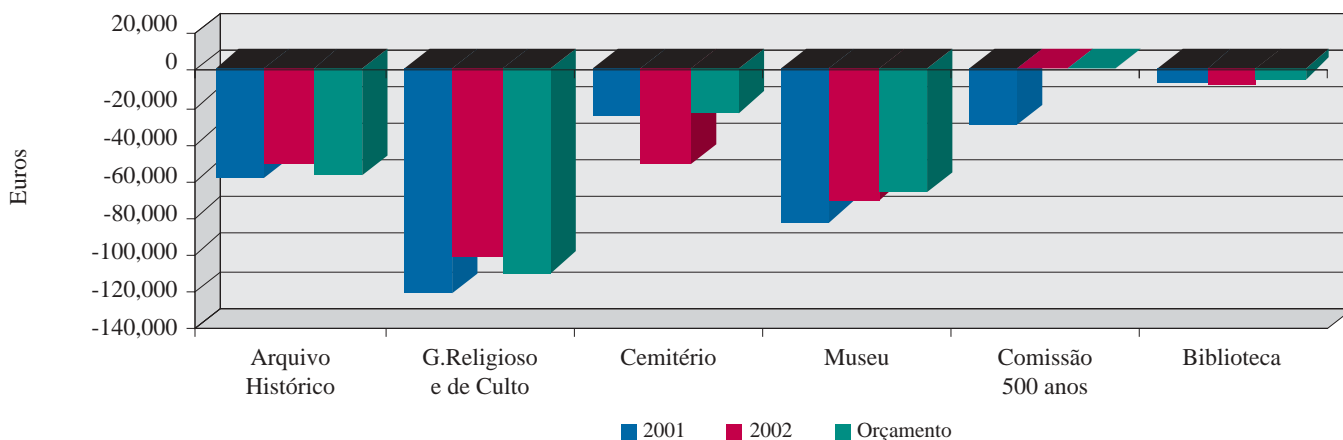
Vendas	≈ 39 165
Prestação Serviços	≈ 692 890
Trab. p/ Próp. Inst.	≈ 81 238
Proveitos Suplement.	≈ 141 570
Comp. Sub. Exploração	≈ 1 665 591
Out. Prov Operacionais	≈ 0
Proveitos Financeiros	≈ 19 956
Proveitos Extraordinários	≈ 874 989



CONTA	Posição em Dezembro de 2002	2002	2001	VARIACÃO	
				VALOR	(%)
71	Vendas	39,155	38,637	518	1
72	Prestação de Serviços	692,890	692,020	870	0
721	Matriculas e Mensalidades	680,624	652,750	27,874	4
722/9	Outras	12,266	39,270	-27,004	-69
75	Trabalhos para a Própria Instituição	81,238	87,373	-6,135	-7
758	Para Autoconsumos	61,901	69,983	-8,082	-12
751/5	Para Outros	19,337	17,390	1,947	11
73	Proveitos Suplementares	141,570	166,315	-24,745	-15
74	Comparticipações e Subsídios à Exploração	1,665,591	1,553,024	112,567	7
7411	Do Centro Regional de Segurança Social	1,644,242	1,537,832	106,410	7
7412/8	Outros	21,349	11,373	9,976	88
742/9	De Outros Sectores		3,819	-3,819	-100
76	Outros Proveitos Operacionais				
	Variação da Produção	-33,419	0	-33,419	
	Total dos Proveitos Operacionais (1)	2,587,025	2,537,369	49,656	2
61	Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	209,116	280,870	-71,754	-26
61611	Géneros Alimentares	74,783	131,971	-57,188	-43
61-61611	Outros	134,333	148,899	-14,566	-10
62	Fornecimentos e Serviços Externos	530,269	381,113	149,156	39
6211	Subcontratos/Exploração de Refeitórios	76,387	0	76,387	
6212	Subcontratos/Lavandaria e Outros				
6221/4	Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos	62,741	63,186	-445	-1
62217	Material de Escritório	127	261	-134	-51
*	Outros Fornecimentos Externos	391,014	317,666	73,348	23
64	Custos com o Pessoal	2,540,183	2,452,499	87,684	4
6411	Remunerações Certas	1,848,047	1,778,167	69,880	4
6412	Remunerações Adicionais	300,048	296,756	3,292	1
643	Formação Profissional	464	188	276	147
644	Pensões		2,059	-2,059	-100
645	Encargos Sobre Remunerações	358,109	346,658	11,451	3
646	Seguros	14,822	21,248	-6,426	-30
647/8	Outros Custos com o Pessoal	18,693	7,423	11,270	152
66	Amortizações	133,258	154,413	-21,155	-14
67	Provisões				
63	Impostos	760	814	-54	-7
65	Benefícios Processados Outros Custos Operacionais	65	599	-534	-89
652	Outros custos operacionais	65	599	-534	-89
	Total dos Custos Operacionais (2)	3,413,651	3,270,308	143,343	4
78	Proveitos e Ganhos Financeiros (4)	19,956	12,543	7,413	59
68	Custos e Perdas Financeiros (5)	199	94	105	112
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários (7)	874,989	654,125	220,864	34
69	Custos e Perdas Extraordinários (8)	664,901	646,857	18,044	3
81	Resultados Operacionais (1)-(2)=(3)	-826,626	-732,939	-93,687	-13
82	Resultados Financeiros (4)-(5)=(6)	19,757	12,449	7,308	59
83	Resultados Correntes (3)+(6)	-806,869	-720,490	-86,379	-12
84	Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9)	210,088	7,268	202,820	2,791
88	Resultados Líquidos (3)+(6)+(9)	-596,781	-713,222	116,441	16

4.7.5. Área do Culto e da Cultura

Análise Comparativa dos Resultados Líquidos



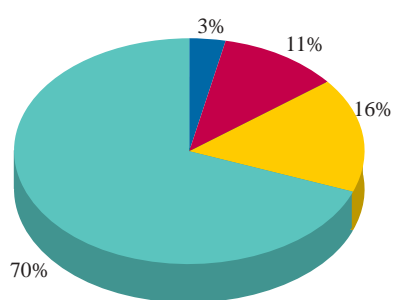
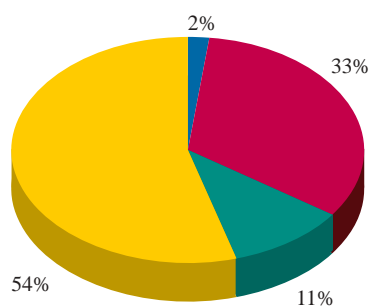
Análise da Estrutura de Custos e Proveitos

Custos

■ C.M.Vend.Mat.Cons.	≈ 5 881
■ Forn.Serv. Externos	≈ 98 107
■ Amortizações	≈ 33 360
■ Custos C/ Pessoal	≈ 162 884
■ Provisões	≈ 0
■ Impostos	≈ 107
■ Ben.Proc. O.C.Oper.	≈ 214
■ Custos Financeiros	≈ 0
■ Custos Extraordinários	≈ 79

Proveitos

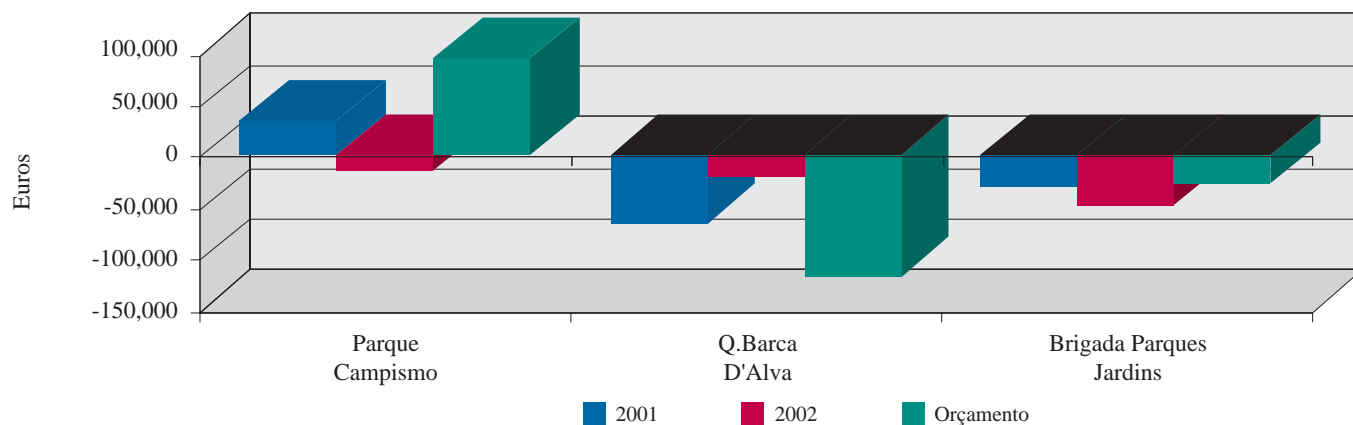
■ Vendas	≈ 569
■ Prestação Serviços	≈ 1 889
■ Trab. p/ Próp.Inst.	≈ 0
■ Proveitos Suplement.	≈ 2 778
■ Comp.Sub. Exploração	≈ 0
■ Out.Prov Operacionais	≈ 0
■ Proveitos Financeiros	≈ 0
■ Proveitos Extraordinários	≈ 11 820



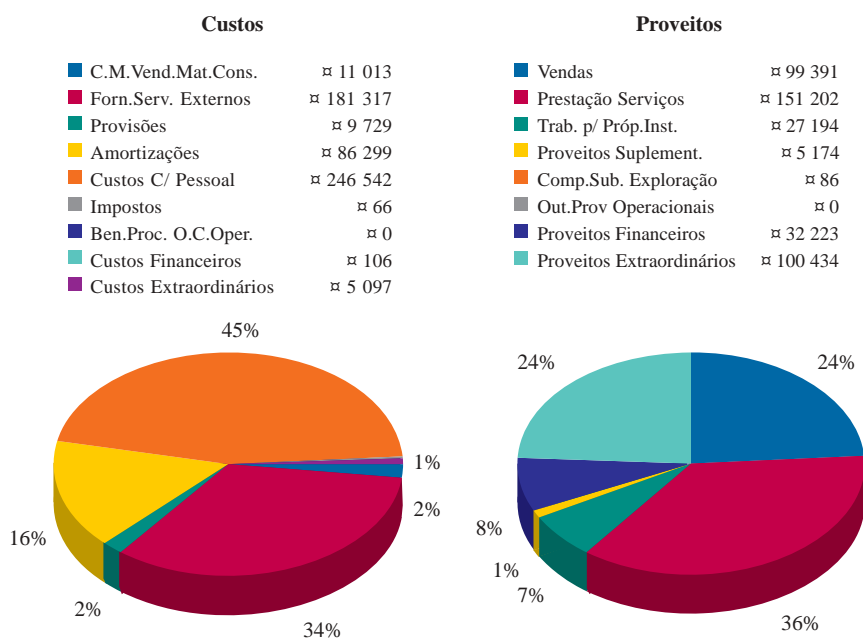
CONTA	Posição em Dezembro de 2002	2002	2001	VARIACÃO	
				VALOR	(%)
71	Vendas	569	3,346	-2,777	-83
72	Prestação de Serviços	1,889	122	1,767	1,448
721	Matriculas e Mensalidades				
722/9	Outras	1,889	122	1,767	1,448
75	Trabalhos para a Própria Instituição	0	0		
758	Para Autoconsumos				
751/5	Para Outros				
73	Proveitos Suplementares	2,778	1,582	1,196	76
74	Comparticipações e Subsídios à Exploração	0	2,791	-2,791	-100
7411	Do Centro Regional de Segurança Social				
7412/8	Outros				
742/9	De Outros Sectores		2,791	-2,791	-100
76	Outros Proveitos Operacionais				
	Variação da Produção				
	Total dos Proveitos Operacionais (1)	5,236	7,841	-2,605	-33
61	Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	5,881	2,905	2,976	102
61611	Géneros Alimentares	20	20	0	0
61-61611	Outros	5,861	2,885	2,976	103
62	Fornecimentos e Serviços Externos	98,107	116,006	-17,899	-15
6211	Subcontratos/Exploração de Refeitórios				
6212	Subcontratos/Lavandaria e Outros				
6221/4	Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos	6,652	2,473	4,179	169
62217	Material de Escritório		29	-29	-100
*	Outros Fornecimentos Externos	91,455	113,504	-22,049	-19
64	Custos com o Pessoal	162,884	166,611	-3,727	-2
6411	Remunerações Certas	121,788	124,864	-3,076	-2
6412	Remunerações Adicionais	20,312	20,282	30	0
643	Formação Profissional				
644	Pensões				
645	Encargos Sobre Remunerações	19,248	19,415	-167	-1
646	Seguros	1,020	1,517	-497	-33
647/8	Outros Custos com o Pessoal	516	533	-17	-3
66	Amortizações	33,360	35,772	-2,412	-7
67	Provisões		20,310	-20,310	-100
63	Impostos	107	262	-155	-59
65	Benefícios Processados Outros Custos Operacionais	214	0	214	
652	Outros custos operacionais	214	0	214	
	Total dos Custos Operacionais (2)	300,553	341,866	-41,313	-12
78	Proveitos e Ganhos Financeiros (4)				
68	Custos e Perdas Financeirs (5)				
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários (7)	11,820	8,822	2,998	34
69	Custos e Perdas Extraordinários (8)	79	114	-35	-31
81	Resultados Operacionais (1)-(2)=(3)	-295,317	-334,025	38,708	12
82	Resultados Financeiros (4)-(5)=(6)	0	0		
83	Resultados Correntes (3)+(6)	-295,317	-334,025	38,708	12
84	Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9)	11,741	8,708	3,033	35
88	Resultados Liquidos (3)+(6)+(9)	-283,576	-325,317	41,741	13

4.7.6. Área de Bem-Estar e Ambiente

Análise Comparativa dos Resultados Líquidos



Análise da Estrutura de Custos e Proveitos



CONTA	Posição em Dezembro de 2002	2002	2001	VARIACÃO	
				VALOR	(%)
71	Vendas	99,391	92,353	7,038	8
72	Prestação de Serviços	151,202	145,071	6,131	4
721	Matriculas e Mensalidades				
722/9	Outras	151,202	145,071	6,131	4
75	Trabalhos para a Própria Instituição	27,194	51,577	-24,383	-47
758	Para Autoconsumos				
751/5	Para Outros	27,194	51,577	-24,383	-47
73	Proveitos Suplementares	5,174	15,093	-9,919	-66
74	Comparticipações e Subsídios à Exploração	86	0	86	
7411	Do Centro Regional de Segurança Social				
7412/8	Outros	86	0	86	
742/9	De Outros Sectores				
76	Outros Proveitos Operacionais				
	Variacão da Produção	42,840	12,140	30,700	253
	Total dos Proveitos Operacionais (1)	325,887	316,234	9,653	3
61	Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	11,013	7,834	3,179	41
61611	Géneros Alimentares	817	902	-85	-9
61-61611	Outros	10,196	6,932	3,264	47
62	Fornecimentos e Serviços Externos	181,317	142,685	38,632	27
6211	Subcontratos/Exploração de Refeitórios				
6212	Subcontratos/Lavandaria e Outros				
6221/4	Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Fluidos	30,541	32,009	-1,468	-5
62217	Material de Escritório	22	36	-14	-39
*	Outros Fornecimentos Externos	150,754	110,640	40,114	36
64	Custos com o Pessoal	246,542	220,778	25,764	12
6411	Remunerações Certas	159,877	152,267	7,610	5
6412	Remunerações Adicionais	44,367	31,407	12,960	41
643	Formação Profissional				
644	Pensões				
645	Encargos Sobre Remunerações	33,423	31,249	2,174	7
646	Seguros	1,266	1,628	-362	-22
647/8	Outros Custos com o Pessoal	7,609	4,227	3,382	80
66	Amortizações	86,299	88,480	-2,181	-2
67	Provisões	9,729	8,414	1,315	16
63	Impostos	66	0	66	
65	Benefícios Processados Outros Custos Operacionais	0	1,207	-1,207	-100
652	Outros custos operacionais		1,207	-1,207	-100
	Total dos Custos Operacionais (2)	534,966	469,398	65,568	14
78	Proveitos e Ganhos Financeiros (4)	32,223	30,364	1,859	6
68	Custos e Perdas Financeiros (5)	106	15	91	607
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários (7)	100,434	65,467	34,967	53
69	Custos e Perdas Extraordinários (8)	5,097	997	4,100	411
81	Resultados Operacionais (1)-(2)=(3)	-209,079	-153,164	-55,915	-37
82	Resultados Financeiros (4)-(5)=(6)	32,117	30,349	1,768	6
83	Resultados Correntes (3)+(6)	-176,962	-122,815	-54,147	-44
84	Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9)	95,337	64,470	30,867	48
88	Resultados Líquidos (3)+(6)+(9)	-81,625	-58,345	-23,280	-40

Relatório de Actividades e Contas

Parecer do Definitório

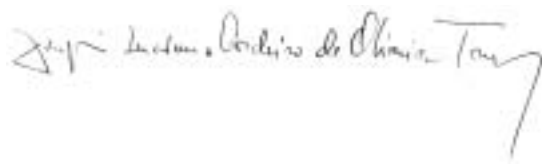
Aos 17 de Março de 2003 reuniu o Definitório da Santa Casa da Misericórdia com a presença dos Irmãos Joaquim Luciano Cordeiro de Oliveira Torres que presidiu e D. Maria Teresa Novaes vice-presidente e os vogais Dr. Manuel Luís Janeira, Pedro Manuel Reis e Engº Rui Thessen Ortigão de Oliveira com a finalidade de apreciar e emitir parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas de 2002.

A leitura atenta do Relatório começa pela Introdução do Exmo. Provedor na qual define a obra realizada, inovadora e de intenções de que se destaca o Gabinete de Estudos e Planeamento e a informatização indispensável no nosso tempo como auxiliar precioso.

Do restante relatório, extenso e preciso, abrangendo todas as áreas do trabalho profícuo e diversificado da nossa Instituição, que não foi limitado pelas dificuldades de estabelecer novos acordos e dos compromissos com o Estado, matéria delicada pelos atrasos de pagamento, agravada pela conjuntura económica - financeira nacional e internacional. O Definitório recomenda dentro desta linha, um maior rigor de contenção, sábia e atempada, dentro de um posicionamento que a todos atinge.

O Definitório recomenda a aprovação deste Relatório de Actividades e Contas pela Assembleia Geral, por estar dentro dos parâmetros de rigor e objectividade, propondo um voto de louvor a toda a Exma. Mesa pelos seus esforços e dedicação.

O Presidente do Definitório



Joaquim Luciano Cordeiro de Oliveira Torres

Pré-impessão

LOJA DAS IDEIAS

Impressão

TECNIFORMA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SECTOR GRÁFICO